

(Organizador)

Tarcisio Dorn de Oliveira

DEBATES PLURAIS



DEBATES PLURAIS

COLEÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

Tarcisio Dorn de Oliveira
(Organizador)

DEBATES PLURAIS

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Tarcísio Dorn de Oliveira (Organizador)

Debates Plurais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 276p.

ISBN: 978-65-86101-90-4 (Impresso)

978-65-86101-89-8 (Digital)

1. Desenvolvimento. 2. Sustentabilidade. 3. Gestão social e cidadania. 4. Autores. I. Título.

CDD – 600

Capa: Colorbrand Design

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil);



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

1 – DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SUSTENTABILIDADE	15
A FOTOGRAMETRIA DIGITAL COMO MÉTODO DE CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE IJUÍ / RS	17
Angélica Kohls Schwanz Mateus Veronese Corrêa da Silva	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS AMBIENTAIS EM PROPRIEDADES PRODUTORAS DE LEITE DE ARVOREZINHA – RS	33
Gilvana Menegol Diego Pascoal Golle Jana Koefender	
GESTÃO HUMANIZADA E CAPITALISMO CONSCIENTE: DIFERENCIAIS VALORATIVOS E COMPETITIVOS NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA AGÊNCIA SICREDI	45
Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen Daniel Knebel Baggio Taísa Schefer Roveda Maria Margarete Baccin Brizolla	
O INVESTIMENTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2018	61
Guilherme Inchausp Moreira Jeferson Luís Lopes Goularte Gabriela Cappellari	
PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CERVEJARIAS ARTESANAIS	77
Taísa Schefer Roveda Maria Margarete Baccin Brizolla Daniel Knebel Baggio Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen	

2 - ESPAÇO CONSTRUÍDO, GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA	93
ACESSIBILIDADE URBANA: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PASSEIOS PÚBLICOS NA ÁREA URBANA CENTRAL DE PANAMBI – RS	95
Daniel Tolotti Rodrigues Tarcisio Dorn de Oliveira Bruna Fuzzer de Andrade	
A IMPARCIALIDADE DA ENTREVISTA NO ESTUDO DE CASO DA PESQUISA SOCIAL	115
Fernanda Isabel Royer Maria Aparecida Santana Camargo	
ESPAÇO RESILIENTE: A CIDADE QUE VISA AO DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS GERAÇÕES	127
Paula Scherer Mariela Camargo Masutti	
FRIDA KAHLO: A FORÇA E A CRIATIVIDADE DA MULHER NO ESPAÇO ARTÍSTICO	141
Giovanna Pantz Santos Ieda Márcia Donati Linck Maria Aparecida Santana Camargo	
O DISCURSO SOBRE A PADRONIZAÇÃO DA BELEZA: PROCESSO CONSTITUTIVO DO “ASSUJEITAMENTO” FEMININO	153
Ieda Márcia Donati Linck Viviane Teresinha Biacchi Brust Bianca Cordeiro Manfrin	
O ENVELHECIMENTO E SUAS DEMANDAS SOCIAIS: RE (INSERÇÃO) DO IDOSO COMO PROTAGONISTA SOCIOPOLÍTICO PARA CONQUISTA DA SUA CIDADANIA	173
Camila Kuhn Vieira Patrícia Dall'Agnol Bianchi Solange Beatriz Billig Garces	

3 - EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM	189
A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: OS DESAFIOS DE APRENDER A APRENDER COM AS NOVAS TECNOLOGIAS Marijane de Oliveira Soares	191
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE INCERTEZAS: VIRTUALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE COMO ALIADOS Solange Beatriz Billig Garces Fabiana Ritter Antunes Fábio Ritter Antunes Cristian Leandro Lopes da Rosa	203
EDUCAÇÃO COMO AÇÃO PROPULSORA DA EMANCIPAÇÃO Andrieli Taís Hahn Rodrigues Sidinei Pithan da Silva Vanessa Marin Angélica Taís Schneiders	219
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: IDENTIDADE E PERSPECTIVAS Antonio Paulo Valim Vega Noemi Boer	235
USO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR Elisiane Güntzel Quinzani Patrícia Dall’Agnol Bianchi Solange Beatriz Billig Garces	253
SOBRE OS AUTORES	269

APRESENTAÇÃO

A Parte I - Desenvolvimento, Tecnologias e Sustentabilidade é composta por cinco capítulos que abordam temáticas sobre fotogrametria digital como método de cadastramento, desenvolvimento sustentável em propriedades produtoras de leite, gestão humanizada, capitalismo consciente, investimento público em saneamento básico e práticas sustentáveis em cervejarias artesanais.

O artigo “A FOTOGRAMETRIA DIGITAL COMO MÉTODO DE CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE IJUÍ / RS” de Angélica Kohls Schwanz e Mateus Veronese Corrêa da Silva aborda o uso das tecnologias digitais na produção e difusão do conhecimento na gestão/produção do espaço urbano. O capítulo discute o uso da plataforma BIM e da fotogrametria digital no levantamento de uma edificação de interesse cultural no município de Ijuí / RS.

O texto “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS AMBIENTAIS EM PROPRIEDADES PRODUTORAS DE LEITE DE ARVOREZINHA – RS” de Gilvana Menegol, Diego Pascoal Golle e Jana Koefender discute o desenvolvimento sustentável nas propriedades patronais e familiares, permitindo ampliar as discussões e a busca por alternativas para o desenvolvimento das atividades atinentes ao campo em harmonia com o ambiente. O capítulo apresenta uma análise em propriedades rurais familiares que substituíram o cultivo de tabaco pela produção de leite.

Em “GESTÃO HUMANIZADA E CAPITALISMO CONSCIENTE: DIFERENCIAIS VALORATIVOS E COMPETITIVOS NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA AGÊNCIA SICREDI” Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen, Daniel Knebel Baggio, Taísa Schefer Roveda e Maria Margarete Baccin Brizolla identificam as inter-relações, aplicações e contribuições da gestão humanizada, quanto

aos princípios e práticas cooperativistas, com foco no cooperativismo de crédito. O capítulo reforça que a gestão humanizada contribui para o desenvolvimento da agência, perante o mercado do cooperativismo, do cooperativismo de crédito e da sociedade.

O artigo “O INVESTIMENTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2018” de Guilherme Inchausp Moreira, Jeferson Luís Lopes Goularte e Gabriela Cappellari analisam o investimento público em saneamento básico no Brasil dos estados e do Distrito Federal em relação às metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e, se as metas estão sendo cumpridas para universalização do saneamento básico, no período de 2014 a 2018. O capítulo evidencia que as metas do PLANSAB foram otimistas com o nível de crescimento econômico e contas públicas em desequilíbrio, resultando no não cumprimento das metas do Plano no período estudado.

O texto “PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CERVEJARIAS ARTESANAIS” de Taísa Schefer Roveda, Maria Margarete Baccin Brizolla, Daniel Knebel Baggio e Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen intenta verificar como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômico, social e ambiental utilizados por duas cervejarias artesanais do estado do Rio Grande do Sul. O capítulo apresenta, por meio das cervejarias estudadas, que possuem ações de sustentabilidade considerando os três pilares, sendo que estas ações de modo geral estão voltadas as questões econômicas e legais, buscando reduzir os custos de produção e conseqüentemente cumprindo a legislação vigente.

A Parte II - Espaço Construído, Gestão Social e Cidadania é composta por seis capítulos que abordam reflexões sobre acessibilidade urbana, pesquisa social, espaço resiliente, força e a criatividade da mulher no espaço artístico, padronização da beleza e envelhecimento humano.

O artigo “ACESSIBILIDADE URBANA: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PASSEIOS PÚBLICOS NA ÁREA URBANA

CENTRAL DE PANAMBI – RS” de Daniel Tolotti Rodrigues, Tarcisio Dorn de Oliveira e Bruna Fuzzer de Andrade trata do acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos meios de transportes, ambientes físicos e/ou serviços públicos. O capítulo verifica as condições de acessibilidade nos passeios públicos na área central da cidade de Panambi / RS, local este, em que ocorre o maior fluxo de pessoas no centro da cidade.

Fernanda Isabel Royer e Maria Aparecida Santana Camargo em “A IMPARCIALIDADE DA ENTREVISTA NO ESTUDO DE CASO DA PESQUISA SOCIAL” abordam a relevância da imparcialidade na entrevista, sendo ela um instrumento de coleta de dados para estudos de caso em pesquisas sociais. O capítulo aponta, que este método, quando bem aplicado e analisado, oportuniza um olhar mais aproximado do contexto observado, uma vez que o entrevistado tem o conhecimento interno da causa, e pode trazer uma visão diferente daquela que tem o pesquisador.

O texto “ESPAÇO RESILIENTE: A CIDADE QUE VISA AO DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS GERAÇÕES” de Paula Scherer e Mariela Camargo Masutti explana indispensável que a cidade seja estruturada de modo resiliente para que as crianças possam desenvolver lazer e práticas cotidianas com autonomia e segurança, possibilitando uma infância íntegra. O capítulo identifica as condições de adaptação do espaço urbano ao público infantil, analisando suas causas principais, retratando quais as medidas que podem incentivar o uso sadio da cidade pelas crianças.

O artigo “FRIDA KAHLO: A FORÇA E A CRIATIVIDADE DA MULHER NO ESPAÇO ARTÍSTICO” de Giovanna Pantz Santos, Ieda Márcia Donati Linck e Maria Aparecida Santana Camargo traz uma reflexão sobre parte da trajetória de uma das mais marcantes figuras do século XX – Frida Kahlo. Magdalena Carmem Frida Kahlo Calderón nascida no México em 6 de julho de 1907 é inspiração para a resiliência, persistência e sobreposição presente na vida de muitas mulheres. Sua proposta está simbolizada no âmbito das artes e materializada no cotidiano de muitas que se

identificaram e a aclamaram, fortalecendo a união e o apoio na luta coletiva feminina em busca de voz, vez e lugar em um mundo “pintado” por homens.

Ieda Márcia Donati Linck, Viviane Teresinha Biacchi Brust e Bianca Cordeiro Manfrin em “O DISCURSO SOBRE A PADRONIZAÇÃO DA BELEZA: PROCESSO CONSTITUTIVO DO “ASSUJEITAMENTO” FEMININO” relatam que a sociedade exerce, por meio de um sistema capitalista e patriarcal, uma pressão psicológica e um esvaziamento da subjetividade feminina, que gera a subordinação da mulher ao mito da beleza. O capítulo observa que o discurso publicitário da indústria cosmética contribui à padronização estética e socialização da feminilidade. Uma vez internalizado, a prática torna-se naturalizada e, por isso, aceita.

No texto “O ENVELHECIMENTO E SUAS DEMANDAS SOCIAIS: RE (INSERÇÃO) DO IDOSO COMO PROTAGONISTA SOCIOPOLÍTICO PARA CONQUISTA DA SUA CIDADANIA” Camila Kuhn Vieira, Patrícia Dall'Agnol Bianchi e Solange Beatriz Billig Garces apontam que o envelhecimento é uma conquista histórica da humanidade, no entanto, traz em contrapartida desafios diante das políticas públicas brasileiras vigentes. O capítulo analisa a participação do idoso no contexto sociopolítico fundamentada nas políticas públicas pertinentes para essa população, ao passo, que o incentivo para a inserção do idoso como agente participativo deve ser estimulado pela sociedade, mas também, pelo próprio idoso.

Por fim, a **Parte III - Educação, Ensino e Aprendizagem** é composta por cinco capítulos que cuidadosamente abordam temáticas sobre escola pública, docência no ensino superior, uso de tecnologias e metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem.

O texto “A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: OS DESAFIOS DE APRENDER A APRENDER COM AS NOVAS TECNOLOGIAS” de Marijane de Oliveira Soares faz uma análise acerca do processo de inserção tecnológica que vem ocorrendo nas escolas em todo o Brasil, especialmente, nas públicas, considerando

a importância em utilizar conscientemente estes recursos para um processo ensino-aprendizagem efetivamente contemplativo e ressignificado. O capítulo apresenta quais os principais desafios do aprender a aprender com o uso de novas tecnologias no ambiente das escolas públicas contemporâneas e reforça que o uso de recursos da TIC, na escola contemporânea, são capazes de estimular a comunicação e a linguagem oral e escrita em sala de aula e, conseqüentemente, elevar a motivação dos alunos e o aprendizado.

O artigo “DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE INCERTEZAS: VIRTUALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE COMO ALIADOS” de Solange Beatriz Billig Garces, Fabiana Ritter Antunes, Fábio Ritter Antunes e Cristian Leandro Lopes da Rosa traz uma reflexão sobre a docência no ensino superior em tempos de virtualidade, ou seja, de mudanças em relação ao espaço e ao tempo para os processos de aprendizagem. Do lugar comum (instituições de ensino), aos muitos lugares não comuns que se tornaram espaços de ensino e aprendizagem (nossas casas) em um período atípico da humanidade. Um período inesperado de pandemia, que trouxe “à força” a necessidade do uso da virtualidade para os processos de aprendizagem. Estamos todos separados (professores e alunos), mas ao mesmo tempo todos juntos.

O texto “EDUCAÇÃO COMO AÇÃO PROPULSORA DA EMANCIPAÇÃO” de Andrieli Taís Hahn Rodrigues, Sidinei Pithan da Silva, Vanessa Marin e Angélica Taís Schneiders ampare-se nas leituras de Saviani (2008) que evidencia a descontinuidade das políticas públicas, Azevedo (2006) que explicita o Manifesto dos Pioneiros e, Freire (1987 e 2014) que discute aspectos referentes à educação bancária e emancipadora. O capítulo, a partir de tais reflexões, mostra um panorama histórico que permite entender a educação na atualidade, enfatizando a importância da luta dos educadores para de certa forma interromper os retrocessos e ciclos de descontinuidades em torno da luta pela educação pública.

Antonio Paulo Valim Vega e Noemi Boer em “EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: IDENTIDADE E PERSPECTIVAS” analisam as perspectivas da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e a educação para a cidadania global (ECG) na construção das identidades no contexto do desenvolvimento sustentável (DS). O capítulo faz uma discussão considerando o papel da educação para responder de que forma as identidades humanas podem se constituir e renovar, entendendo a si e ao próximo, e, como é possível fortalecer os vínculos que os indivíduos mantêm com o entorno social e ambiente natural que perpassam a temática da sustentabilidade multidimensional.

O artigo “USO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR” de Elisiane Güntzel Quinzani Patrícia Dall’Agnol Bianchi e Solange Beatriz Billig Garces evidenciam uma pesquisa com oito Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), que pertencem ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG. O capítulo aponta que o estudante é o centro do processo se tornando protagonista da sua aprendizagem e os cursos que mais utilizam as metodologias ativas são os de graduação (bacharelado e licenciatura) e tecnólogos, com menos utilização na Pós-Graduação *Stricto sensu*.

Boa leitura a todos!
Ijuí / RS, 13 de junho de 2020.
Tarcisio Dorn de Oliveira

- 1 -

**DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E
SUSTENTABILIDADE**

A FOTOGRAMETRIA DIGITAL COMO MÉTODO DE CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE IJUÍ/RS

Angélica Kohls Schwanz
Mateus Veronese Corrêa da Silva

Considerações iniciais

O uso das tecnologias digitais tem contribuído sobremaneira na produção e difusão do conhecimento na gestão/produção do espaço urbano, não só na “concepção, desenvolvimento do projeto, geração e gestão da informação, mas da materialização e inovações de grande valia para a documentação e inclusive intervenção no patrimônio arquitetônico e urbanístico” (CARDOSO, PAIVA E DIÓGENES, 2015, p. 2).

Do mesmo modo a documentação digital se constitui como importante instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico, que na maioria das cidades brasileiras vem sendo demolido e descaracterizado. A possibilidade de simular cenários e conjuntos se constitui em uma ferramenta útil aos gestores e profissionais da área.

O município de Ijuí possui em sua área urbana, importante acervo edificado, remanescente do início do século XX, boa parte dessas edificações encontram-se em processo de desaparecimento ou transformações morfotipológicas, já que o município não possui uma lei de proteção do patrimônio. Deste modo o cadastramento dessas edificações torna-se urgente. Atualmente há diversas metodologias que podem ser utilizadas para este fim, e a ferramenta HBIM (*Historic Building Information Modeling*) tem se mostrado eficaz em tornar o registro de bens patrimoniais mais completo e fundamentado.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente foi elaborada uma revisão bibliográfica acerca do tema, através de artigos que discorrem sobre o uso de tecnologias digitais como instrumento de registro e documentação do patrimônio edificado, assim como uma aplicação teórico/empírica do método em uma edificação no município de Ijuí/RS, através do uso da plataforma BIM e da fotogrametria digital.

A importância da documentação para a salvaguarda do patrimônio edificado

A Constituição Federal no artigo 216, parágrafo primeiro, define as várias formas de acatamento e proteção do Patrimônio Cultural, “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação” (BRASIL, 1988, p. 178).

Deste modo o inventário/documentação de um bem patrimonial se caracteriza como um registro momentâneo, uma fotografia que revela o instante no qual os dados foram coletados e essas informações independem do suporte ou tecnologia utilizados. Esse registro alimenta decisões para elaboração de políticas públicas, processos de tombamento, assim como decisões projetuais (CUPERSCHMID et al., 2018, p. 183).

Nos últimos anos a interface entre documentação, modelagem digital e também projeto constituem objetos de estudos emergentes no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, dentre eles, pode-se destacar a Tese desenvolvida por Mônica Martins Tolentino “A utilização do HBIM na documentação, na gestão e na preservação do Patrimônio Arquitetônico”, que diante da falta de um sistema de cadastro e gestão do patrimônio que utilizasse tecnologias digitais, verificou através do estudo de caso da Igreja

Bom Jesus de Matozinhos, que a ferramenta HBIM se mostrou bastante eficaz, inclusive podendo alimentar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN (SICG).

Já o trabalho “Futuro do pretérito: BIM e documentação digital da arquitetura moderna em Fortaleza” discute o uso das tecnologias digitais aplicadas à documentação da obra moderna Pavilhão Martins Filho, e destaca que o BIM se caracteriza como “uma importante plataforma de parametrização e informação do patrimônio edificado, ao permitir possíveis encaminhamentos em relação à intervenção no edifício existente e conseqüentemente a sua preservação” (CARDOSO, DIÓGENES e PAIVA, 2015, p. 9).

Cuperschmid *et al* (2018) no artigo “Casa de Vidro: BIM e Gestão do Patrimônio Histórico Arquitetônico” evidenciam que o modelo BIM apresenta algumas inconsistências no que se refere à falta de dados absolutos e à ação do tempo na obra e a variação da ação do tempo nos elementos construtivos, assim como deficiências em relação à falta de domínio do BIM pela maior parte da equipe que trabalha na conservação do imóvel. Apesar das inconsistências o trabalho aponta para a necessidade de mais pesquisas nessa área de documentação usando plataformas digitais.

Lima no artigo “Ferramentas Digitais na Conservação do *Art Déco*” aponta as principais operações digitais e sua aplicação na salvaguarda do patrimônio, resumidas na tabela 1:

Tabela 1 - Operações digitais que podem ser utilizadas na conservação do patrimônio e suas principais características

representação técnica	- uso de CAD no desenho técnico, elaboração de projeções planas, melhorando a características gráficas, a execução precisa e rápida, o automatismo de diversas exigências técnicas, a produção de múltiplas cópias, etc.
modelagem tridimensional	- softwares para representação tridimensional, visualização sob inúmeros pontos de vista, simulação visual de características, recursos técnicos de desempenho e também a inclusão de novas características entre aplicativos diferentes.
modelagem paramétrica / BIM	- programas gráficos baseados em parâmetros e hierarquias, desenvolvimento de segmentos específicos constituídos por variações válidas, componentes, conexões e agrupamentos. Além disso, a representação digital do processo de construção para facilitar o intercâmbio e a interoperabilidade da informação no formato digital.
recursos generativos e de performance	- softwares com recursos de algoritmos randômicos, evolutivos, etc. Também processos capazes de modelar as geometrias segundo simulação de melhor desempenho de conforto térmico, acústico, lumínico, etc.
fabricação digital	- ferramentas de fabricação computadorizada, recursos de corte laser, fresadoras para desbaste tridimensional, impressoras laser, equipamentos de técnicas formativas tais como dobragem, prensa, moldagem a vácuo, térmica, etc.
escaneamento 3D	- varredura de dados 3D, captura de modelos realizados fisicamente e que podem sofrer processos digitais, aplicação de novas camadas de ajustes ou mesmo impressão em novos materiais.
ambiente virtual imersivo	- ambientes virtuais acessados por capacetes, luvas, na interação com cenários que permitem um espaço interativo, lidando com o corpo e as percepções das relações espaciais de modo sinestésico.

Fonte: Lima, 2014

Essas pesquisas sugerem um futuro promissor no que se refere ao uso das ferramentas digitais como processo de projeto e de tomada de decisões acerca da conservação do patrimônio. Neste artigo vamos discutir o uso da plataforma BIM, através de um estudo de caso na cidade de Ijuí.

Ferramentas digitais e as tomadas de decisão

O desenvolvimento de ferramentas digitais voltadas ao processo de projeto data dos anos 1960, com destaque para os sistemas *Computer-Aided Design* (CAD), seguidos pelo sketchpad. Porém somente durante a década de 1980, com os desktops que a atenção dessas empresas voltou-se para o desenvolvimento de sistemas mais leves, levando ao lançamento do AutoCAD (AUTODESK, 2018, n.p.). Porém o AutoCAD se apresentou como uma ferramenta substituta dos processos manuais de representação, em oposição à visão de seus idealizadores, que o pensaram como uma ferramenta para se pensar

o projeto e não somente desenhar (AISH *apud* ZARDO, MUSSI e SILVA, 2019, p. 2-3).

Ainda na década de 1980, outras ferramentas digitais foram desenvolvidas, entre elas o *Building Information Modeling* (BIM), tecnologia utilizada para modelagem e gerenciamento de informações inerentes aos projetos, à construção e manutenção das edificações. A plataforma BIM apresenta uma evolução dos conceitos originais do Auto CAD, que extrapola a simples representação bi ou tridimensional e permite a modelagem paramétrica e a programação, além da simulação de situações ainda na fase do projeto.

Já o HBIM se caracteriza como uma extensão da plataforma BIM, voltada à conservação dos edifícios de interesse cultural. Sua aplicação amplia, junto a outras operações digitais, a sistematização e disseminação do conhecimento na área da salvaguarda do patrimônio, já que permite que os dados coletados possam ser usados por um número maior de pesquisadores e gestores do patrimônio.

Enquanto as ferramentas CAD focam apenas o projeto e a representação da edificação, a modelagem da informação da construção (conforme a tradução de BIM adotada pela ABNT) pretende dar conta de todo o ciclo de vida da edificação, e este é um aspecto que se presta muito bem ao patrimônio arquitetônico na medida em que permite cadastrá-lo, estudá-lo, modificá-lo e mantê-lo para as futuras gerações. Além disto, o BIM possui outras excelentes características, tais como: visualização 3D e animações, a automação da produção de documentos (projeções ortográficas, cortes, seções, detalhes, relatórios, listagens, etc.), simulações de desempenho estrutural, energético, ambiental, e de custos (TOLENTINO, 2018, p. 59).

Assim, além da documentação e cadastramento é possível simular e avaliar possíveis intervenções nas edificações, e desta forma decidir a proposta mais adequada àquele bem.

O BIM e sua versão HBIM surgem então, como um processo que, além de possibilitar o registro do estado atual do bem edificado, tem o potencial de integrar as informações de fontes

diferentes, facilitando a gestão das medidas de conservação necessárias à preservação do mesmo (CUPERSCHMID et al., 2018, p. 84).

Do mesmo modo a Fotogrametria Digital se apresenta como uma ferramenta eficaz e de baixo custo para o levantamento/cadastramento/documentação de edificações de interesse cultural, especialmente nos últimos anos com a fotografia digital e aliada à tecnologia BIM.

Estudo de caso

O motivo que impulsionou a pesquisa em direção à busca de alternativas de baixo custo que viabilizassem a documentação do patrimônio arquitetônico surgiu da necessidade de um levantamento detalhado de uma edificação com traços ecléticos, localizada no município de Ijuí/RS. Por conta da exigência de adequação do espaço físico do local, devido aos novos usos propostos, a demanda do projeto se apresentou como um potencial para estudo de novas técnicas que viabilizassem o processo de documentação.

Com a intenção estabelecida desde o início da utilização da plataforma BIM como apoio à documentação e elaboração do projeto, buscou-se soluções dentro da literatura existente, que dialogassem entre as grandes possibilidades de integração da informação que um modelo BIM proporciona, com a necessidade da fidelização que o levantamento de uma edificação de carácter histórico/cultural demandaria. Existem diversas técnicas utilizadas para levantamento de edificações existentes ou sítios históricos, através de recursos computacionais e de escaneamento em três dimensões. Bastian (2015, p. 67) expõe em sua Tese, algumas técnicas que viabilizam a documentação e gestão do patrimônio arquitetônico, entre elas as de baixo custo, como a técnica da fotogrametria digital, escolhida para a realização deste estudo.

Para que os procedimentos referentes ao levantamento métrico da edificação utilizando técnicas fotogramétricas sejam

eficazes, é necessário seguir regras que garantam a fidelidade dos dados que posteriormente serão processados. Ainda conforme Bastian (2015, p. 116) a publicação do *English Heritage – Metric Survey Specifications for Cultural Heritage* (2009) estabelece diversos regramentos correspondentes a calibração da câmera que efetuará as fotografias e os procedimentos que devem ser adotados. Estas regras e procedimentos foram adaptados e organizados, para serem aplicados à realidade do estudo proposto, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Organização e descrição dos procedimentos realizados em cada etapa da documentação

Etapas	Procedimentos Realizados
1) Medição direta e Levantamento Fotográfico do Local	Reconhecimento inicial do local e estabelecimento dos locais para as fotografias; Realização da medição direta, com levantamento métrico dos ambientes internos e das áreas externas pertinentes; Levantamento fotográfico preliminar.
2) Digitalização do levantamento métrico	Digitalização preliminar do levantamento métrico realizado no local, utilizando o <i>software Graphisoft ARCHICAD 23</i> .
2) Levantamento das Fotografias para elaboração da fotogrametria	Fotografias aéreas por meio de drone da edificação e do seu entorno; Fotografias direcionadas da fachada, em diversos pontos.
3) Processamento das imagens	Utilização do <i>software Autodesk ReCap Photo</i> para processamento das imagens obtidas na etapa anterior
4) Modelagem geométrica e compatibilização com o modelo digitalizado preliminar	Compatibilização entre o modelo digitalizado (métrico) e a nuvem de pontos gerada.

Fonte: Adaptado de Bastian (2015) e *English Heritage* (2009)

As técnicas de fotogrametria permitem a digitalização da edificação, através da extração da geometria dos objetos, por meio de fotografias realizadas de diversos ângulos (TOLENTINO, 2018, pág. 56). Entretanto, mesmo com a utilização de técnicas mais avançadas, a medição direta do local se caracteriza como uma etapa

importante, uma vez que permite a confrontação com os dados obtidos através das fotografias. Com isso, o reconhecimento do local em estudo permitiu a realização da medição, tanto das áreas internas, quanto das áreas externas. Nesta etapa, utilizou-se trena metálica de 10m, trena laser com alcance de 40 metros, além de prancheta e papel para coletar os dados retirados do local. Cabe ressaltar que alguns ambientes internos da edificação não foram levantados, alguns devido à dificuldade de acesso, outros devido a sua não utilização no escopo inicial na proposta de projeto.

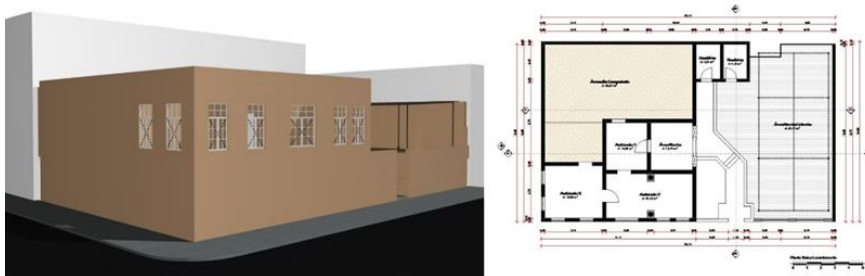
Também foram estabelecidas as diretrizes que iriam guiar a próxima etapa. Devido à necessidade de maximizar a captação dos detalhes existentes na fachada da edificação, foram estabelecidos os locais para o posicionamento das câmeras no momento das fotografias.

Diante destes e da medição direta obtida no local, iniciou-se a digitalização do projeto como forma de realizar a compatibilização preliminar, a fim de identificar possíveis conflitos existentes no levantamento efetuado em campo. Esta etapa buscou possíveis incompatibilidades entre os dados levantados, para que se necessário, o levantamento fosse realizado novamente nas áreas onde estas houvessem. A plataforma escolhida para a digitalização do processo de levantamento, tanto o realizado em campo, quanto o processado através da nuvem de pontos, resultante da fotogrametria, foi o *software Graphisoft ARCHICAD 23*. Sua escolha se deu devido à agilidade na modelagem proporcionada por sua interface, além do suporte nativo à nuvem de pontos oriunda de outros *softwares*.

Como resultado preliminar obteve-se uma modelagem tridimensional da edificação, baseada na medição direta realizada no local. Ressalta-se que como o objetivo inicial da documentação era o de obter a modelagem geométrica da edificação, o nível de informação presente nos objetos modelados foi baixa, priorizando-se informações geométricas. Estes dados foram lançados inicialmente no *software ARCHICAD* para que posteriormente pudessem ser confrontados com os dados fotogramétricos.

Ressalta-se que devido a inacessibilidade do telhado e da maioria dos ornamentos presentes na fachada ao levantamento físico, a modelagem destes elementos não foi realizada nesta etapa.

Imagem 1 – Modelagem preliminar, obtida através de medições diretas realizadas no local



Fonte: Autores, 2020

O planejamento obtido na primeira etapa guiou os locais para as fotografias, de modo que as fotografias obtidas maximizassem o nível de detalhes do elemento reconstituído a partir delas. Desta forma, as capturas foram feitas com uma sobreposição mínima de 50%, além de incluir no levantamento o entorno imediato da edificação (BASTIAN, 2015, pág. 116).

As fotografias foram divididas em aéreas e no nível do observador. As fotografias aéreas foram as primeiras a serem realizadas, priorizando-se estabelecer vistas da edificação através de diversos ângulos. Para a obtenção das imagens, foi utilizado um drone *Dji Mavic Mini Fly*, com câmera de 12MP. Nesta etapa foram geradas 48 imagens aéreas. As fotografias direcionadas da fachada foram realizadas no mesmo período que as imagens aéreas foram obtidas, para evitar que houvesse diferença na iluminação e sombreamento, o que poderia dificultar o processamento das imagens obtidas. As fotografias foram realizadas com uma câmera *Canon Rebel T5i*, equipada com uma lente EF-S 18-55mm. Foram obtidas 15 imagens direcionadas à fachada em nível do observador.

Imagem 2 – Amostras das fotografias obtidas com o uso de Drone e a nível do observador



Fonte: Autores, 2020

Os dados obtidos nesta etapa foram carregados nos *softwares Autodesk ReCap Photo e Recap*, responsáveis pelo processamento das imagens. A combinação de *softwares* escolhida permite a geração de modelos em três dimensões – 3D, com malhas de textura geolocalizadas, nuvens de pontos e fotos ortogonais, através de fotografias e digitalização a laser (AUTODESK, 20...n.p).

Imagem 3 – Modelo 3D gerado pelo *software Autodesk Recap Photo*, com a visualização da malha texturizada pelas imagens

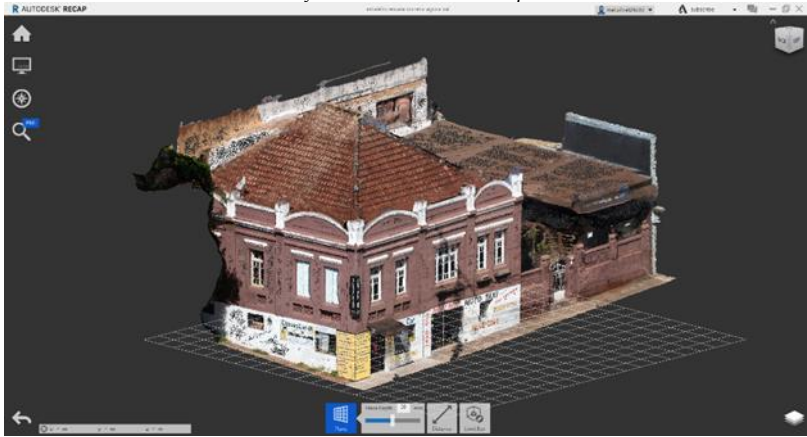


Fonte: Autores, 2020

A malha tridimensional gerada pelo *software* necessitou de algumas correções de ângulos e retificação em algumas superfícies que não obtiveram um processamento adequado. Foi necessário ainda realizar a subtração das áreas que não iriam ser utilizadas no projeto, a fim de diminuir o tamanho do arquivo e retirar das áreas do entorno que estavam distorcidas. Com isso, priorizou-se manter a edificação em estudo, dando ênfase a sua fachada e telhado.

Após a realização dos ajustes o modelo foi carregado no *software Autodesk Recap*, para a obtenção da nuvem de pontos. A malha que foi importada se mostrou com diferença de escala, em relação às medidas retiradas no local. Com base nesses dados, sua escala foi corrigida, considerando três medidas distintas, em cada uma das coordenadas cartesianas (X, Y e Z). Isto permitiu que a malha estivesse corretamente ajustada com as medições reais do local, compatibilizando a medição direta, com os dados fotogramétricos.

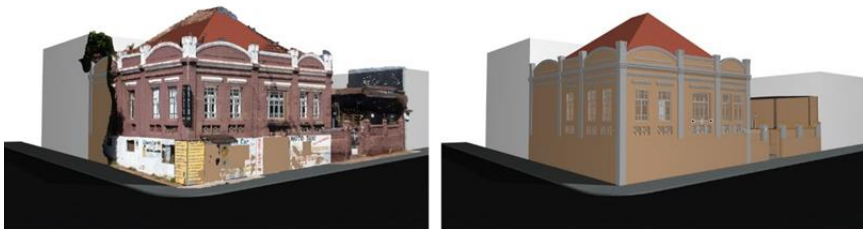
Imagem 4 – Nuvem de pontos compatibilizada gerada pelo software Autodesk Recap



Fonte: Autores, 2020

A nuvem de pontos foi inserida no ambiente BIM, modelado previamente, para realização das compatibilizações finais. A compatibilização permitiu a modelagem dos ornamentos presentes na fachada de uma maneira muito mais precisa, além de ser possível comparar medidas que inicialmente não estavam acessíveis, como a altura da cumeeira do telhado e a altura das platibandas, por exemplo.

Imagem 5 – Nuvem de pontos sobre o modelo BIM desenvolvido previamente (esquerda) e resultado final da compatibilização (direita)



Fonte: Autores, 2020

Na comparação com o método que utiliza apenas as medições diretas realizadas no local, a utilização de nuvem de pontos se

mostrou bastante eficiente e possibilitou agilidade no processo de digitalização da edificação existente. Entretanto, cabe ressaltar que a necessidade inicial para o estudo, foi a de criação de um modelo com um nível baixo de informações, focado nos aspectos geométricos.

Através da realização do experimento, foi possível perceber que a técnica de fotogrametria empregada, utilizando a compatibilização de modelos gerados por fotogrametria com medições diretas, apresenta um nível de precisão relativamente baixo. Desta forma, para a geração de modelos mais precisos e complexos, outras técnicas como escaneamento 3D devem ser empregadas.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa procurou demonstrar que é possível realizar de maneira prática e acessível a utilização da fotogrametria como ferramenta de auxílio para a documentação do patrimônio edificado. Desta forma, o levantamento métrico direto pode ser utilizado conjuntamente com a técnica da reconstituição fotogramétrica, como ferramentas que auxiliam e agilizam a documentação arquitetônica de um bem cultural, tendo um baixo custo de implementação, além de ser acessível a todos.

Com isso, é possível perceber a possibilidade de unir técnicas de baixo custo de levantamento como a fotogrametria digital com ferramentas como HBIM de forma eficaz para o registro e posteriormente a gestão de bens patrimoniais arquitetônicos.

Referências

AISH, R.; BREDELLA, N. *The evolution of architectural computing: from building modelling to design computation*. *arq: Architectural Research Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 65-73, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320926142_The_

evolution_of_architectural_computing_from_Building_Modelling_to_Design_Computation. Acessado em: 08.05. 2020.

AUTODESK. AutoCAD. Disponível em: <https://www.autodesk.com.br/products/autocad/overview>. Acesso em: 08.05. 2020.

_____. ReCap Pro. Disponível em <https://www.autodesk.pt/products/recap/subscribe?plc=RECAP&term=1-EAR&support=ADVANCED&quantity=1>. Acessado em 10.05.2020.

CUPERSCHMID, Ana Regina Mizrahy et al. **Casa de Vidro: BIM e Gestão do Patrimônio Histórico Arquitetônico**. Cadernos PROARQ 30, 2018.

BASTIAN, A. V. **Métodos e técnicas de baixo custo para levantamento métrico de sítios históricos**. 2015. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ENGLISH HERITAGE. **3D Laser Scanning for Heritage: Advice and guidance to users on laser scanning in archaeology and architecture**. Swindon: English Heritage, 2011.

LIMA, Fábio. **Ferramentas Digitais na Conservação do Art Déco**. In: ARQdoc. III Seminário internacional sobre documentação do patrimônio arquitetônica com o uso de tecnologias digitais, 2014, João Pessoa. ARQdoc - Anais do Evento. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

PAIVA, Ricardo Alexandre, DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira, CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Futuro do pretérito: BIM e documentação digital da arquitetura moderna em Fortaleza**. VII encontro de tecnologia da informação e comunicação na construção – Edificações, infra-estrutura e cidade: do BIM ao CIM. Recife, 4 a 6 de novembro de 2015. Recife. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2015.

TOLENTINO, Mônica Martins A. **A utilização do HBIM na documentação, na gestão e na preservação do Patrimônio Arquitetônico**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para

obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, 2018.

ZARDO, Paola; MUSSI, Andréa Quadrado; SILVA, Juliano Lima da. **Tecnologias digitais no processo de projeto contemporâneo: potencialidades e desafios à profissão e à academia.** Ambiente construído, Vol. 20 n.º. 02. Porto Alegre, abr./jun. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ac/v20n2/1678-8621-ac-20-02-0425.pdf>. Acessado em: 09.05.2020.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS AMBIENTAIS EM PROPRIEDADES PRODUTORAS DE LEITE DE ARVOREZINHA – RS

Gilvana Menegol
Diego Pascoal Golle
Jana Koefender

Considerações iniciais

São diversas as possíveis abordagens conceituais para o Desenvolvimento Rural, contudo, é fundamental a compreensão de que desenvolvimento deve unir os aspectos econômicos e sociais, diversificando renda e permitindo a constituição e fortalecimento dos diversos ramos do mercado (KAGEYAMA, 2004). Todavia, observando a partir da compreensão de Sustentabilidade, só é possível compreender desenvolvimento se houver o vínculo entre os eixos Ambiental, Econômico e Social o que, para Ruscheinsky (2004) é inseparável. Estes eixos se interconectam, sendo elos entre si e gerando interfaces que possibilitem impactos socioambientais e socioeconômicos positivos, mantendo-se a atenção às questões ambientais e à qualidade de vida.

Do ponto de vista ambiental, o atual modelo de suprimento alimentar tem gerado impactos consideráveis. Acima de tudo, tais impactos têm ocorrido pelas práticas agrícolas que direcionam todo o processo à maximização da produtividade e, principalmente, ao retorno econômico. Por outro lado, este modelo tem conduzido à perda da biodiversidade, à contaminação do solo e água pelo uso de agroquímicos, à destruição de áreas naturais, entre outros aspectos que necessitam atenção (PEREIRA; RECINE, 2018). Por esta razão, é patente a necessidade de superar o entendimento reducionista que desenvolvimento é apenas um sinônimo de crescimento econômico, sendo prioritário um olhar à sustentabilidade enquanto um conceito

multidimensional. Neste mesmo sentido, é importante compreender que o desenvolvimento não é um fenômeno uniforme, pois atinge regiões, cidades, produtores com diferentes intensidades e também em diferentes intervalos de tempo (HEIN; SILVA, 2019).

Os processos ligados à agropecuária trazem, em sua essência, uma relação entre o homem e o ambiente, a qual pode se dar das mais diversas formas, com aspectos positivos e negativos. Especialmente em termos de agricultura familiar, compreende-se que há uma aproximação ainda maior entre os agricultores e o ambiente que os cerca, em uma mútua relação de interdependência. De acordo com Rocha Filho; Gonçalves (2015) podemos entender por agricultura familiar as atividades que são realizadas por pequenos proprietários rurais, que utilizam como mão-de-obra basicamente os seus núcleos familiares, o que difere de forma significativa da agricultura patronal. Os mesmos autores também enfatizam que a agricultura familiar é fundamental para a produção de alimentos, sendo responsável por 77% do que está na mesa dos consumidores brasileiros. Embora a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento nacional, há uma distinção também no campo político no que se refere ao diferente tamanho das propriedades, às atividades que estas se dedicam, a formulação de políticas e forma de pensar o desenvolvimento. Ploeg (2011) reitera essa afirmação, exemplificando, a partir da forma organizacional do país, a maneira como as prioridades são vistas por ângulos distintos o que se refere às diversas atividades rurais. De forma mais clara, o autor exemplifica com o fato de, por muito tempo, haver uma divisão no âmbito ministerial, com um Ministério da Agricultura e um Ministério do Desenvolvimento Agrário, os quais atendiam demandas distintas e também tinham suas funções atreladas a diferentes setores do agronegócio. Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário constitui-se em uma nova estrutura (desde 2016) sendo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead).

A produção de leite é uma atividade considerada significativa para o setor da agricultura familiar, principalmente por necessitar,

em seus estágios iniciais, de investimentos relativamente baixos. Além disso, pode ser conduzida pelos membros da própria família e não obstante, garante às famílias uma economia de escala (DE FARÍÑA et al., 2017). A atividade leiteira também contribui com a permanência do homem no campo e, assim, reduz pressões sociais em áreas urbanas, as quais decorrem muitas vezes da migração massiva do meio rural, o que pode, caso ocorram, incidir em desemprego e exclusão social (EURICH et al., 2016).

Cabe mencionar que a globalização trouxe consigo a necessidade de profissionalizar os diversos aspectos ligados à gestão de uma propriedade rural, sendo que as exigências têm sofrido um incremento considerável e as discussões ampliam-se cada vez mais no campo das questões ambientais. Na produção de leite este é um desafio que necessita ser superado, compreendendo processos de ajuste na gestão e o uso de métodos menos agressivos ao ambiente (CYRNE et al., 2015). Porém, a eficiência de tais processos depende do conhecimento da realidade das propriedades, para que assim, seja possível traçar as melhores alternativas para uma produção cada vez mais baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Este capítulo foi construído a partir de parte dos dados obtidos em uma dissertação de mestrado, apresentando-se aqui apenas o recorte ambiental dos levantamentos relativos à produção de leite no município de Arvorezinha, Rio Grande do Sul, em propriedades que eram originalmente produtoras de fumo e converteram sua atividade para, a partir de então, ter a produção de leite como principal fonte de recursos. Objetiva-se elucidar o atual diagnóstico de aspectos ambientais ligados à produção leiteira no município em questão.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Arvorezinha, o qual localiza-se na região do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul. Foram entrevistados trinta agricultores familiares

produtores de leite que, anteriormente, atuavam na produção de fumo e, portanto, haviam passado por um processo de conversão de suas atividades produtivas; sendo este o critério de inclusão na pesquisa. As informações foram obtidas junto à Secretaria de Agricultura da prefeitura do município, permitindo que a amostragem correspondesse a mais de 10% do total dos agricultores que se caracterizavam dentro deste critério, os quais foram entrevistados de forma aleatória.

A abordagem da pesquisa foi quali-quantitativa. Para Prodanov (2013), os aspectos quantitativos consideram tudo aquilo que é quantificável, permitindo que os dados sejam traduzidos a partir de análises estatísticas em números; enquanto a abordagem qualitativa está principalmente caracterizada por valorizar os aspectos não apreensíveis pela análise estatística, ampliando a valoração da subjetividade do sujeito e a interpretação dos dados obtidos com as fontes a partir dos instrumentos da pesquisa. Como instrumento de pesquisa foi elaborado um questionário composto por 85 questões (abertas e fechadas). Neste capítulo, estão abordadas apenas algumas questões específicas, não publicadas em outros veículos de informação científica.

Para os sujeitos da pesquisa foi entregue para assinatura um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um Termo de Confidencialidade (TC), ambos explicitando dados referentes aos pesquisadores, contatos, convite para participação na pesquisa, objetivos da pesquisa, procedimentos, benefícios e riscos da participação, além do compromisso com a manutenção do sigilo em relação aos participantes e dados pessoais. O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) registrado sob o número 20567513.5.0000.5322 e a aprovação para a execução do projeto explicitada pelo Parecer Consubstanciado do CEP nº 385.653 de 21 de agosto de 2013. As pesquisas foram realizadas por meio de visitas *in loco*.

Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística descritiva por meio utilizando-se como ferramenta o *Software*

Microsoft® Excel 2010. Para análise qualitativa utilizou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Este método constitui-se em um conjunto de técnicas utilizado para analisar as comunicações objetivando a obtenção de conteúdo das mensagens (sejam estas qualitativas ou, até mesmo, quantitativas) permitindo a inferência de conhecimento e a valorização dos aspectos não apreensíveis pela análise estatística (BARDIN, 2011).

Resultados e discussão

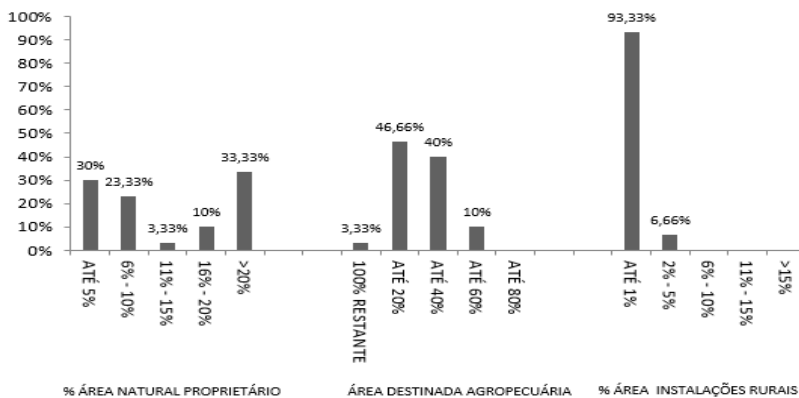
Como uma breve caracterização das propriedades rurais em que a pesquisa foi realizada, relata-se que 63,33% dos produtores possuem Ensino Fundamental incompleto, sendo que apenas 36,67% tiveram oportunidade de seguir os estudos, completando o Ensino Fundamental e continuando os estudos no Ensino Médio. Apenas um produtor possui curso superior e pós-graduação. No tocante à idade desses produtores, 56,66% possuem entre 30 e 50 anos, 30% possuem mais de 50 anos e 13,33% encontram-se na faixa entre 20 e 30 anos, o que demonstra a presença pequena de jovens (menos que 30 anos) administrando as propriedades rurais. Além disso, 90% das esposas também residem no meio rural e, 50% delas, possuem entre 30-50 anos de idade, 16,66% entre 20-30 anos e 26,66% possuem mais de 50 anos. Há uma grande variação no número de filhos por casal nas propriedades.

De acordo com os agricultores, a mudança na matriz produtiva das propriedades – da produção de fumo como atividade principal para a produção leiteira – ocorreu, entre outros fatores, devido a produção de leite ser menos penosa em relação ao cultivo de fumo, conforme menciona o Entrevistado 03: *“Comecemo co leite para pará com o fumo porque da muito serviço e a gente não vence tudo.”* Também nesse aspecto, a rentabilidade mensal (*Por uma renda todo mês depois de começar com as vacas ajudou a comprar o trator* - Entrevistado 05), a adequação do espaço da propriedade à atividade (*Porque nos achemo que era a melhor renda que nos podia ter aqui nesta propriedade*” - Entrevistado 06) e a pré-existência de

algumas vacas leiteiras nas propriedades (*Já tinha as vaca e resolveu vender leite em vez de queijo*” - Entrevistado 26; *“O queijo ninguém mais queria comprar, o leite mais fácil de vender, menos serviço* - Entrevistado 17) contribuíram neste processo de alteração das atividades.

A primeira questão investigada teve relação com a presença de áreas naturais nativas nas propriedades. Observa-se (Figura 1) uma polarização entre propriedades com menos de 5% de áreas nativas ou, então, com áreas naturais superiores a 20%. A utilização na agropecuária concentra-se entre 20-40% das áreas e as instalações rurais, conforme esperado, ocupam pequena área, chegando no máximo a 1% da propriedade. É válido salientar que estes dados são estimados, fornecidos pelos proprietários a partir de sua estimativa e observação pessoal.

Figura 1 – Percentuais de áreas nativas, de áreas destinadas às atividades agropecuárias e áreas utilizadas com instalações rurais nas propriedades familiares do município de Arvorezinha, RS.



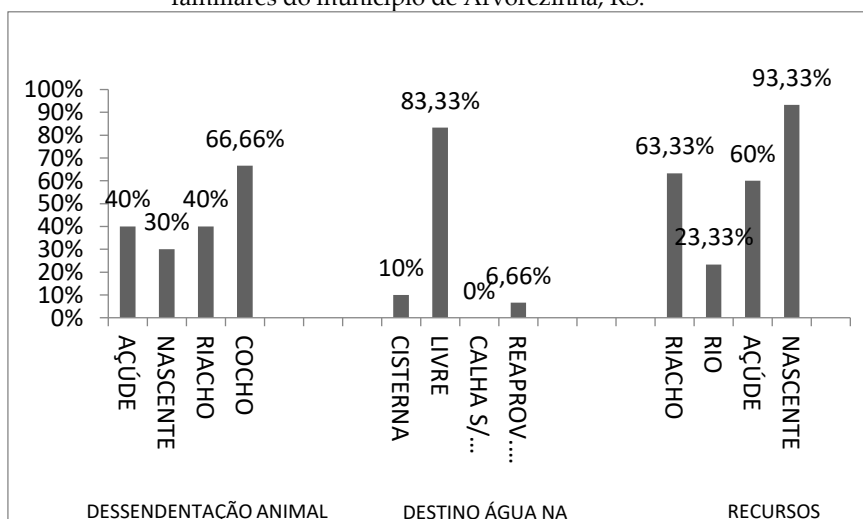
Fonte: Autores, 2020

Segundo Miranda (2009), a propriedade deve ser usada de forma correta, para cumprir com a sua função social, preservar o meio ambiente e garantir o bem-estar de proprietários e

trabalhadores. Para ter direito sobre a propriedade, o agricultor deve utilizá-la de forma a cumprir com o que a legislação chama de sua função social, o que significa que a propriedade tem que atender ao mesmo tempo os seguintes critérios: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, atenção às disposições que controlam as relações de trabalho, e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A dessedentação animal ocorre, na maioria das propriedades, em cochos onde é fornecida a água. Entretanto, de forma geral, os animais podem se deslocar e beber água de riachos, açudes e, inclusive, nascentes. Há presença abundante de recursos hídricos nas propriedades, merecendo destaque o fato de haver nascentes em 93% das propriedades, o que remete à importância de cuidados especiais com os recursos hídricos. A água provinda das instalações rurais é jogada majoritariamente no ambiente de forma livre, não sendo reaproveitada, o que se constitui também em uma preocupação sob a ótica ambiental (Figura 2).

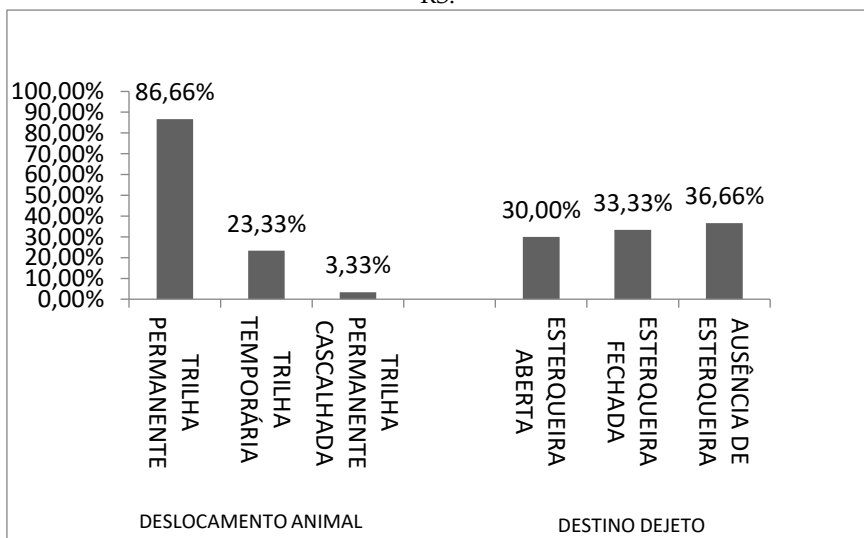
Figura 22 – Local onde ocorre a dessedentação animal, destino da água das instalações rurais, e recursos hídricos presentes nas propriedades familiares do município de Arvorezinha, RS.



Fonte: Autores, 2020

Quando os entrevistados foram questionados quanto ao local de destino dos dejetos dos animais, a maior parte (36,66%) respondeu não possuir esterqueira na propriedade, 33,33% disseram possuir esterqueira fechada e ainda, os outros 30,00%, alegam ter esterqueira, porém, se encontra aberta. Ambientalmente esses resíduos poderiam ser melhor aproveitados para posterior uso como adubo. Quanto ao deslocamento dos animais 86,66% disseram que os animais circulam na propriedade por meio de trilhas permanentes, o que também se constitui em um problema, gerando, pelo pisoteio, a compactação do solo, dificultando a presença de vegetação, a absorção da água da chuva e também causando excesso de barro, além de propiciar o processo erosivo do solo (Figura 3).

Figura 3 – Local por onde ocorre o deslocamento animal e o destino dos dejetos dos animais nas propriedades rurais familiares do município de Arvorezinha, RS.



Fonte: Autores, 2020

Assim, pode-se dizer que as informações geradas vêm ao encontro das conclusões obtidas por Cyrne *et al.* (2015), em estudo realizado em propriedades produtoras de leite do Vale do Taquari,

o qual menciona a necessidade de estudos aprofundados nas questões ambientais, especialmente sobre como a gestão de tais aspectos vêm sendo realizado.

Considerações finais

Considerando que o processo de transição da atividade do fumo para a produção leiteira no município de Arvorezinha – RS é recente, pode-se considerar que as adequações às questões ambientais ainda são algo novo, ensejando atenção especial e apoio das autoridades locais, cooperativas e demais órgãos ligados ao setor agropecuário. É importante um processo educativo, que demonstre a importância da manutenção das áreas nativas, como importante espaço para as interações ecológicas, manutenção dos ecossistemas, mas, também, como possibilidade para pensar atividades futuras e espaços de sombreamento para os animais, por óbvio, atendendo às questões legais vigentes.

As propriedades são ricas em recursos hídricos e, especialmente, nascentes; as quais apresentam papel fundamental para os ecossistemas e, por esta razão, são sensíveis às alterações ambientais e a todos os tipos de impacto. Assim, ajustar as áreas de dessedentação (embora a maior parte seja realizada em cochos) e o descarte das águas após uso nas atividades leiteiras contribuirá para o ambiente e também para a saúde dos agricultores. Também nesse sentido, são necessários ajustes nas esterqueiras, o uso para produção de adubo e/ou biogás, por exemplo, poderia representar uma alternativa. Por fim, as trilhas permanentes deveriam ser alteradas para gerar menos barro e compactação, o que poderia ser atingido pelo roteamento dos piquetes.

Pode-se, portanto, resumir as principais questões ambientais observadas nas propriedades ligadas às áreas nativas; uso dos recursos hídricos; destino de resíduos (água e estercos); além do pisoteio. Todas estas questões precisam ser trabalhadas construtivamente com os produtores familiares de leite, garantindo melhorias para o ambiente, para a atividade e para a saúde dos

trabalhadores, vislumbrando um horizonte na direção do desenvolvimento sustentável.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CYRNE, C.C.; REMPEL, C.; HAETINGER, C.; ECKARDT, R.R. Avaliação da gestão ambiental em pequenas propriedades produtoras de leite no Vale do Taquari a partir do uso da matriz importância x desempenho. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, v.20, n.2, p. 176-194, 2015.
- DE FARIÑA, L. O.; FLOR BERTOLINI, G. R.; ROGER MENEGHATTI, M. Relação entre a Cooperativa e Cooperado na Agricultura Familiar: A Busca pela Sustentabilidade Econômica dos Produtores de Leite. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 108–126, 2017.
- EURICH, J.; WEIRICH NETO, P. H.; ROCHA, C. H. Pecuária leiteira em uma colônia de agricultores familiares no município de Palmeira, Paraná. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 63, n. 4, p. 454-460, ago. 2016.
- FERNANDO HEIN, A.; SOARES DA SILVA, N. L. Indicadores de desenvolvimento rural sustentável em propriedades rurais premiadas em Marechal Cândido Rondon, Paraná. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 603–611, 2019.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida**. Caderno de ciência e tecnologia, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>>. Acesso em: 25 Jul. 2014.
- MIRANDA, M. **Áreas de preservação permanente e reserva legal: O que dizem as leis para a agricultura familiar?** Londrina: IAPAR, 2009. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Reseva%20Legal%20livro.pdf. Acesso em: 02 Jan. 2015.

PEREIRA, Douglas Souza; RECINE, Elisabetta. Environmental, social and health dimensions of food supply policies and proposals in Brazil. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 31, n. 5, p. 501-508, out. 2018.

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 69-70p.

ROCHA FILHO, A. N.; GONÇALVES CUNHA, L. A. Políticas Públicas De Desenvolvimento Rural Em Regiões Marcadas Pela Agricultura Familiar No Estado Do Paraná. *Boletim de Geografia*, [s. l.], v. 33, p. 139–149, 2015.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 15-33.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-140, ago. 2011.

GESTÃO HUMANIZADA E CAPITALISMO CONSCIENTE: DIFERENCIAIS VALORATIVOS E COMPETITIVOS NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA AGÊNCIA SICREDI

Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen
Daniel Knebel Baggio
Taísa Schefer Roveda
Maria Margarete Baccin Brizolla

Considerações iniciais

Em meio ao contexto de mudanças constantes, a competitividade empresarial é fortalecida quando suas estratégias e ações contribuem para a melhoria do ambiente econômico, social e institucional dos territórios, onde a atividade produtiva ocorre e os seus produtos e serviços são comercializados, uma vez que o ambiente afeta os efeitos da introdução de inovações e os resultados dos investimentos (PORTER; KRAMER, 2011).

Também, neste contexto, cabe destacar as cooperativas. A proposta básica de reunir pessoas para cooperarem entre si visando benefícios comuns a todos demonstra a importância sistêmica do cooperativismo. Soma-se a isto a colaboração das cooperativas para geração de empregos, inclusão social e econômica, melhor distribuição de renda e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades (FRANTZ, 2012; SARTOR; KNUPPEL, 2016).

Além disso, as cooperativas de crédito têm papel relevante no desenvolvimento regional, pela sua representatividade territorial (OCB, 2018) e pelos benefícios deste ramo do cooperativismo, como o aproveitamento das economias locais (FRANCISCO *et al.*, 2009), a democratização do crédito e a desconcentração de renda, favorecendo o efeito multiplicador dos investimentos em nível territorial (SARTOR; KNUPPEL, 2016). Desta forma, para garantir

sua sustentabilidade, as cooperativas de crédito atuam como agentes institucionais que, *a priori*, buscam promover o desenvolvimento econômico e social em suas comunidades.

Com este propósito, tem-se a gestão humanizada, aliada ao movimento Capitalismo Consciente e seus princípios – propósito maior, integração de *stakeholders*, liderança consciente e cultura consciente (MACKEY; SISODIA, 2018) – como diferencial valorativo e competitivo frente às dinâmicas organizacionais. Este novo paradigma apresenta semelhanças com alguns dos sete princípios cooperativistas – adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2020) – e busca motivar atividades produtivas, de resultados positivos e eficazes, promovendo o desenvolvimento dos processos internos e a otimização das inter-relações entre organizações e comunidades, para o atendimento de suas demandas.

Considerando, portanto, a relevância do cooperativismo e do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento territorial e as contribuições da gestão humanizada para a sustentabilidade organizacional, este capítulo propõe identificar inter-relações, aplicações e contribuições dos pilares da gestão humanizada e consciente quanto aos princípios e práticas do cooperativismo, com foco no cooperativismo de crédito, a partir da análise de uma agência da cooperativa Sicredi das Culturas RS/MG, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, na sequência deste capítulo, é apresentada a metodologia. Após, são apresentados os resultados, destacando as estratégias e práticas que permeiam o local de investigação do estudo e suas inter-relações, e de que forma os pilares da gestão humanizada e consciente se aplicam e contribuem para o desenvolvimento em todo este cenário. Por fim, tem-se as considerações finais e as referências utilizadas para o embasamento do capítulo.

Metodologia

O estudo norteador deste capítulo é social e qualitativo. Social, pois tem como campo de investigação a realidade social, envolvendo aspectos relativos ao ser em seus múltiplos relacionamentos com outros seres e instituições sociais (GIL, 2019). Qualitativo, pois buscou aprofundar-se no mundo dos significados (MINAYO, 2016), com metodologia não-estruturada, proporcionando *insights* e compreensão do contexto do problema (MALHOTRA, 2012).

Referente aos objetivos do estudo, a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, na medida em que possibilita investigar novos achados e perspectivas, sendo realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (GIL, 2019). Desta forma, este estudo abre precedentes para uma maior exploração acadêmico-científica quanto ao contexto da gestão humanizada e quanto à sua aplicabilidade no cooperativismo, com foco para o cooperativismo de crédito. Descritiva, pois propõe, na sequência, descrever as características do fenômeno em questão, estabelecendo relações entre variáveis (GIL, 2019).

Utilizou-se, por fim, estudo de caso, para investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2015). Para maiores constatações acerca da relevância e aplicabilidade da temática proposta, realizou-se estudo de caso em uma agência da cooperativa Sicredi das Culturas RS/MG, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul.

O Sicredi é reconhecido por preocupar-se com a implementação e desenvolvimento de estratégias e ações humanizadoras e sustentáveis, em âmbito interno e em suas comunidades de atuação. Conforme o Relatório Sicredi das Culturas RS/MG (2018), das 43 cooperativas Sicredi no Rio Grande do Sul, esta cooperativa possui mais de 56 mil associados, ocupando o 7º lugar em número de colaboradores e o 11º lugar em resultado líquido, somando 35,2 milhões de reais.

A coleta de dados do estudo foi realizada entre outubro e novembro de 2018. Além da pesquisa bibliográfica, principalmente em livros e artigos de fontes nacionais e internacionais sobre as temáticas abordadas, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados pesquisa documental e entrevistas. A pesquisa documental foi realizada em relatório da cooperativa da agência Sicredi em análise, utilizado como suporte para os dados coletados nas entrevistas.

Com o objetivo de evidenciar as diversas percepções acerca da aplicabilidade dos pilares da gestão humanizada nas práticas cotidianas do cooperativismo de crédito, as entrevistas (semiestruturadas) foram aplicadas individualmente a seis cooperados da agência em análise, nas funções de Gerente Geral, Gerente de Pessoa Física, Assistente de Pessoa Jurídica, Gerente de Agronegócio, caixa e associado, no momento de aplicação da pesquisa.

Por fim, considerando a relevância do cooperativismo, do cooperativismo de crédito e da gestão humanizada, para se chegar aos resultados, os princípios do cooperativismo e os pilares da gestão humanizada foram inter-relacionados com os dados coletados, cabendo destacar algumas falas dos entrevistados da agência Sicredi analisada neste estudo.

Estratégias e práticas do cooperativismo de crédito

Com base nos princípios do cooperativismo – adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade – as estratégias e práticas implementadas pela agência Sicredi e cooperativa em análise buscam contemplar todos os *stakeholders* deste contexto, incluindo gestores, colaboradores, associados e comunidade.

Para desenvolver seus gestores e para maior proximidade com o colaborador, o Sicredi promove constantes cursos de capacitação e treinamento, além de reuniões periódicas em que o gestor esteja

disposto a ouvir – sugestões de melhoria e perspectivas profissionais e pessoais futuras dos colaboradores – e dar *feedbacks* do trabalho e evolução de cada colaborador, promovendo uma comunicação das consequências do seu engajamento para alcance dos resultados. Existe também uma preocupação em nivelar seus gestores e colaboradores, tanto que a agência procura desenvolver sua equipe com pessoas de características semelhantes.

Apesar das estratégias e práticas de gestão humanizada procurarem contemplar todos os *stakeholders* (MACKEY; SISODIA, 2018) do sistema e da agência Sicredi analisada no estudo; a maior parte das ações tem como foco o colaborador como elemento fundamental para a sustentabilidade organizacional. Conforme pode ser afirmado pelo Gerente Geral da agência: *“o colaborador estando bem, tranquilo, as entregas dele vão ser mais efativas”*.

As práticas de gestão humanizada voltadas ao colaborador estão centradas na busca pelo bom relacionamento em equipe (BARRETT, 2017). Para tanto, os gestores organizam encontros periódicos valorizando o diálogo, a interação, o autoconhecimento e o conhecimento das histórias, experiências de vida e pontos de vista de cada colaborador, promovendo a compreensão e o respeito com a personalidade e peculiaridades de cada um.

Além disso, cada agência possui um responsável pelo clima organizacional (FRANÇA, 2019), sendo que este é avaliado a cada dois anos mediante questionários aos colaboradores, para melhorar os indicadores. Destacam-se, ainda, a intercooperação pelo trabalho em equipe e pela troca de conhecimentos. Estratégias e práticas também estão atreladas à formação e qualificação do colaborador, com incentivos financeiros para estudos acadêmicos, cursos e treinamentos, e a benefícios, como: vale alimentação, planos de saúde e planos odontológicos.

Tais ações refletem-se em escalas maiores. Segundo pesquisa feita com colaboradores de empresas pela Revista VOCÊ S/A e que premia as empresas que mais se destacaram nas categorias de gestão de pessoas e de ambiente organizacional, o Sicredi está, pelo nono ano consecutivo, entre as 150 melhores empresas para se

trabalhar no Brasil, ocupando por mais um ano o primeiro lugar entre as cooperativas financeiras (*site* do SICREDI, 2019).

Com o objetivo do Sicredi de captar recursos para financiar as atividades dos associados, as práticas de gestão humanizada direcionadas a este segmento são resultado da qualificação dos gestores e dos colaboradores, refletida no bom atendimento, além da participação do associado em reuniões e em assembleias, mensais ou bimestrais, sendo que a avaliação das ações realizadas se dá por meio de pesquisa de satisfação realizada com este público.

Outra prática de incentivo para o investimento dos associados refere-se às sobras e à relação destas com a contribuição de cada associado para a movimentação financeira. Assim, as sobras constituem as economias da cooperativa para os associados e anualmente são distribuídas de acordo com o valor das operações realizadas por cada um dos cooperados.

Ainda quanto ao associado, devido às transformações sociais, demográficas e tecnológicas ocorridas nos últimos anos, além da carteira de clientes de pessoas jurídicas, o Sicredi passou por um reposicionamento estratégico que considerou a agregação recente de um público mais jovem e urbano à sua carteira de clientes – até então exclusivamente rural e com uma idade média superior. Soma-se a isto a reagregação do pequeno produtor aos associados.

Assim, a partir de 2004 o Sicredi deixa de ser cooperativa rural para ser cooperativa de livre admissão e, anos depois, implementa a segmentação de associados, buscando otimizar um de seus objetivos principais: entregar a missão a todos os seus públicos, desenvolvendo uma consultoria cooperativa e proporcionando um atendimento diferenciado ao associado enquanto dono do negócio, direcionado às suas reais necessidades, em contraste com as instituições financeiras em que o cliente não passa de mecanismo para o alcance de resultados econômicos. Segundo o Gerente Geral: *“nosso colaborador está sendo treinado para identificar necessidades do associado e existe uma compreensão com aquela pessoa”*.

Em meio a todas estas mudanças, a tecnologia assume papel fundamental nos processos do sistema cooperativo, principalmente com a implementação do autoatendimento nos serviços e os aplicativos via celular. Mas se para o público jovem estas ações são aliadas e incentivadas pelo Sicredi, muitos associados de idade mais avançada são resistentes à tecnologia. Além disso, o associado, em geral, valoriza o atendimento presencial do colaborador.

Não por acaso, o contato interpessoal (BARRETT, 2017; FRANÇA, 2019) é mantido pelo Sicredi como ferramenta indispensável para a sustentabilidade dos negócios: *“preciso conversar com o associado, ver a necessidade dele, o que ele mudou na vida dele, participar mais da vida dele, ensinar a tecnologia, mas não perder ele”* (Gerente de Pessoa Física). Todos estes aspectos evidenciam o Sicredi como empresa que adota uma gestão socialmente responsável buscando um posicionamento enquanto agente essencial de mudança.

O Sicredi também desenvolve ações para a comunidade. *“O Sicredi tem ações sociais bem legais, é bem engajado não só com os associados, mas também com a comunidade”* (Assistente de Pessoa Jurídica). Neste sentido, um dos destaques da qual a agência participa é o Programa Empreender para Transformar que, segundo informações do Relatório do Sicredi das Culturas RS/MG (2018), visa fomentar ações sustentáveis para diversos setores na área de atuação da cooperativa Sicredi das Culturas RS/MG, por meio da distribuição de recursos voltados para a viabilização de projetos educacionais, culturais, esportivos e sustentáveis.

Gestão humanizada e consciente aplicada ao cooperativismo de crédito

O propósito maior, primeiro pilar da gestão humanizada e consciente (BARRETT, 2017; FRANÇA, 2019; HONEYMAN, 2017; KOFMAN, 2018; LALOUX, 2017; REIMAN, 2018) está presente nas estratégias e práticas da agência analisada. Considerando a

relevância das ações internas refletidas em escalas mais amplas, a agência e o Sicredi têm muito presente o princípio cooperativista do interesse pela comunidade, com destaque para estratégias e ações voltadas para demandas coletivas de cunho social e sustentável, visando o bem comum, a transformação positiva e o desenvolvimento da sociedade e de todos os envolvidos.

A integração de *stakeholders* (BARRETT, 2017; HONEYMAN, 2017; LALOUX, 2017; SANTARÉM, 2010) é outro princípio constatado nas atividades e rotinas da agência Sicredi. Para otimizar esta integração, as estratégias e práticas de gestão procuram contemplar todos os *stakeholders* das dinâmicas internas e externas. Evidencia-se, assim, a proximidade deste pilar com os princípios cooperativistas da intercooperação (pois a otimização dos relacionamentos e do clima organizacional é substancial para a efetividade de práticas positivas) e da gestão democrática (pela relevância de todos os membros cooperativistas).

Referente à liderança consciente (BARRETT, 2017, GRAYEB, 2015; KOFMAN, 2018; LALOUX, 2017; REIMAN, 2018), embora a inteligência analítica seja uma habilidade relevante para o desempenho e para os resultados da agência e do Sicredi, os entrevistados destacaram as inteligências emocional, espiritual e sistêmica – que também contemplam os princípios cooperativistas da intercooperação e gestão democrática – como habilidades fundamentais para a condução eficaz dos processos e dinâmicas conduzidos pela empresa, por meio da relevância das práticas de gestão humanizada, voltadas para o bem-estar e para o desenvolvimento emocional e espiritual de gestores, de colaboradores e de associados – considerando suas percepções, perfis e contextos – impactando também na comunidade.

“Temos uma gestão voltada para resultados, porém levando em consideração os aspectos humanos, com a finalidade de agregar qualidade de vida e bem-estar, pois o colaborador contribui para a cooperativa e o associado é o dono desse negócio, diferente de uma instituição financeira convencional, em que as pessoas são mais um número de uma conta” (Gerente Geral). Tais habilidades (emocional e espiritual) remetem

às transformações internas que, por sua vez, refletem em transformações mais concretas e amplas voltadas ao desenvolvimento da agência em estudo, de sua cooperativa, do sistema Sicredi e da sociedade.

Assim, na base do planejamento estratégico, consta a inteligência sistêmica, refletida em práticas que buscam otimizar um dos objetivos principais do cooperativismo: entregar a missão, procurando contemplar todos os *stakeholders*: *“a meta não é proporcionada para o indivíduo, mas para a agência”* (Caixa), *“o Sicredi trabalha como um sistema, atingindo todos os públicos”* (Gerente Geral), *“é uma cooperativa que investe na comunidade local, fazendo um giro na economia local e com que a comunidade cresça”* (Gerente de Agronegócio).

A cultura consciente também está presente nas estratégias e nas práticas de gestão humanizada implementadas na agência Sicredi em estudo, na medida em que são contempladas as sete qualidades mencionadas por Sisodia, Henry e Eckschmidt (2018), tais como: confiança, autenticidade, cuidado, transparência, integridade, aprendizado e empoderamento.

Sobre o valor da confiança, foram elencados principalmente *“o relacionamento, a credibilidade e a confiança entre o gestor e o colaborador e entre colaborador e associado”* (Gerente Geral), refletindo no grau de abertura que permeia as relações estabelecidas entre os públicos envolvidos neste cenário. *“Mesmo com a ascensão tecnológica que trouxe à tona o autoatendimento e as plataformas e contas digitais, o associado – urbano, agro ou Pessoa Jurídica (PJ) – valoriza muito a presença física, a visita do colaborador até o estabelecimento comercial dele, até a residência dele, até a sua propriedade”* (Gerente Geral).

A autenticidade é evidenciada por meio de consultoria cooperativa estratégica, para contemplar de maneira mais direcionada e satisfatória possível as demandas dos diversos associados. Assim, perfis diferenciados requerem implementação de abordagens diferenciadas: *“não posso atender um associado de 19 anos como uma pessoa de mais idade, a linguagem é diferente, temos que nos adaptar ao nosso associado”* (Gerente de Agronegócio), *“entender*

as limitações do outro é fundamental. Vamos até onde o associado pode ir” (Caixa). O Gerente Geral complementa: “os associados repetem várias vezes: o relacionamento com vocês é a principal marca, o principal fator que faz eu ter conta em uma cooperativa”.

Sobre cuidado e integridade, *“o clima organizacional é uma das ferramentas trabalhadas periodicamente no sistema, como indicador de como estão as situações” (Gerente Geral). “Sicredi e gestão tentam proporcionar o melhor ambiente” (Caixa). Neste sentido, são fundamentais os encontros periódicos – permeados pela interação, diálogo, conhecimento e respeito – propostos pelos gestores e direcionados a toda a equipe. “Com essas atividades, entendemos porque a pessoa é daquele jeito, passamos a aceitar, entender e respeitar, e isso faz toda a diferença no relacionamento com o colega e o associado” (Caixa).*

A intercooperação também atende a estes valores – *“dividimos o conhecimento, ajudamos um ao outro” (Gerente de Pessoa Física) – assim como a escuta empática – “buscamos entender o momento do colaborador e sempre que ele sente necessidade de conversar, estamos disponíveis” (Gerente Geral), “vemos eles se importando com a gente” (Caixa) – e a gratidão vinculada ao reconhecimento e valorização do trabalho das equipes e de cada colaborador pelos gestores – “o que dá mais resultado é quando o chefe valoriza o que foi feito, as pessoas se sentem muito bem quando são valorizadas” (Gerente de Pessoa Física).*

Ainda, em relação à integridade, são constatadas as sobras (economias da cooperativa) destinadas anualmente para os associados, uma vez que estas sobras são distribuídas proporcionalmente, de acordo com a contribuição em investimentos e valores das operações de cada associado para a movimentação financeira da agência e, portanto, da cooperativa.

Já a transparência é evidenciada principalmente quanto ao *feedback* dos gestores, colaboradores e associados. Em relação aos gestores, o *feedback* direcionado aos colaboradores é constante na agência pesquisada, sendo caracterizado pela transparência, com destaque para a qualidade do trabalho e quadro evolutivo de cada

colaborador, mediante comunicação assertiva sobre comprometimento e resultados alcançados e almejados. *“Trazemos o colaborador para próximo, fazendo com que olhe aquilo que evoluiu, o que pode melhorar e desenvolver, que saiba o porquê está fazendo isso, quais as consequências”* (Gerente Geral).

Em relação ao *feedback* concedido pelos colaboradores, tem-se a pesquisa de avaliação de clima organizacional, realizada a cada dois anos com este segmento, por meio da aplicação de questionários. E no que se refere aos associados, costumam ser realizadas pesquisas de satisfação sobre as ações desenvolvidas na agência. Afinal, *“existe a preocupação de entendimento e de compreensão com o associado pelo fato dele ser dono”* (Gerente Geral).

Quanto ao aprendizado, o Sicredi investe muito em capacitações para que o gestor se aproxime do colaborador: *“tivemos muita capacitação sobre feedback, sobre escuta ativa, diversas ferramentas de gestão de pessoas”* (Gerente Geral). Além disso, *“os gestores procuram desenvolver o colaborador”* (Gerente de Agronegócio), dedicando-se também a incentivos financeiros para estudos acadêmicos e para a realização de cursos e treinamentos.

O aprendizado, por sua vez, está em conformidade com o princípio cooperativista da educação, formação e informação, ao passo que as práticas cooperativistas evidenciadas neste quesito buscam promover a educação e a formação dos cooperados, de maneira que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das cooperativas e da sociedade como um todo.

Sobre o empoderamento, associado à autonomia e independência (controle) e gestão democrática (participação ativa dos cooperativistas nas políticas e tomadas de decisões), é destacada a participação do colaborador e associado em processos, decisões e estratégias cooperativistas. *“O colaborador está sempre aberto a trocar, sugerir melhorias e, participando desse processo de direcionamento e criação de estratégias, acaba se engajando e internalizando isso”* (Gerente Geral). Quanto ao associado, este é rotineiramente convocado a participar de reuniões e assembleias, realizadas nas agências e comunidades, *“quando o Sicredi quer inovar*

ou propor algo, fazendo o associado sentir-se importante” (Gerente Geral).

Por fim, a Figura 1 apresenta os princípios cooperativistas identificados em cada pilar da gestão humanizada, nas práticas evidenciadas da agência em estudo.

Figura 1 – Gestão humanizada e princípios cooperativistas nas práticas da agência Sicredi



Fonte: Autores, 2020

Portanto, nas práticas implementadas, o propósito maior relaciona-se ao princípio cooperativista do interesse pela comunidade, a integração de *stakeholders* e a liderança consciente identificam-se com os princípios da intercooperação e gestão democrática, e a cultura consciente remete à intercooperação; gestão democrática; educação, formação e informação; e autonomia e independência – com destaque para os princípios cooperativistas da intercooperação e gestão democrática em três dos quatro pilares da gestão humanizada.

Considerações finais

Considerando a relevância do cooperativismo e do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento territorial e as contribuições da gestão humanizada para o desenvolvimento

organizacional, este capítulo cumpriu os objetivos de identificar as inter-relações, aplicações e contribuições dos pilares da gestão humanizada e consciente quanto aos princípios e práticas do cooperativismo, com foco no cooperativismo de crédito, a partir da análise de uma agência da cooperativa Sicredi das Culturas RS/MG, na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Com base nos aspectos apresentados a partir das entrevistas, constatou-se que as estratégias e práticas cooperativistas, mencionadas pelos respondentes e implementadas cotidianamente na agência Sicredi analisada neste estudo, estão inter-relacionadas a todos os pilares referenciados por Mackey e Sisodia (2018) como constituintes da gestão humanizada: propósito maior, integração de *stakeholders*, liderança consciente e cultura consciente.

Também foram identificadas proximidades destes pilares e das práticas evidenciadas com alguns princípios que regem as atividades do cooperativismo – gestão democrática; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade – reafirmando a coerência entre discurso e prática na gestão cooperativista, permeados pela gestão humanizada como estratégia inovadora e eficaz neste cenário.

Desta forma, este capítulo permite concluir que a gestão humanizada e consciente tem uma significativa inter-relação com os princípios e práticas cooperativistas, contribuindo para a otimização dos fundamentos e das ações que permeiam os processos internos e externos implementados neste cenário, constituindo-se como diferencial valorativo e competitivo para a agência Sicredi analisada neste estudo, para sua respectiva cooperativa e para o sistema Sicredi, perante o mercado do cooperativismo e do cooperativismo de crédito, e a sociedade.

Destacam-se, ainda, as contribuições teóricas e práticas deste estudo quanto a abordagens relacionadas à gestão humanizada e ao cooperativismo de crédito e sua relevância para acadêmicos, docentes e teóricos das áreas da gestão e do desenvolvimento, assim como para gestores, colaboradores, associados e demais

stakeholders atuantes na agência em estudo e em todo o cenário do cooperativismo e do cooperativismo de crédito.

Portanto, com a finalidade de agregar conhecimentos e práticas ao estudo, sugere-se estudos de caso ou multicaso sobre a aplicabilidade da gestão humanizada em outras agências e cooperativas Sicredi, em outras cooperativas de crédito, em instituições financeiras e também em outros tipos de ramo de atuação no cooperativismo, abrangendo diversas escalas territoriais.

Referências

BARRETT, R. **A organização dirigida por valores: liberando o potencial humano para a performance e a lucratividade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FRANCISCO, J. R. S. *et al.* A importância das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento regional: um estudo na SICOOB Credicampo. In: CONGRESSO VIRTUAL DE ADMINISTRAÇÃO, 6, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Convibra, 2009.

FRANÇA, A. **Gestão humanizada: liderança e resultados organizacionais**. 3. ed. Belo Horizonte: Ramalhete, 2019.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAYEB, F. R. **Liderança e consciência: o modelo de três círculos para integrar crescimento pessoal e profissional**. Tradução de Moderattus. 1. ed. São Paulo: Uno, 2015.

HONEYMAN, R. **O manual da Empresa B: como usar os negócios como força para o bem**. Tradução de Maikon Augusto Delgado. 1. ed. Curitiba: Voo, 2017.

KOFMAN, F. **Liderança e propósito**: o novo líder e o real significado do sucesso. Tradução de William Zeytounlian. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

LALOUX, F. **Reinventando as organizações**: um guia para criar organizações inspiradas no próximo estágio da consciência humana. Tradução de Isabella Bertelli. Curitiba: Voo, 2017.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo Consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo**: gerando trabalho e emprego. 2018. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticia/21082/cooperativismo-gerando-trabalho-e-emprego>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Os 7 princípios do cooperativismo**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. **Harvard Business Review**, p. 1-17, jan./fev. 2011.

REIMAN, J. **Propósito**: porque ele engaja colaboradores, constrói marcas fortes e empresas poderosas. Tradução de Marcela Andrade. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

SANTARÉM, R. **A perfeita alegria**: Francisco de Assis para líderes e gestores. Petrópolis: Vozes, 2010.

SARTOR, C. R.; KNUPPEL, M. A. C. As relações entre o econômico e o social no cooperativismo: algumas reflexões. **Publica Cresol**, p. 1-11. 2016.

SICREDI. **Sicredi está entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil**. 2019. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/noticia/Sicredi_melhores_empresas_para_trabalhar_2019/. Acesso em: 10 mar. 2020.

SICREDI DAS CULTURAS RS/MG. **Relatório**. 2018.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo Consciente**: guia prático – ferramentas para transformar sua organização. Tradução Silvia Morita. Curitiba: Voo, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

O INVESTIMENTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2018

Guilherme Inchausp Moreira
Jeferson Luís Lopes Goularte
Gabriela Cappellari

Considerações iniciais

A avaliação do investimento público em saneamento básico no Brasil mostra-se de suma importância para compreensão do quadro em que se encontra, de dificuldade em universalizar os serviços. Durante décadas o tema é objeto de pesquisas que demonstram a evolução do quadro ao passar dos anos, como as de Monteiro (1993), Turolla (2002) e Saiani e Júnior (2010), analisando diversos fatores, como índices de doenças, emprego e renda, derivados da oferta de saneamento básico.

De acordo com Costa (2017) o fluxo migratório brasileiro ocorrido na década de 1960, serviu para acentuar o problema da falta de saneamento básico nas cidades, visto que com o aumento da migração do campo para a cidade em poucos anos, a demanda por serviços de saneamento básico automaticamente acabaria por aumentar.

A Lei nº 5.318/1967 instituiu a Política Nacional de Saneamento e criou o Conselho Nacional de Saneamento, foi um marco para a política de saneamento básico no Brasil (BRASIL, 1967). O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) vigente foi aprovado pela Lei nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (BRASIL, 2007). Esta Lei é fundamental para a compreensão do investimento público brasileiro e seu impacto na política de saneamento, de modo a identificar fatores que sejam impactantes positivamente ou negativamente nos investimentos públicos em saneamento básico.

O saneamento básico apresenta-se como fundamental instrumento de prevenção de doenças. Água potável, esgoto tratado e coleta de resíduos resulta em diminuição de doenças, redução da mortalidade infantil, melhora da qualidade de vida, despoluição de rios e seus afluentes, entre outros. Freitas et al. (2014) afirmam que a falta de saneamento básico impacta negativamente na atividade econômica, sendo que com a falta de esgotamento sanitário, afastamentos por conta de diversos tipos de infecções, influenciando negativamente a saúde e o desenvolvimento profissional do cidadão.

Este estudo tem como objetivo analisar o investimento público em saneamento básico no Brasil, dos estados e do Distrito Federal, em relação às metas do PLANSAB, se estão sendo cumprido as metas para universalização do saneamento básico, no período de 2014 a 2018.

Justifica-se este estudo em relação ao investimento público em saneamento básico que é importante para diversos setores, que vão da educação até a produtividade no trabalho, mas o cenário onde este investimento mais se destaca é na saúde. No ano de 2010 a incidência de internações, segundo os estudos do Painel Saneamento Brasil, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), para crianças de 0 a 4 anos de idade no Brasil foi de 140,38 para cada 10 mil habitantes, enquanto no ano de 2017 o número caiu para 56,31 para cada 10 mil habitantes (TRATA BRASIL, 2017).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2018 atestou que cerca de 85,8% dos domicílios brasileiros contavam com acesso à rede geral de distribuição de água, enquanto os índices de esgotamento sanitário estavam em 66,3%, seja por rede geral ou fossa ligada à rede (IBGE, 2018). Assim, demonstrando pouca evolução na oferta de saneamento básico para a população.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se quanto à natureza aplicada, quanto aos objetivos descritiva, quanto a abordagem quantitativa, quanto aos procedimentos levantamento de dados. Segundo

Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. De acordo com Gil (2002) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. Fonseca (2002) observa que a pesquisa quantitativa, ao contrário da pesquisa qualitativa, pode ser quantificada. Ainda, Fonseca (2002) observa que os levantamentos de dados podem ser de uma amostra ou de uma população, sendo utilizado em estudos exploratórios e descritivos.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa documental. Foi buscado relatórios do Instituto Trata Brasil, estudos elaborados a partir dos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Também foi buscado informações na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tanto os relatórios do Instituto Trata Brasil quanto as pesquisas do IBGE, serviram de base comparativa para avaliar a evolução dos serviços em relação aos investimentos públicos em saneamento básico. Ainda, foram buscadas as metas no PLANSAB por região e os valores empenhados na função Saneamento nos Balanços Anuais disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), referente ao período de 2014 a 2018, por estado e Distrito Federal.

Foram analisados os valores empenhados na função Saneamento levantados nos Balanços Anuais disponíveis no SICONFI em relação aos investimentos públicos em saneamento, por ano e no período pesquisado, identificando aos valores totais empenhados por estado e Distrito Federal, a soma dos valores empenhados por região. Também foi analisado a relação das metas do PLANSAB e os investimentos públicos em saneamento utilizando a análise estatística, em que foi calculado o percentual de crescimento ou queda nos valores empenhados de um ano para

outro e no período pesquisado, considerando as metas do PLANSAB relacionadas ao Esgotamento e Abastecimento de Água - Urbano e Rural. Na análise dos investimentos públicos em saneamento básico foi utilizado o valor corrente. Também foi utilizada a análise interpretativa para analisar a relação entre investimento em saneamento básico e as metas do PLANSAB, e o ritmo dos investimentos em saneamento básico no Brasil.

Resultados e discussão

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, inicialmente é realizada a análise dos investimentos públicos em saneamento básico, a seguir é realizada a análise entre os investimentos públicos em saneamento básico e as das metas do PLANSAB.

Análise dos Investimentos Públicos em Saneamento Básico

Neste item são analisados os valores empenhados na função Saneamento levantados nos Balanços Anuais no período de 2014 a 2018. A coleta de dados, realizada de maneira individual, com cada estado e Distrito Federal, tendo seus valores levantados e somados para serem analisados por região, de modo a estabelecer uma relação comparativa entre os valores empenhados e as metas do PLANSAB.

A região que apresentou os valores empenhados mais altos foi a Nordeste, com valores na ordem de R\$ 9,7 bilhões, valores insuficientes para manter o padrão de investimentos desejados no planejamento adotado pelo PLANSAB, que foi na ordem de R\$ 22 bilhões para o período. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) 2018 mostrou que cerca de 44,6% dos domicílios na região contavam com escoamento de esgoto pela rede geral ou fossa ligada à rede, enquanto 80,2% contavam com abastecimento de água por rede geral de distribuição (IBGE, 2018). Logo em seguida, a região Sudeste apresenta valores empenhados mais altos, ocupando o segundo lugar. Os valores empenhados foram

cerca de R\$ 5,4 bilhões, valores abaixo do que foi planejado no PLANSAB. A região contava com cerca de 92,4% dos domicílios abastecidos com água por rede geral, enquanto 88,6% contavam com esgotamento sanitário ligado à rede geral ou por fossa, de acordo com a PNAD 2018 (IBGE, 2018).

Com o terceiro maior nível de valores empenhados está a região Norte, com valores na casa de R\$ 2,3 bilhões, também apresentando valores abaixo das metas do PLANSAB. Observa-se que mantido o nível de investimentos na região, acaba sendo inviável o cumprimento das metas de universalização dos serviços de água e esgoto, que apresentam índices abaixo da média nacional. A PNAD 2018 indicou que apenas 21,8% dos domicílios eram abrangidos com esgotamento sanitário ligado à fossa ou rede geral, enquanto 58,9% tinham disponibilidade de abastecimento de água por rede geral (IBGE, 2018). A região Centro Oeste ocupa a quarta posição no que diz respeito aos valores empenhados, com valores na casa de R\$ 429,7 milhões, apresentando um resultado baixo do planejado, observa-se que o ritmo desejado para universalização dos serviços não está sendo cumprido. A PNAD 2018 apresenta para esta região que cerca 87,5% dos domicílios com abastecimento de água por rede geral e apenas 55,6% com esgotamento sanitário ligado à fossa ou rede geral (IBGE, 2018).

A região Sul ocupa o último lugar em valores empenhados, com recursos na ordem de R\$ 238,4 milhões. A região Sul possui bons índices de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em relação à média nacional, mas os valores empenhados são abaixo do que foi planejado no PLANSAB, evidenciando o não cumprimento das metas do PLANSAB. A PNAD 2018 apontou que a região sul conta com 97,5% de abrangência no serviço de abastecimento de água por rede geral, enquanto 66,8% dos domicílios eram atendidos com ligação de esgoto por rede geral ou fossa ligada à rede (IBGE, 2018).

Na região Sul, o Rio Grande do Sul a partir de 2015, mesmo com o cenário econômico desfavorável, os investimentos são maiores e mantêm-se numa constante até 2018, contando com uma

leve queda no ano de 2016. Santa Catarina e Paraná passaram por instabilidades nos valores empenhados durante o período, sendo que a partir de 2015 os valores empenhados por Santa Catarina tornaram-se cada vez menores, com o Paraná tendo uma leve recuperação em 2016, mas que se mostra baixo para acompanhar as metas do PLANSAB.

A região Sudeste manteve uma constante no que diz respeito à despesa empenhada. As maiores quedas nos valores empenhados ocorreram entre 2015 e 2016, sendo que em 2017 houve recuperação e incremento dos valores empenhados. No ano de 2018 houve uma nova diminuição dos valores empenhados, exceto no Espírito Santo, que contou com aumento de cerca de 54% em relação ao ano de 2017.

Na região Centro Oeste, em 2015, houve aumento significativo em relação ao ano anterior em Mato Grosso do Sul e Goiás, além de aumento de apenas 1% no Mato Grosso, sendo que o Distrito Federal teve queda de mais de 80% em relação ao ano anterior, quando foram empenhados cerca de R\$ 813 mil. No ano de 2016 o Distrito Federal apresentou o melhor índice em relação ao ano anterior, com cerca de R\$ 9 milhões empenhados. Goiás apresentou mais uma alta na sua despesa empenhada em relação ao ano de 2015, com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul os destaques negativos, por conta da diminuição da despesa empenhada em relação ao ano anterior.

A região Nordeste, que na soma entre todos os anos obteve os maiores valores empenhados, apresenta, em sua maioria, evolução de investimentos em 2014, exceto os estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que apresentaram decréscimo nas despesas empenhadas. Entre 2014 e 2015 houve queda nos valores em todos os estados da região, sendo que entre 2015 e 2016 o padrão de queda manteve-se, sendo exceção os estados do Maranhão, Ceará e Paraíba. Os períodos de 2016 a 2017 e 2017 a 2018 apresentam um cenário de quedas mais acentuadas na Paraíba, Sergipe, Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí. Essa instabilidade nos investimentos, mesmo que a região tenha os

maiores valores empenhados, contribui para a manutenção dos baixos índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A região Norte, que conta com baixos índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário, teve em 2014 certa estabilidade nos valores empenhados, exceto Tocantins, Roraima e Rondônia que contaram com consideráveis quedas em seus investimentos. No período de 2014 a 2015 houve quedas significativas em praticamente todos os estados, exceto Tocantins, com um alta de cerca de 9% em relação ao ano anterior. Entre 2015 e 2016 houve melhora nos índices de investimentos, com todos estados tendo empenhado valores superiores a 2015. No período de 2016 a 2017 somente Tocantins e Amapá empenharam valores maiores do que no ano anterior, sendo que os demais estados contaram com consideráveis quedas nos seus valores empenhados. No ano de 2018 os valores empenhados aumentaram em relação a 2017 de maneira considerável, sendo que Rondônia e Pará tiveram os maiores aumentos, com Tocantins e Roraima tendo queda nos valores empenhados.

O baixo investimento em saneamento básico no Brasil acabou atrasando o país no cumprimento de suas metas em relação à universalização dos serviços. A pesquisa revela que esse atraso pode estar relacionado não somente ao quadro de baixo crescimento econômico e contas públicas deficitárias, ao contrário do previsto no plano, mas também por não ser objeto de prioridade dos governos estaduais. De acordo com estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) o valor médio anual de investimento em saneamento básico entre 2010 e 2017 foi de cerca de R\$ 13,6 bilhões. Para alcançar o patamar médio de investimentos necessários para atingir a meta do PLANSAB, os investimentos teriam de crescer cerca de 60% (CNI, 2018).

A análise realizada está consonância com a afirmação de Lobo (2016) em “subdesenvolvimento sanitário”. Mesmo com a região Nordeste contando com os maiores valores empenhados no período, os valores são insuficientes para que o cenário de déficit seja resolvido. Assim, mantendo algumas regiões com melhores

índices, e outras com as desigualdades de investimentos e abrangência de serviços. Saiani e Júnior (2010) destacam que a expansão dos serviços de saneamento básico acabou por acentuar o déficit nas regiões Norte e Nordeste, sendo que os valores investidos nas regiões com melhores índices foram maiores do que nas regiões com menores índices, acarretando no que foi caracterizado como “agravamento dos desequilíbrios do déficit de acesso”. Para Lobo (2016) a desigualdade é uma das principais características do saneamento básico no país. É evidente a disparidade da cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário na comparação entre as diferentes regiões brasileiras conforme dados do IBGE. Na região Sudeste, há maior cobertura dos serviços de água e esgoto comparativamente as das regiões Sul e Centro-Oeste, ambas com indicadores superiores aos do Nordeste.

Os estados e Distrito Federal, organizados em regiões, como estabelecido no PLANSAB, passaram por instabilidades em seus orçamentos, levando à queda das despesas empenhadas na função Saneamento, resultando em baixo investimentos públicos em saneamento básico, impossibilitando o cumprimento das metas estabelecidas no PLANSAB para o período de 2014 a 2018, comprometendo os demais prazos, visto que os estados e o Distrito Federal passam por dificuldades em seus orçamentos públicos.

Análise dos Investimentos Públicos em Saneamento Básico e as Metas PLANSAB

Neste item são comparadas as metas do PLANSAB relacionadas ao Esgotamento e Abastecimento de Água - Urbano e Rural e os valores empenhados na função Saneamento levantados nos Balanços Anuais no período de 2014 a 2018, de modo a estabelecer uma relação entre o que foi planejado no PLANSAB e o que foi executado nos orçamentos públicos dos estados e do Distrito Federal. A Tabela 1 demonstra as metas do PLANSAB e os investimentos públicos em saneamento, e o percentual de cumprimento das metas.

Tabela 1 - Comparação das Metas do PLANSAB e dos Investimentos Públicos em Saneamento no período de 2014 a 2018

Macrorregião	Período de 2014 a 2018		
	Metras do PLANSAB	Investimentos em Saneamento	% Cumprimento das Metas
Norte	8.885.000.000,00	2.331.863.381,90	26,24%
Nordeste	22.045.000.000,00	9.704.159.278,01	44,02%
Sudeste	32.472.000.000,00	5.467.897.852,91	16,84%
Sul	14.859.000.000,00	238.433.582,25	1,60%
Centro Oeste	9.206.000.000,00	429.734.444,80	4,67%
Total	87.467.000.000,00	18.172.088.539,87	20,77%

Fonte: Elaborado com base nas Metas do PLANSAB e nos valores empenhados na função Saneamento constante nos Balanços Anuais disponíveis no SICONFI, 2019

A Tabela 1 demonstra que os melhores índices de investimento em relação as metas estabelecidas no PLANSAB vieram da região Nordeste, mesmo com o investimento não chegando a 50% do que foi planejado. A região Nordeste sofre com altos déficits no que diz respeito ao esgotamento sanitário e abastecimento de água, com cerca de 35,1% de abrangência dos serviços de esgotamento sanitário (IBGE, 2011). O não cumprimento do planejado no PLANSAB deixa em evidência que a região seguirá com seus índices abaixo da média nacional de 85,8% para abastecimento de água e de 66,3% para esgotamento sanitário (considerando rede geral ou fossa ligada à rede geral), acarretando num déficit constante de serviços (IBGE, 2018).

A região Norte, também muito afetada pelo déficit de serviços, recebeu cerca de 26% daquilo que foi planejado entre 2014 e 2018. Cerca de R\$ 2 bilhões foram investidos na região, o que se mostra insuficiente para uma considerável melhora dos índices de saneamento básico. A PNAD 2018 demonstra que em 2016 o índice de domicílios da região que contavam com esgotamento sanitário era de 18,9%, enquanto em 2018 foi de 21,8%, tendo um pequeno aumento no período, mas ainda abaixo do necessário para universalização dos serviços (IBGE, 2018).

A região Sudeste, que possui o melhor índice de esgotamento sanitário e o segundo em abastecimento de água com 88,6% e 92,4%, respectivamente (IBGE, 2018), recebeu pouco mais de R\$ 5 bilhões em investimentos, cerca de 16% do que o planejado para o período. A situação da região, mesmo com os investimentos abaixo do previsto, mantém-se acima da média nacional na abrangência dos serviços de saneamento básico.

A região Sul possui indicadores favoráveis em relação ao esgotamento sanitário e abastecimento de água, cabendo margem para crescimento dos serviços para posterior universalização, principalmente o de esgotamento sanitário, que conta com 66,8% de domicílios atendidos (IBGE, 2018). Os investimentos previstos, de cerca de R\$ 14 bilhões não foram cumpridos, com somente R\$ 238 milhões sendo empenhados no período, ou seja, cerca de 1,60% do planejado. A PNAD 2018 constatou que as regiões com os melhores índices de abastecimento de água por rede geral são as regiões Sul e Sudeste, com 88,8% e 92,4%, respectivamente (IBGE, 2018). Essas regiões, em especial a Sul, não cumpriram as metas do PLANSAB, tendo a possibilidade de melhorar os índices de esgotamento sanitário, que cobria cerca de 66,8% de seus domicílios.

A região Centro Oeste que contou com um planejamento para receber cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos, empenhou apenas R\$ 429 milhões, cerca de 4,67% do planejado. Com investimentos baixos, mostra-se inviável uma melhor oferta dos serviços e, conseqüentemente, maior abrangência dos mesmos. A PNAD 2018 demonstra que apenas 55,6% dos domicílios contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa, enquanto o índice de abastecimento de água por rede geral foi de 87,5% (IBGE, 2018).

Os dados analisados demonstram que as metas estabelecidas no PLANSAB não foram cumpridas por nenhuma das regiões do país, com investimentos abaixo da necessidade e demanda identificada no Plano. O cenário econômico desfavorável que se apresentou após a elaboração do Plano, com a recessão econômica de 2015 e 2016, além da deterioração das contas públicas e

consequente falta de recursos para investimentos (BNDES, 2018), são fatores a serem levados em consideração para investimentos abaixo do planejado. O Cenário 1 do PLANSAB, que serviu de referência para a presente pesquisa, não foi cumprido entre os anos de 2014 e 2018 no que diz respeito aos investimentos públicos em saneamento básico, impossibilitando a principal meta do Plano, a universalização do saneamento básico e mantendo as desigualdades de abrangência dos serviços.

Considerações finais

Os objetivos da pesquisa foram cumpridos por meio de coleta e análise de dados, a partir das metas estabelecidas no PLANSAB e dos Balanços Anuais disponibilizados no SICONFI, que permitiu realizar a análise dos investimentos públicos em saneamento básico levantados nos Balanços Anuais, a análise da relação entre os investimentos públicos em saneamento básico e as metas estipuladas no PLANSAB.

As metas estabelecidas no PLANSAB mostraram-se otimistas, uma vez que o cenário planejado não foi cumprido. Tanto os estados quanto o Distrito Federal enfrentam dificuldades para realização de investimentos públicos e, conseqüentemente, em saneamento básico, o que prejudica a trajetória de crescimento nos índices de abrangência dos serviços de saneamento básico.

Os investimentos públicos em saneamento básico analisados demonstraram que os valores empenhados na função Saneamento foram abaixo do necessário para diminuir a desigualdades e atender as necessidades e a demanda da oferta dos serviços para a população. Situação estão que sofreu com a crise econômica e fiscal, acentuada a partir dos anos 2015 e 2016, acabou por reduzir a capacidade de investimentos pelo Setor Público.

Observou-se que as metas do PLANSAB não foram cumpridas em comparação com as despesas empenhadas na função Saneamento levantadas nos Balanços Anuais dos estados e do Distrito Federal. Assim, mantendo-se esse nível de investimento,

no ano de 2033, seguirá resultando em déficit a oferta de saneamento básico, e conseqüentemente, a universalização de água e esgoto para a população.

Algumas limitações na pesquisa podem ser identificadas, como a ausência dos municípios nas análises. A ausência se dá pelo fato da limitação de tempo para desenvolvimento do estudo, sendo que uma análise por amostragem poderia levar a resultados que não condizem com a realidade.

Este estudo poderá contribuir para estudos, pesquisas e debates públicos em relação ao saneamento básico, visto que a trajetória de investimentos públicos e as metas não cumpridas impactam diretamente na oferta do serviço para a população. Uma contribuição é que pode ser tema de discussão sobre a forma que o Setor Público planeja e executa os orçamentos destinados para o saneamento básico, podendo ser o questionado sobre as prioridades para aplicação dos recursos públicos, e auxiliar na compreensão do déficit em saneamento básico.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.318, de 26 de setembro de 1967. Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de setembro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5318.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Lei. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/L11445.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **O Crescimento da Economia Brasileira 2018-2023**. Brasília: BNDES, 2018, 61 p. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Saneamento Básico: uma agenda regulatória e institucional**. Brasília: CNI, 2018, 56 p. Disponível em: <<http://www.portal.daindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes-2018/downloads/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

COSTA, Taís Gonçalves Neto. **Crescimento Demográfico e Saneamento Básico nas Capitais Regionais do Brasil**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, 116 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC-AWSH87/1/disserta__o_tais_costa_2017.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação. Fortaleza, 2002, 127 p. Disponível em: <[http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostila Metodologia.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostila%20Metodologia.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FREITAS, Fernando Garcia de; BANDEIRA, Andrea Camara; MAGNABOSCO, Ana Lelia; BANDEIRA, Sergio Camara. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento**. São Paulo, 2014, 23 p. Disponível em: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio_Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002, 176 p. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar__projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade

de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2009, 120 P. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>.

Acesso em: 11 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011**. Rio de Janeiro, 2012, 282 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261566>>.

Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2018**. Rio de Janeiro, 2019, 8 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101654>>.

Acesso em: 27 set. 2019.

LOBO, Rodrigo Luiz Nascimento. **O Saneamento Básico no Brasil: Um estudo sobre a distribuição de investimentos públicos federais nas cidades médias entre 2004 e 2013**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, 172 p. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/859334.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MONTEIRO, Jose Roberto do Rego. **PLANASA - Análise de Desempenho**. 1993, p. 12. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11187037-Plano-nacional-de-saneamento.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SAIANI, Carlos César Santejo; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). **Economia e Sociedade**. Campinas, 2010, v. 19, n. 1, p. 79-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a04v19n1>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TUROLLA, Frederico A. **Política de Saneamento Básico: Avanços Recentes e Opções Futuras de Políticas Públicas**. IPEA, Brasília, 2002, 29 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4155>. Acesso em: 17 ago. 2019.

TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. **Painel Saneamento Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=2&SE%5Bs%5D=21&SE%5Bid%5D=INCIDE_00_04>.

Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. **Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil**. 2018, 86 p. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/beneficios/Reat%C3%B3rio-Benef%C3%ADcios-do-saneamento-no-Brasil-04-12-2018.pdf>>.

Acesso em: 03 out. 2019.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CERVEJARIAS ARTESANAIS

Táisa Schefer Roveda
Maria Margarete Baccin Brizolla
Daniel Knebel Baggio
Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen

Considerações iniciais

A sustentabilidade tem como significado maior o aproveitamento de recursos de forma saudável, para que as necessidades sejam supridas, mas que isso seja realizada de forma que não haja um comprometimento com as gerações futuras. Assim, Pereira, Silva e Carbonari (2011) apontam que nas últimas décadas, o termo tornou-se um princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não deve comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

As organizações cada vez mais estão desempenhando papéis sustentáveis. Pelo fato de que há pressões da sociedade em adotar padrões mais éticos e responsáveis. O comportamento ético e moral tem norteado as ações empresariais da atualidade. Muitas empresas mostram maior consideração e preocupação em proporcionar um ambiente confortável e adequado para o trabalho, formando um cenário em que a transparência e a responsabilidade passam a ser mais importantes (MACÊDO; GADELHA; CANDIDO, 2014).

Grunde, Li e Merl (2014), destacam cinco principais desafios de uma cervejaria artesanal, que são energia, água, agricultura, embalagem e distribuição, indicando aos gestores a necessidade de práticas de monitoramento, que permitam minimizar seus impactos negativos. Ainda os autores mencionam quatro fatores

positivos dessas organizações que são conexão local, economia local, interação social e identidade cultural, os quais segundo Carroll (1998) podem constituírem-se em um conjunto de estratégias de gestão ambiental e social para realizar interesses organizacionais e simultaneamente, promover benefícios sociais, atendendo os requisitos legais e por vezes (PELOZA, 2009), indo além do que é legalmente exigido.

Almeida (2007), destaca que este tema apresenta implicações múltiplas na vida econômica e social, fazendo menção ao debate a respeito das fronteiras da intervenção empresarial na sociedade e os limites éticos que devem nortear essas ações. A partir do exposto tem-se a questão de investigação: Como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômico, social e ambiental? Assim o objetivo do estudo é de verificar como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômica, social e ambiental.

O estudo justifica-se pelo fato de que o mercado cervejeiro artesanal apresentou um crescimento significativo nos últimos anos, conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (Mapa 2019). Em 2018, quando o país atingiu a marca de 889 cervejarias, foram registrados 210 novos estabelecimentos, sendo que a cada dois dias uma cervejaria abria as portas no Brasil. Já em 2019 o crescimento foi ainda maior, foram 320 novas cervejarias registradas, ou seja, quase uma nova cervejaria por dia no país. Em 2018, no RS, foram registradas 186 cervejarias, onde a capital, Porto Alegre, liderou com 465 registros de cervejarias artesanais. Já em 2019, no RS 236 registros, e mais 39 cervejarias na capital gaúcha. (MAPA, 2019).

Considerando que este debate está fortemente presente nas indústrias e nos processos de produção, entende-se que o setor de cervejarias artesanais é um importante lócus de estudo, visto que para esta temática no Brasil foi encontrado o estudo de Lima e Walter (2017) que abordaram a produção mais limpa e sustentável em indústrias de cerveja, de grande porte, cujos resultados indicam

a adoção de práticas ambientais considerando a produção mais limpa, sendo que a visão da produção mais limpa se coaduna com o conceito de sustentabilidade ao permitir ganhos nas esferas econômica, social e ambiental.

A nível internacional, Patterson, Hoalst-Pullen e Pierson (2016), verificou as ações de sustentabilidade econômica, ambiental e social em cervejarias artesanais nos EUA, sendo analisadas as semelhanças e diferenças nas ações de sustentabilidade entre as cervejarias artesanais, bem como diferentes tipos de microcervejarias e cervejarias. As descobertas mostram pequenas diferenças entre os tipos de cervejaria no pilar econômico, enquanto se diferiram significativamente nos pilares ambiental e social.

Sendo assim, na sequência deste capítulo, é apresentada a metodologia. Após, são apresentados os resultados, destacando as estratégias e práticas que permeiam o local de investigação do estudo e suas inter-relações, e de que forma são utilizados os meios sustentáveis nos casos em estudo. Por fim, tem-se as considerações finais e as referências utilizadas para o embasamento do capítulo.

Metodologia

Propondo atender o objetivo geral deste estudo que é verificar como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômico, social e ambiental, optou-se por uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, por meio de estudo de campo, sendo aplicado um questionário com 42 questões abertas para os gestores das cervejarias.

A pesquisa qualitativa segundo Richardson (2012), apresenta as investigações que se voltam para este tipo de análise que têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares, podendo descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em

maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2012).

É descritiva pois visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações (NEUMAN, 1997). A estratégia de pesquisa é estudo de campo que segundo Gil (2019) procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

Para a elaboração do questionário utilizou-se estudos sobre o tema de pesquisa, sendo eles Flores (2015) na abordagem da sustentabilidade, que contempla os pilares econômicos, sociais e ambientais e o estudo de Macêdo, Gadelha e Cândido (2014), utilizado na construção dos parâmetros para a aplicação do modelo conceitual tridimensional de performance social de Schwartz e Carroll (2003), que contempla as dimensões econômica, ética e legal.

A dimensão econômica, em que a empresa tem a necessidade de oferecer ao seu público produtos e serviços adequados e garantir o retorno financeiro a acionistas, sócios, fornecedores, funcionários e parceiros, a dimensão legal, determina que as leis e regulamentações formam a estrutura legal sobre a qual se espera que os negócios operem. E por fim o pilar ético, considerado como o mais difícil de ser trabalhada e praticada nos negócios, implica a análise reflexão ética na tomada de decisões na empresa.

O questionário foi dividido em três partes, contemplando os três pilares da sustentabilidade: econômica, ambiental e social, sendo este instrumento foi aplicado por um dos pesquisadores nas dependências das empresas sendo uma na região central, e outra na região oeste do estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 10 a 20 de agosto de 2019. Para a elaboração do questionário elaborou-se um roteiro de modo que as respostas obtidas respondessem a questão de investigação.

Resultados e discussões

Neste tópico, são apresentadas as análises dos resultados a partir das respostas obtidas ao questionário, visando atender ao objetivo proposto que foi verificar como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômica, social e ambiental. Assim sendo, as cervejarias são denominadas de Alfa e Beta respectivamente.

Inicialmente, verificou-se que a fundação das cervejarias artesanais pesquisadas foram: cervejaria Alfa, criada em 2015; e cervejaria Beta, criada em 2016. Na sequência, são apresentados os resultados obtidos com as questões que correspondem ao pilar ambiental.

Sendo assim, verifica-se que são utilizados, nas empresas pesquisadas, a energia elétrica, gás liquefeito de petróleo (GPL) a granel e energia solar. Nota-se, ainda, a partir da visita realizada, que há um controle no consumo da energia, o qual é efetuado a partir de planilhas de monitoramento. A cervejaria Alfa utiliza, para a produção de cerveja, resfriamento dos fermentadores e barris, e a fonte de energia é elétrica e gás GPL à granel. A cervejaria Beta menciona que utiliza a energia elétrica, com aquecimento de substâncias realizado por gerador de vapor com utilização de gás GPL e utiliza a energia elétrica da rede pública.

Com relação ao consumo de água, as empresas utilizam água de poço artesiano e da rede municipal, sendo que a empresa Beta possui um centro de tratamento e reutilização de água e resíduos sólidos. Esses indicativos foram constatados a partir das repostas dadas pelos respondentes e a partir das observações efetuadas durante a fase de pesquisa.

Referente às ações para o uso eficiente dos recursos utilizados na produção, como o uso de água, matéria prima e economia de energia, verificou-se que a cervejaria Alfa utiliza iluminação de *Light Emitting Diode* (LED), diodo emissor de luz; a cervejeira Beta faz o reaproveitamento de água aquecida durante o processo de troca de calor para utilização na pasteurização de garrafas e/ou

limpeza de equipamentos e está em fase de implantação da energia solar.

De acordo com o estudo de Bemfica e Bemfica (2015), o tratamento e reutilização da água são importantes ações que possibilitam a conservação desse recurso, sendo que a tecnologia empregada nessas práticas auxilia na eficiência do seu uso. Dessa maneira, conservar a água e reutilizá-la significa que o ser humano é capaz de atuar de modo produtivo na preservação do meio ambiente.

Percebe-se que a dimensão ética, que remete ao modelo tridimensional de Schwartz e Carroll (2003), também está presente nas questões analisadas, sendo nas práticas ambientais de controle no consumo de recursos, bem como na utilização de energia renovável, tratamento e reutilização de água e conscientização de consumo nos colaboradores.

Klaus e Scherer (2017) destacam que campanhas de redução de consumo são sempre bem-vindas nas organizações, sendo importante cada cervejaria fazer o uso consciente dos equipamentos, adotando ações para o controle e diminuição do consumo de recursos, como matéria prima, energia e água. A inovação nos processos de produção e busca por tecnologias limpas estão relacionadas à sustentabilidade, estando associadas aos pilares ambientais, econômicos e sociais, bem como à dimensão ética apresentada pelo modelo tridimensional de Schwartz e Carroll (2003).

Com relação aos resíduos sólidos, buscou-se saber, a partir do questionário e observação, se a cervejaria realiza atividades para redução no consumo de materiais, ações de reutilização e separação de resíduos e a destinação adequada. Para a cervejaria Alfa, verificou-se a existência de parcerias com criadores de animais para consumo do subproduto da produção de cerveja. Ainda, os gestores mencionam que fazem o possível para reutilizar o que é possível ser reaproveitado, como o caso da reutilização do fermento na produção de cerveja. Com relação à separação de

resíduos, são destinados à reciclagem em locais específicos, como cooperativas de reciclagem e coleta urbana.

Na cervejaria Beta, observou-se que são buscados insumos que apresentem maior potencial de eficiência, permitindo diminuir a quantidade utilizada, sem que haja queda na qualidade do produto. Os resíduos da produção dessa empresa são destinados a pequenos produtores de animais, os quais utilizam como adubo ou alimentação animal. A lavagem de equipamentos e a pasteurização de garrafas é feita com a água reaproveitada. O bagaço de malte é destinado a pequenos produtores - gado, para produção de ração. Quando viável, é reutilizada a levedura da produção; não sendo possível, o excedente é destinado a pequenos produtores. Ainda, os resíduos líquidos são despejados em esgoto (todo material, nesse caso, é biodegradável) e embalagens separadas em vidro e lixo seco.

Percebe-se que as cervejarias apresentam ações mais robustas quanto à redução do consumo de recursos, bem como a reutilização de materiais - parcerias com pequenos produtores que permite a destinação adequada de resíduos, como para a alimentação animal, e também realizam a separação de resíduos dentro da cervejaria, dando destino adequado aos mesmos. Tais ações impactam diretamente nos custos de produção.

Favarin, Da Costa, Marconato, Treptow e Bichueti (2017) mencionam que as quatro cervejarias que estudaram desempenham responsabilidade socioambiental, demonstram atenção ao gerenciamento apropriado dos recursos necessários para o funcionamento dos seus processos produtivos, principalmente com relação à água e à energia elétrica, buscam opções de embalagens menos poluentes, possuem programas de reciclagem de seus insumos, demonstram cuidado com os colaboradores, clientes e demais envolvidos com as suas atividades e apresentam diversas ações e programas de conscientização sobre a ingestão de bebida alcoólica.

Verificou-se que as cervejarias realizam atividades de redução ou reutilização de embalagens, e a reciclagem destas. A cervejaria

Alfa afirmou que utilizam os *growlers* de cervejas retornáveis e os barris de inox e que realiza somente a separação de vidros, onde é encaminhado a empresas que realizam a coleta. A cervejaria Beta possui barris de inox que são reutilizados e os demais barris e garrafas são de utilização única, mas não realiza ações de reciclagem. Percebe-se que, nas cervejarias estudadas, há uma preocupação com a redução ou reutilização de embalagens, sendo reutilizados produtos de inox e uma das cervejarias utiliza a logística reversa. Entretanto, nota-se não haver ações fortes quanto à reciclagem das embalagens, sendo este um ponto negativo, pois as garrafas de vidro são de utilização única.

Sugere-se, para as cervejarias, que seja criado um programa que promova a reutilização das embalagens, podendo ser feito a partir de um comunicado nas embalagens conscientizando os consumidores acerca de ações ambientais realizadas pelas cervejarias artesanais.

Ainda, as indústrias de cervejas artesanais poderiam apoiar cooperativas de coleta e separação de materiais recicláveis. Tal prática permitiria o retorno das embalagens à cervejaria, as quais poderiam ser reutilizadas, diminuindo os custos de aquisição de novas embalagens e os impactos ambientais, melhorando a renda dos cooperados. Desse modo, esta prática traria impactos nas práticas de sustentabilidade a partir dos pilares econômico, social e ambiental, bem como na dimensão ética, preconizada pelo modelo tridimensional de Schwartz e Carroll (2003).

O segundo pilar analisado no estudo é o social, onde objetivou-se analisar as respostas obtidas a partir do questionário e com observações efetuadas a respeito das práticas inerentes a esse pilar.

Buscou-se saber se a cervejaria participa de associações ou programas relacionados à comunidade local, bem como associações ou programas relacionados à região e à cervejaria. Nota-se que o representante da cervejaria Alfa menciona que: *“Fomos fundadores da Cerva Centro, instituição que reúne os cervejeiros locais. Apoiamos as universidades em visitas técnicas, palestras e temos*

sempre vagas para estagiários. Participamos da AHTURR também". A cervejaria Beta não participa diretamente, sendo periodicamente feitos eventos com parte da renda revertida para alguma instituição (APAE, Asilos, etc.). Também, participa da Associação Gaúcha de Microcervejarias, Cerva Centro e Associação Fronteira Oeste de Microcervejarias.

Quanto à existência e funcionamento de campanhas de doação de alimentos ou material que a empresa realiza para auxiliar a comunidade mais carente, a cervejaria Alfa realiza campanhas, quando existem materiais passíveis de doação. O gestor da cervejaria Beta relatou: *"Periodicamente são realizados eventos com renda revertida, doações de alimentos e agasalhos. Os resíduos de malte e leveduras são doados a pequenos produtores locais"*.

Schwartz e Carroll (2003) mencionam que essa prática que atende à dimensão ética, do modelo tridimensional, não reflete em ganhos econômicos de curto prazo para organização e não se trata de uma obrigação legal. Todavia, no longo prazo, a consolidação e divulgação dessas ações podem melhorar o relacionamento das empresas com as partes interessadas, significando ganhos para a imagem institucional, o que poderia contribuir para a permanência da empresa no mercado por longos períodos, podendo gerar, no médio e longo prazo, ganhos econômicos.

A respeito de parceria com escolas públicas municipais e estaduais para realizar trabalhos educativos, como educação ambiental, o gestor da cervejaria Alfa menciona: *"Não existe, visto que o produto é cerveja, somente fazemos ações com universidades"*. O gestor da cervejaria Beta mencionou não haver parcerias nesse sentido. A educação ambiental é uma prática que está relacionada ao pilar social em razão de envolver pessoas em um projeto educacional, mas também está relacionado ao pilar ambiental por promover maior conhecimento a respeito de como preservar o meio ambiente, sendo assim, afetos os pilares sociais e ambientais.

Entende-se ser interessante que as empresas desenvolvam parcerias de educação ambiental com escolas. Por mais que se trate de produção de cerveja, Paula, Silva, Teixeira e Tadeu (2010)

mencionam que a educação ambiental precisa ser incorporada por crianças e adultos, visto que se trata de práticas que minimizam impactos negativos ao meio ambiente, os quais são provocados para atender as necessidades de consumo das pessoas, logo, existem várias práticas ambientais que podem ser apresentadas às crianças principalmente o descarte correto de lixo.

Acerca de parcerias com instituições de ensino superior, nota-se que a cervejaria Alfa realiza essas parcerias em diversos aspectos, principalmente visitas técnicas e estágios. O gestor da cervejaria Beta menciona que: *“Existe convênio de estágio com algumas universidades federais para estágio. A empresa também é receptiva a qualquer trabalho acadêmico que possa ser realizado.”*

Para Schwartz e Carroll (2003), essa ação, além de estar relacionada ao pilar social, também é adequada à dimensão ética do modelo tridimensional, uma vez que não visa lucro, mas tem o potencial de influenciar de forma positiva os alunos que visitam a cervejaria, no sentido de conhecer as práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelas organizações estudadas, as quais refletem os processos inovativos de produção, gestão e forma de relaciona-se com as partes interessadas.

Considerando treinamento promovido aos colaboradores e investimentos em estrutura física e novos produtos, percebe-se que a cervejaria Alfa não tem um programa de treinamento, mas oferece, sempre que possível, treinamentos sobre a produção de cerveja e combate ao incêndio, atendimento, também tem presente no seu planejamento estratégico e previsto nas peças orçamentais investimentos em novas tecnologias, estrutura física e novos produtos. A cervejaria Beta oferece treinamento periódico para operação de maquinário e fabricação do chopp, também são realizados investimentos na estrutura da empresa e lançamentos de novos produtos.

Verificou-se que as empresas estudadas realizam investimentos em treinamentos para seus colaboradores, estando de acordo com Carlos, Bazon e Oliveira (2012), que mostram que treinamentos trazem vários benefícios para o colaborador, como

motivação, melhor integração entre a equipe, melhor desempenho e a satisfação do colaborador, bem como o estudo demonstra que o treinamento proporciona uma maior lucratividade para empresa.

O terceiro e último pilar da sustentabilidade analisado neste estudo refere-se ao econômico. Inicialmente, buscou-se saber sobre a existência do equilíbrio entre receitas e despesas e se há algum *software* para auxiliar as cervejarias na gestão econômica financeira. Nas duas cervejarias estudadas, nota-se que existe equilíbrio entre receitas e despesas e tudo é lançado com o auxílio de *software*, que possibilita a geração de relatórios e indicadores úteis à tomada de decisão e acompanhamento do desempenho econômico e financeiro, trabalhando para obter lucro com os produtos comercializados.

Quanto à evolução do desempenho econômico e financeiro (rentabilidade, lucratividade), nota-se que a cervejaria Alfa tem mostrado evolução gradativa ao longo dos anos, sendo que, nos 3 primeiros anos, teve prejuízo e atualmente atua com lucro e esse lucro está sendo reinvestido no negócio. Na cervejaria Beta, a evolução econômica e financeira tem confirmado o que foi estabelecido pelo planejamento estratégico da empresa.

Verificou-se como ocorreu a evolução da empresa quanto à conquista do mercado consumidor. Na cervejaria Alfa, constatou-se que a venda tem crescido e aumentado o número de pontos de venda. Na cervejaria Beta, o crescimento tem ocorrido a partir de trabalhos de vendas, eventos e redes sociais. Junqueira, Ferreira Filho, Lopes, Sousa e Fonseca (2014) mostram que as redes sociais estão sendo utilizadas como ferramentas aliadas a outras estratégias de divulgação para fortalecer a organização a fim de divulgarem suas marcas, produtos e serviços para aumentarem a credibilidade e aproximarem seu público-alvo de maneira rápida e direta. Nesse interim, entende-se que o pilar econômico é destaque devido ao fato de que as cervejarias têm impactos positivos sobre a economia local, gerando empregos, diretos e indiretos.

Quanto à realização de ações satisfatórias para *stakeholders* (internos e externos), na cervejaria Alfa, constatou-se que são

analisados os feedbacks, dando o devido tratamento à eles, tanto negativos como positivos. Na cervejaria Beta verificou-se que são trabalhados junto com toda a cadeia, desde fornecedores até clientes. Nessa prática, percebe-se a presença da dimensão ética do modelo tridimensional, uma vez que a dimensão ética se refere às responsabilidades éticas que são esperadas do negócio pela população em geral e seus *stakeholders*.

Quanto à efetividade no pagamento de impostos e tributos municipal, estadual e federal, de acordo como o observado na cervejaria Alfa, percebe-se que esse é o principal gargalo do setor, é tributada pelo Simples Nacional e ICMS ST Estadual, mas que tem recolhido os impostos devidos em dia. A cervejaria Beta é optante pelo Simples Nacional. Ambas realizam o pagamento dos impostos através do escritório de contabilidade. Esta questão também pode estar presente na dimensão legal prevista no modelo tridimensional de Schwartz e Carroll (2003). Quanto à legislação ambiental, percebe-se, a partir do estudo, que há o cumprimento da legislação ambiental a que estas organizações estão sujeitas.

Nesse contexto, a partir das respostas dos gestores das cervejarias estudadas, e da observação realizada, verificou-se que as empresas realizam práticas sustentáveis, mas não de forma clara; realizam o essencial para a produção, tentando reduzir custos com água, energia e matéria prima, descartando os resíduos em locais apropriados, como o malte que é coletado ou doado para produtores rurais, e realizam ações sociais para as comunidades locais.

Considerações finais

As cervejarias artesanais estão cada vez mais se tornando importante para a economia de uma região, gerando empregos diretos e indiretos e valorizando a mão de obra local. O presente estudo teve como objetivo verificar como ocorrem as práticas de ações sustentáveis em cervejarias artesanais, a partir dos três pilares: econômico, social e ambiental.

Duas cervejarias do Rio Grande do Sul atenderam ao objetivo do estudo e apresentaram respostas condizentes sobre como trabalham e realizam formas sustentáveis dentro e fora da produção de cerveja. Foi verificado que os resíduos nas cervejarias possuem descarte legal, desde a matéria prima até a garrafa de vidro da cerveja, pois ela não é reutilizada, somente os *growlers* e barris de chopp. Os demais resíduos são doados aos pequenos produtores para alimentação de animais. Nota-se a preocupação por parte das empresas estudadas com o consumo de energia e água; sendo que a água é tratada e reutilizada e, para a energia, o consumo é controlado a partir das planilhas de acompanhamento, como observado a partir de documentos disponibilizados. Também foi observado que tais organizações utilizam a energia solar, trazendo, além do benefício econômico, também a redução do impacto ambiental negativo.

Referente às limitações do estudo, algumas questões não foram respondidas de forma clara para se poder fazer afirmações mais concretas; também não foram respondidas algumas questões, principalmente do pilar econômico, no qual não se teve uma análise pertinente.

Dessa forma, as cervejarias pesquisadas, no geral, possuem uma preocupação com a sustentabilidade, realizando ações nos três pilares, econômico, social e ambiental, mas que podem ser aprimorados a partir de novas ideias e tecnologias para se tornarem mais responsáveis e sustentáveis.

Referencias

ALMEIDA, F. J. R. de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **Revista de Administração Contemporânea**, Vol. 11, n. 3, p. 105-125, 2007.

BEMFICA, J.M.C; BEMFICA, G.C. A importância do reaproveitamento da água da chuva. Disponível em: <http://revista>

pensar.com.br/engenharia/pasta_upload/artigos/a154.pdf Acesso em 10 de setembro de 2019.

CARLOS, C.M.G; BAZON, S; OLIVEIRA, W. A importância do treinamento e desenvolvimento nas empresas de pequeno porte na cidade de Araras. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol6_n1_2012/2_a_importancia_do_treinamento.pdf Acesso em: 20 de Agosto de 2019.

FAVARIN, R.R; DA COSTA, C,R,R,; MARCONATO, P,H,L TREPTOW, I.C; BICHUETI, R.S. Responsabilidade Socioambiental: Um estudo sobre as ações das cervejarias pertencentes à CervBrasil. XIX ENGEMA. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/257.pdf> 2017. Acesso em 23 de Agosto de 2019

FLORES, S. S. Vitivinicultura sustentável no contexto do Brasil: uma proposta de abordagem (**Tese de doutorado**). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRUNDE, J; LI, S; MERL, R. Craft Breweries and Sustainability: Challenges, Solutions, and Positive Impacts. **Blekinge Institute of Technology Karlskrona, Sweden**, 2014.

JUNQUEIRA, F.C; FILHO, E.P. F; LOPES, P. L; SOUSA; FONSECA; L.T. A Utilização das Redes Sociais para o Fortalecimento das Organizações. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22020181.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2019

KLAUS, C.B. SCHERER, O,L,S. Redução de custo através do uso eficiente da energia elétrica: estudo de caso em uma empresa do ramo alimentício do vale do Paranhana/RS. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/536/429> Acesso em: 23 de Agosto de 2019.

LIMA, D. A. P.; WALTER, F. Produção mais limpa e sustentabilidade na indústria de cerveja. **Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, SP, Brasil, v.19. 2017.

MACÊDO, N, M, M, N; GADELHA, M, A; CÂNDIDO, G, A: Apresentação da Construção dos Parâmetros à Aplicação do Modelo Conceitual Tridimensional de Performance Social de Carroll. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 7, número 2, p. 230-248, Jun. 2014.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/pasta-publicacoes-DIPOV/anuario-da-cerveja-2019/view>. Acesso em: 10 de mar de 2020.

NEUMAN, L. W. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches**. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

PAULA, L,C; SILVA, J,T,M; TEIXEIRA, L,A,A; TADEU, H,F,B. Análise do fator risco no lançamento de novos produtos: o caso do setor de microcervejarias. **Revista Teoria e Evidência Econômica** - Ano 16, n. 34, p. 145-171, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PELOZA, J. The challenge of measuring financial impacts from investments in corporate social performance. **J. Manag.** Vol.35, 1518 e 1541, 2009.

PATTERSON, M.W.; HOALST-PULLEN, N; PIERSON, W. B. Sustainability attitudes and actions: an examination of craft brewers in the United States. In: **Urban sustainability: Policy and praxis**. Springer, Cham, 2016. p. 153-168.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2012

SCHWARTZ, M.; CARROL, A. B. **Corporate Social Responsibility: a three-domain approach**. Business Ethics Quarterly, 2003

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

- 2 -

**ESPAÇO CONSTRUÍDO,
GESTÃO SOCIAL E
CIDADANIA**

ACESSIBILIDADE URBANA: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PASSEIOS PÚBLICOS NA ÁREA URBANA CENTRAL DE PANAMBI – RS

Daniel Tolotti Rodrigues
Tarcisio Dorn de Oliveira
Bruna Fuzzer de Andrade

Considerações iniciais

Constantemente pessoas com deficiência física têm enfrentado no dia a dia limitações em suas vidas. Estas limitações estão ligadas a acessibilidade, ou seja, condições que permitem o exercício da autonomia e da participação social do sujeito. A acessibilidade garante a possibilidade de acesso, de aproximação e de utilização de qualquer objeto ou espaço relacionando as condições favoráveis que o indivíduo tem para se locomover, movimentar e atingir seu destino planejado dentro de suas capacidades individuais.

A acessibilidade começa a ser discutida na década 1940, a fim de determinar as condições de acesso das pessoas com deficiência, ligadas aos serviços de reabilitação profissional e física. No princípio, foi determinado como uma condição de mobilidade e eliminação das barreiras urbanísticas e arquitetônicas, direcionadas aos meios de transporte e acessos de edifícios (WAGNER et al., 2010). Um marco muito importante no que se refere à acessibilidade em espaços públicos e edifícios, foi a criação da constituição de 1988, mas só a pouco tempo no Brasil esse tema esteve presente em discussões voltadas a políticas públicas, pois até então as edificações não eram projetadas para que tivessem acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Todo dia, pessoas com deficiência (PCD's), enfrentam limitações em sua vida. Limitações estas ligadas a acessibilidade, algumas condições que permitem que o indivíduo tenha

autonomia e participação social, que podem acabarem interferindo ou até mesmo prejudicando no seu desenvolvimento ocupacional, psicológico e cognitivo, todos estes fatores acabam contribuindo para a exclusão social (PACHECO et al., 2010). A acessibilidade é o direito que garante viver de forma independente, exercer a participação social e seus direitos de cidadania, todas as pessoas que têm mobilidade reduzida ou com alguma deficiência.

A acessibilidade pode ser entendida no sentido de garantir a possibilidade de acesso, da utilização, da aproximação, e de manuseio de qualquer objeto. Este conceito genérico estaria a ligado a qualquer pessoa, mas, no Brasil está direcionado principalmente as pessoas com deficiência. Com isso pode-se dizer que o significado de acessibilidade se associa a condição do indivíduo se movimentar, locomover e atingir o destino desejado, por seus próprios meios, de uma forma segura e com total autonomia, mesmo que precise utilizar objetos ou aparelhos específicos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007). A acessibilidade pode ser definida como a possibilidade de qualquer indivíduo/pessoa, de chegar a algum lugar, utilizar informações, espaço urbano, e serviços, com segurança e autonomia, tanto para a saúde, trabalho ou para educação, que são os direitos básicos da cidadania, independentemente das suas condições mentais ou físicas.

As principais leis sobre o tema da acessibilidade, em âmbito federal, estadual e municipal, foram pesquisadas, e foi comentado um pouco sobre elas, como verificado abaixo.

a) Lei Federal N° 10.098 de 19 de dezembro de 2000: define critérios básicos para a promoção da acessibilidade, como também para a supressão de barreiras em espaços públicos, comentando o conceito de acessibilidade, de barreiras urbanísticas e os seus tipos. Ainda a referida Lei menciona que os espaços públicos e parques devem ser adaptados para receber os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida de uma forma acessível. Faz alusão à vagas de estacionamento com fácil acesso aos PCDs, que as sinalizações e os mobiliários urbanos (placas, árvores, postes) devem ser colocados em locais que não atrapalhem a circulação dos pedestres.

b) Lei Federal Nº 13.146 de 06 de junho de 2015: É a lei que busca assegurar e promover a inclusão social, para que as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, tenham os mesmos direitos que as demais. Em seu artigo 3º, ela define o que é acessibilidade, e o que são barreiras. No capítulo II, comenta que as pessoas com deficiência devem ser protegidas de qualquer tipo de discriminação, e tem o direito a igualdade como qualquer outro indivíduo (BRASIL, 2015).

c) Lei Estadual Nº 13.320 de 21 de dezembro de 2009: consolida a legislação em relação as pessoas com deficiência no estado. No capítulo II que comenta sobre a acessibilidade de edifícios públicos, em seu artigo 9º, fala que os projetos na área de arquitetura e engenharia devem ser planejados para o fácil acesso das pessoas, tanto na construção ou quando forem realizadas reformas (BRASIL, 2009).

d) Lei Complementar Nº11, de 18 de agosto de 2008: comenta sobre a acessibilidade, diz que seu uso é obrigatório. Comenta também como devem ser realizados os passeios públicos, os rebaixamentos do meio-fio, veda a colocação de qualquer equipamento que possa interferir na circulação dos cadeirantes nas esquinas dos passeios, entre outros casos (PANAMBI, 2008).

e) Lei Municipal 4.066 de 27 de maio de 2015: define acessibilidade como sendo a facilidade, de alcançar, com autonomia, os destinos pretendidos na cidade. No artigo 12º Ela comenta quais as dimensões que devem ter os passeios para a circulação de pedestres, e nos demais casos deve se respeitar a Lei Federal 10.098 (PANAMBI, 2015).

A presente pesquisa¹ ancorou-se em um levantamento bibliográfico e documental realizada através de fontes bibliográficas e documentos oficiais que versam sobre o tema. Em

¹ Desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias – Gtec da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. O texto integra estudos no contexto do Projeto de Pesquisa Espaço construído e inclusão social: levantamento e análise da acessibilidade da área urbana de Ijuí / RS.

um segundo momento realizou-se um levantamento de campo na área central urbana da cidade de Panambi / RS, através de visitas *in loco*, que foram coletados dados e medições dos seguintes itens: Dimensões das calçadas (largura); Tipos de piso; Arborização e paisagismo; Barreiras arquitetônicas; Rampas de acesso; Vagas para estacionamento para PCD e Sinalização tátil.

A área utilizada para a pesquisa encontra-se no centro da cidade de Panambi / RS, local em que ocorre o maior fluxo de pessoas devido à área ser constituída fortemente pela atividade comercial da cidade. A figura abaixo mostra a área delimitada do estudo, perfazendo o enclave urbano entre as Ruas Benjamin Constant, Barão do Rio Branco, Sete de Setembro e Alfredo Brenner.

Figura 01 – Quadrante em estudo



Fonte: Autores, 2019

Foram utilizadas a diferenciação de cores para visualizar a quantidade de calçadas estudadas. A exemplo, o quadrante 1, foi totalizado as calçadas nos dois sentidos, contabilizando 27 calçadas, representado ao lado do número do quadrante. Nesse quadrante em estudo, fica localizada a praça central da cidade, assim como o supermercado da Cotripal, o Bannisul e a Caixa Econômica Federal. Ao total a pesquisa contabiliza um total de 133 calçadas, as quais, são base para o desenvolvimento das análises.

Dimensões (Largura da calçada)

Inicialmente foi verificado as dimensões das calçadas, observando se as mesmas estavam de acordo com o recomendado nas leis e normativas vigentes. Estas medições foram realizadas nos dois sentidos das ruas principais (1 e 2), bem como, das ruas adjacentes (3, 4, 5, 6, 7 e 8), demonstradas na figura abaixo.

Figura 02 – Largura dos passeios públicos



Fonte: Autores, 2019

O recomendado pela NBR 9050 (ABNT, 2015) é que as calçadas tenham no mínimo 1,20m de largura livre, para que as pessoas possam transitar com segurança, já para a acomodação dos mobiliários urbanos, canteiros, postes e árvores, o recomendado é uma largura mínima de 0,70m. No local de estudo, foi constatado que a maioria das calçadas estavam de acordo com o recomendado, pois todas tinham uma largura maior que 1,20m. Apenas em uma das ruas essa dimensão era inferior, ocasionando dificuldade na circulação dos pedestres.

Em relação aos quantitativos, as calçadas que tiveram uma maior ocorrência quanto a sua largura, foram as de 1,51 a 2,50m, com um total de 36,09%, e as de 2,51 à 3,50m, com um total de 42,11%, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 01 – Quantitativos das larguras.

LARGURA DA CALÇADA	
Acima de 4,51m	3 (2,26%)
3,51 à 4,50m	14 (10,52%)
2,51 à 3,50m	56 (42,11%)
1,51 à 2,50m	48 (36,09%)
Menor de 1,50m	12 (9,02%)

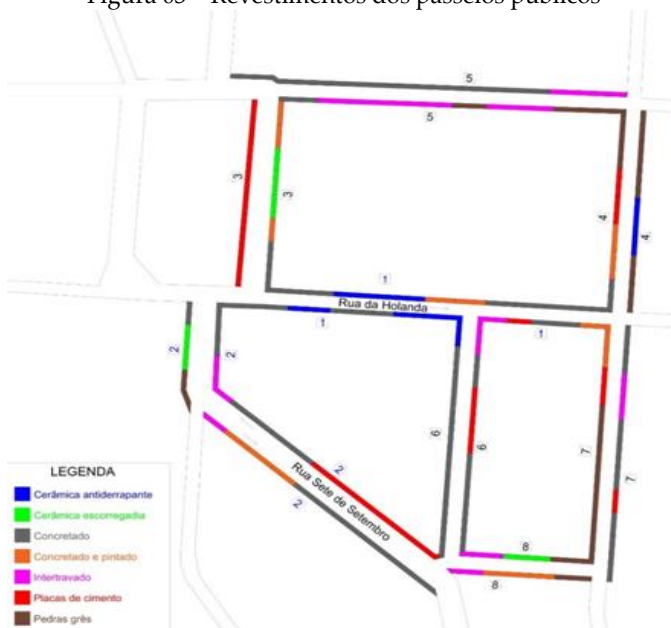
Fonte: Autores, 2019

É possível verificar que as calçadas com larguras superiores estão localizadas no quadrante 8, que obteve uma dimensão de 4,90m. As calçadas que tiveram uma largura menor que 1,50m, estão situadas no quadrante 6, estas por sua vez tiveram dimensões variando de 1,11m até 0,28m, uma largura bem inferior a 1,20m, que seria o recomendado pela norma, dificultando muito a passagem dos pedestres, onde muitas vezes transitavam pela rua, colocando em risco sua segurança. Em relação aos mobiliários urbanos instalados nas calçadas, como árvores, lixeiras, postes, placas, estes foram medidos e estavam de acordo com o recomendado na legislação, pois mesmo com esses equipamentos instalados, as calçadas tinham uma largura livre adequada para a circulação dos pedestres.

Tipos de piso

É essencial que as estruturas dos pisos sejam adequadas, para que possam proporcionar segurança e conforto aos portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, assim como os demais pedestres que transitam pelas calçadas. Nesse sentido foi verificado os materiais utilizados na confecção das calçadas, assim como suas irregularidades e as condições que se encontravam. Em alguns lugares as condições dos pisos se encontravam bem críticas, continham buracos, desníveis e rachaduras, dificultando a passagem dos pedestres. Foram encontrados vários tipos de pisos no local analisado, como: Pisos com cerâmica antiderrapante; Pisos com cerâmica escorregadia; Piso sem revestimento, apenas com concreto; Piso com concreto e pintado; Piso com intertravado; Pisos com placas de cimento e; Pisos com pedra grês.

Figura 03 – Revestimentos dos passeios públicos



Fonte: Autores, 2019

É possível verificar a predominância das calçadas feitas em concreto, totalizando 55 calçadas, seguidas das feitas em pedra grês (com um total de 18 calçadas), depois as feitas com intertravado (16 calçadas), as em placas de cimento (14 calçadas), das concretadas e pintadas (13 calçadas), das feitas com cerâmica antiderrapante (11 calçadas) e, por fim, as com cerâmicas escorregadias, com apenas 6 calçadas.

Das calçadas analisadas, algumas apresentaram rachaduras, buracos, trincas, desníveis, fissuras, o que acaba dificultando a circulação dos pedestres, principalmente para os cadeirantes, e os portadores de necessidades especiais. A tabela 3 abaixo, mostra os materiais utilizados na fabricação das calçadas e a quantidade de cada uma.

Tabela 02 – Tipos de piso.

TIPOS DE PISOS	
Cerâmica antiderrapante	11 calçadas
Cerâmica escorregadia	6 calçadas
Concretado	55 calçadas
Concretado e pintado	13 calçadas
Intertravado	16 calçadas
Placas de cimento	14 calçadas
Pedra grês	18 calçadas

Fonte: Autores, 2019

A Tabela 4 abaixo, mostra os quantitativos encontrados, para mostrar a porcentagem das calçadas em acordo e desacordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015). Do total analisado 66,17% das calçadas estavam em boas condições.

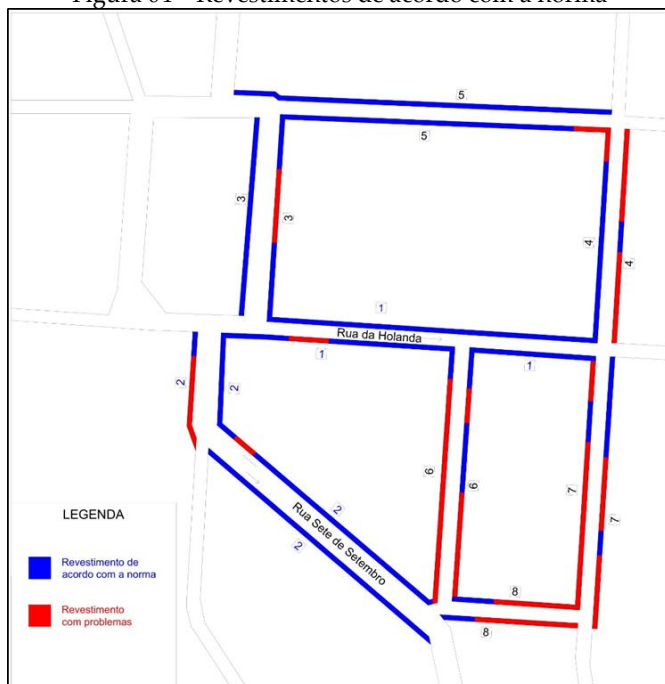
Tabela 03 – Quantitativos de pisos de acordo com a legislação

REVESTIMENTOS ANALISADOS	
De acordo com a legislação	88 (66,17%)
Com problemas	45 (33,83%)

Fonte: Autores, 2019

Pode-se perceber que há um número elevado de calçadas que não estão de acordo com as normativas recomendadas, são 45 calçadas em desacordo, um número significativo, por se tratar de um local no centro da cidade e por apresentar uma grande circulação de pessoas, como mostra a abaixo.

Figura 04 – Revestimentos de acordo com a norma



Fonte: Autores, 2019

Os materiais encontrados nas calçadas que estavam de acordo com as normativas, eram feitos com placas de cimento, intertravado e concreto. Estas estavam em perfeitas condições, com uma superfície regular e aderente, proporcionando uma circulação segura para os pedestres, pois mesmo com os pisos molhados, eles não ficavam escorregadios.

O número de calçadas com problemas, foram 45, totalizando 33,83%, elas estavam situadas em vários quadrantes, e eram encontradas principalmente nos revestimentos feitos com a pedra

grês. Elas tinham vários buracos, trincas e degraus (desníveis), gerando obstáculos para os cadeirantes e portadores de necessidades especiais. Outros revestimentos que causavam bastante insegurança para os pedestres, eram as calçadas feitas com cerâmica escorregadia, concretadas e pintadas, pois quando estavam molhadas se tornavam bastante escorregadias, podendo ocasionar acidentes.

Pode-se perceber que as calçadas que estão em perfeitas condições, estão localizadas em regiões onde há predominância de comércio e bancos, pois podem atrair maior público, em frente ao supermercado da Cotripal também estão bem conservadas, visto que ela está adequando suas calçadas conforme a norma. Os locais deveriam receber uma maior fiscalização pelo poder local, para se adequarem, principalmente as residências, que são os locais com maiores problemas encontrados.

Barreiras arquitetônicas

Na questão das barreiras arquitetônicas, foram poucas as situações encontradas. Os problemas verificados no quadrante envolviam obras que acabavam invadindo o passeio, e deteriorando o mesmo, dificultando a circulação dos cadeirantes e deficientes, pois a faixa livre de circulação ficava menos que 1,20m que recomenda a Norma.

Outros casos que geravam barreiras para os pedestres eram os mobiliários urbanos e a vegetação. É possível verificar que em ambos as laterais do passeio haviam lixeiras e canteiros diminuindo a faixa livre e dificultando a passagem dos pedestres. As barreiras por vegetação também atrapalhavam a circulação pois os galhos invadiam a calçada, gerando impedimentos aéreos, podendo ocasionar algum acidente.

Arborização e paisagismo

Locais onde a arborização é realizada de uma forma correta, com espécies que não prejudiquem as calçadas, acabam tornando

assim como no quadrante 2, que é uma das principais ruas do município, está por sua vez continha apenas uma calçada com vegetação.

Tabela 04 – Quantitativos a respeito da arborização.

ARBORIZAÇÃO/PAISAGISMO	
Com paisagismo	39 (29,32%)
Sem paisagismo	94 (70,68%)

Fonte: Autores, 2019

Cidades com um plano de arborização adequado, tornam-nas mais atraentes, diminuem a poluição sonora, reduzem as ilhas de calor, também limpam os poluentes atmosféricos. No entanto, é necessário, uma escolha adequada da espécie de árvore a ser plantada, pois elas podem danificarem as calçadas. Principalmente pelas suas raízes, onde acabam gerando rachaduras, elevações, buracos nos passeios, dificultando assim a passagem de cadeirantes e portadores de necessidades especiais.

É de suma importância que os municípios tenham um plano de arborização, para explicarem aos cidadãos o manejo correto, de como plantar, podar, entre outras recomendações necessárias. Assim como as espécies adequadas a serem plantadas nas calçadas, para que não ocasionem obstáculos para os pedestres que transitam no local. Na próxima tabela pode-se visualizar as espécies existentes no local de estudo e a verificação, conforme as recomendações, se estas estão adequadas ou inadequadas.

Tabela 05 – Espécie de árvores, sua quantidade e características

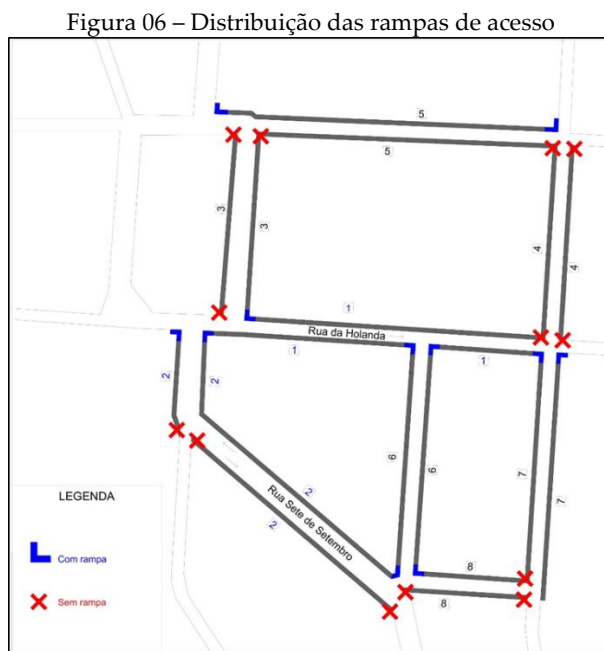
TIPOS DE VEGETAÇÃO			
Coqueiros	5	Médio porte	Inadequada
Murta de cheiro	4	Pequeno porte	Adequada
Ipê amarelo	6	Médio porte	Adequada
Resedá	18	Pequeno porte	Adequada
Canela	5	Médio porte	Inadequada

Fonte: Autores, 2019

Rebaixamentos de calçadas (rampas de acesso)

Com o intuito de analisar e quantificar as rampas de acesso existentes nas esquinas, foi percorrido todo o quadrante estudado, afim de verificar as condições que elas se encontravam, foram feitos registros fotográficos, além de um mapeamento, para identificar onde estavam situadas, conforme mostra a próxima figura.

Nota-se que em várias esquinas não constaram rampas de acesso, em alguns casos, foi verificado a inexistência das rampas nos dois lados da rua, o que dificulta a passagem do cadeirante que necessita fazer a travessia. Esta situação deve ser evitada, visto que todos devem transitar em segurança pelos passeios públicos, bem como, os cadeirantes e os portadores de necessidades especiais.



Fonte: Autores, 2019

Foram quantificadas 11 rampas no quadrante analisado, sendo que nenhuma estava de acordo com o recomendado pelas

normativas, pois tinham problemas quanto a dimensão, sinalização, pintura e marcações, além de péssimas condições, gerando desconforto aos cadeirantes. Foram encontrados casos como: rampas com revestimento deteriorado, rampas sem sinalização tátil; rampas sem sinalização, demarcações e dimensões corretas; rampas sem a inclinação adequada; rampas sem rebaixamento da calçada na esquina, dificultando assim, a locomoção do cadeirante, ficando praticamente inviável sua travessia.

Vagas de estacionamento para PcD

Foram verificadas as vagas destinadas a PcD nas vias do quadrante estudado. Foi analisado se havia rampas de acesso vinculadas às vagas, sinalizações (vertical e horizontal) e se seguiam as demais recomendações feitas pelas normativas. No local estudado foram encontradas apenas duas vagas para PcD, uma delas estava localizada na Rua da Holanda, em frente ao Banrisul, de acordo com o recomendado na norma, possuía sinalização horizontal e vertical, continha também o símbolo internacional de acesso.

Sinalização tátil

Para descobrir a quantidade de calçadas com piso tátil, foi percorrido todo o quadrante estudado, das 133 calçadas analisadas, apenas 19 continham esta sinalização. Destas 19 calçadas, 15 estavam situadas na rua sete de setembro, que é uma das principais ruas do município, contendo várias lojas comerciais no local. A figura abaixo, mostra a distribuição das calçadas com piso tátil na área estudada.

Figura 07 – Distribuição dos pisos tátil



Fonte: Autores, 2019

A Tabela a seguir mostra os quantitativos em relação aos pisos tátil, pode-se perceber que a porcentagem de calçadas sem a sinalização é muito elevada, totalizando 85,71%, o que é um problema para o município, pois é importante que tenhamos passeios sinalizados, para que as pessoas portadoras de necessidades especiais, possam se orientar e caminhar com autonomia e segurança pela cidade.

Tabela 06 – Quantitativos dos pisos tátil

PISOS TÁTIL	
Sem piso tátil	114 (85,71%)
Com piso tátil	19 (14,29%)

Fonte: Autores, 2019

Pode-se verificar que as sinalizações táteis não foram encontradas em nem local do quadrante analisado, o que pode ser

um risco para os usuários, principalmente para os deficientes visuais, que podem chocarem-se com os equipamentos e mobiliários urbanos.

Para as pessoas portadoras de necessidades especiais a acessibilidade é de grande importância, pois garante o exercício da cidadania e promove a qualidade de vida, como o direito de ir e vir com segurança. Mas a dificuldade de acesso não está só ligada as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas também as pessoas com mobilidade reduzida (idosos, grávidas, deficientes visuais e auditivos) que tem dificuldades para se locomover.

Considerações finais

O principal objetivo desta pesquisa é demonstrar os problemas atuais do município de Panambi/RS referentes a acessibilidade, visto que já se iniciaram desordenadamente algumas adaptações em alguns passeios públicos, porém ainda existem muitos desafios para o poder público conseguir implantar de maneira planejada as adaptações necessárias. Com o estudo na área urbana da cidade de Panambi/RS, constatou-se que a maioria das calçadas apresentaram uma boa dimensão quanto as larguras, estando de acordo com as normas, onde apenas 9,02% tiveram dimensões menores que 1,50m.

Quanto aos tipos de pisos, foram encontrados 7 revestimentos diferentes, não seguindo um padrão ao longo da calçada, em alguns locais foram encontrados, buracos e desníveis que impedem uma circulação segura pelo PcD, das 133 calçadas analisadas, 45 estavam em desacordo com o tipo de piso recomendado pela norma. Quanto a arborização, verificou-se que está se localizava principalmente nas ruas adjacentes e em frente a residências, foram apenas 29,32% das calçadas que continham arborização, o que torna mais quentes os demais locais, além de não proporcionar uma boa qualidade ambiental. Em relação as barreiras arquitetônicas, foram poucos os casos encontrados, sendo um ponto positivo para o quadrante estudado.

Em relação ao diagnóstico dos instrumentos de acessibilidade, estes foram os mais notados, pois se tratando das rampas de acesso, todas estavam em desacordo com a norma, muitas não eram sinalizadas, nem continham as dimensões e inclinações corretas, onde que, em alguns quarteirões nem rampas continham, sendo um risco para o cadeirante que teria que se locomover pela via. Em relação aos pisos tátil, foi outro fator negativo, onde que apenas 14,29% das calçadas continham as sinalizações. Apesar do objetivo geral do estudo estar voltado para a área central da cidade, notou-se que a questão da acessibilidade é mais preocupante nos bairros. Sendo de suma importância que os órgãos públicos sejam cobrados pelas melhorias e conseqüentemente, reflete sobre a população possuidora dos imóveis nos quais possuem passeio público em suas residências. Como pensar na questão da acessibilidade em loteamentos novos, procurando implantá-la desde o início da execução, para se ter uma maior inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Por fim, a pesquisa mostra que o termo acessibilidade precisa estar cada vez mais presente no dia-a-dia das pessoas, não medindo esforços para colocar em prática todas as medidas necessárias para que no futuro possa-se desfrutar de uma infraestrutura coerente, visando os direitos iguais de qualquer cidadão, seja ele portador de mobilidade reduzida ou não.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT, 2015). NBR 9050. **Norma Brasileira de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência às Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ANDRADE, Isabela Fernandes; Ely, Vera Helena Moro Bins. **Edificações históricas preservadas: intervir para torná-las acessíveis**. In: Ação Ergonômica. Revista da Associação Brasileira

de Ergonomia. Volume 7, nº2, 2012. Disponível em: <<http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/issue/view/17>>.

Acesso em maio de 2018.

BENEVIDES, Eneida Bueno. Manual de acessibilidade para prédios públicos. 1ª Ed. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).

BRASIL. Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Diário oficial da união. Brasília.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário oficial da união. Brasília.

BRASIL. Lei Nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009. Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em < <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.320.pdf>>.

Acessado em: 12 de Novembro de 2018.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). Acessibilidade em ambientes culturais. Porto Alegre - RS: Marca Visual, 2012.

DAMASO, Michelle Cristina de Mendonça Carvalho. As barreiras arquitetônicas como entraves na inclusão de alunos com deficiência física. 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2181/1/2011_MichelleCristinadeMendoncaCarvalhoDamaso.pdf> Acesso em maio de 2018.

DUARTE, Fábio. Planejamento Urbano. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. – Curitiba: Ibpex, 2011. 199p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. 2012. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>> Acesso dia 15 de maio de 2018.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008> Acesso dia 15 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. PlanMob – **Construindo a Cidade Sustentável**. In. **Caderno de Referência para Elaboração de plano de Mobilidade Urbana**. Secretária Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, 2007.

MORAIS, Fernando Antônio de Andrade. **A importância da acessibilidade na cidade**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_33.pdf > Acesso em abril de 2018.

PANAMBI. Lei n° 4.066, de 27 de maio 2015. **Institui o plano de mobilidade urbana sustentável do município de Panambi, e dá outras providências**.

PANAMBI. Lei Complementar n° 11, de 18 de agosto de 2008. **Institui o código de posturas do município de Panambi, RS, e dá outras providências**.

PANAMBI. Lei n° 2894, de 19 de outubro de 2009. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, e dá outras providências**.

PROGRAMA BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE URBANA, **Brasil Acessível: atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. 1ª ed., Brasília, 60 p. 2006.

RABELO, Gilmar B. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano**. 2008. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

A IMPARCIALIDADE DA ENTREVISTA NO ESTUDO DE CASO DA PESQUISA SOCIAL

Fernanda Isabel Royer
Maria Aparecida Santana Camargo

Considerações iniciais

Um trabalho de pesquisa requer dedicação e estudo, mas, além disso, é necessário ter uma metodologia bem definida para que os resultados não sejam comprometidos, uma vez que, como destaca Gil (2016, p. 08), “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos”. A metodologia é a base para atingir esta veracidade.

Quando se fala em pesquisa social, atingir esta condição tão almejada pelo pesquisador torna-se algo mais meticuloso, dada a sua subjetividade. A pesquisa social observa questões intangíveis e, segundo Lavelle e Dionne (1999, p. 33), o pesquisador é um ator que, apesar das orientações contrárias, não consegue manter-se totalmente imparcial em sua construção, e “os seus objetos de estudos pensam, agem e reagem”.

Uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas sociais é o Estudo de Caso, pois ele permite conhecer uma situação profundamente, observando o caso internamente, vivenciando a rotina, as experiências e o ponto de vista daqueles que fazem parte do objeto de estudo. Para Gil (2016), o estudo de caso tem propósitos de explorar situações da vida real, descrever o contexto investigado e explicar variáveis causais que não podem ser levantadas por experimentos quantitativos.

Para atingir os objetivos de um estudo de caso, uma das ferramentas mais utilizadas é a entrevista. Esta técnica de interação social é, para Gil (2016), um método de obtenção de dados relevantes para a pesquisa através de um diálogo assimétrico. Gil

(2016, p. 109) afirma que “muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia”.

A presente reflexão tem por objetivo abordar a relevância da imparcialidade na entrevista, sendo ela um instrumento de coleta de dados para estudos de caso em pesquisas sociais. Este método, quando bem aplicado e analisado, oportuniza um olhar mais aproximado do contexto observado, uma vez que o entrevistado tem o conhecimento interno da causa, e pode trazer uma visão diferente daquela que tem o pesquisador.

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho teórico, através de uma revisão bibliográfica, citando autores conceituados como Gil, Lakatos e Marconi, Yin e Richardson, dentre outros. Esta reflexão, construída a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo e de caráter bibliográfico, aborda estes tópicos, sendo apresentada, primeiramente, uma caracterização a respeito da pesquisa social e sua relevância para o campo científico. Logo após, o estudo lança olhar sobre o método do estudo de caso, sua finalidade e aplicabilidade.

Finalmente, apresentam-se a técnica da entrevista e a sua importância para a pesquisa social realizada através de um estudo de caso. Além da caracterização deste instrumento de coleta de dados, é feita uma análise de sua utilidade para a obtenção de informações internas fidedignas dos casos observados, dispensadas por indivíduos que conhecem profundamente a realidade em questão.

A pesquisa social: um olhar para a humanidade

A constituição da sociedade, suas origens, peculiaridades, singularidades, conflitos e diversidades, atraem a curiosidade de muitas pessoas, inclusive pesquisadores que se propõem a estudar este objeto tão intangível e constantemente mutável. Nesta perspectiva, Fachin (2006, p. 141) relata que “a pesquisa social, em

certos casos, é muito mais uma busca de respostas significativas do que, propriamente, a busca de soluções”. Para Gil (2016, p. 26) a pesquisa social permite conhecer o contexto social, sendo que

Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc.

Pelo fato de a pesquisa social abordar questões referentes ao viés humano, por vezes é difícil para o pesquisador manter-se imparcial ou neutro durante o processo de construção e análise de seu estudo, uma vez que este faz parte do contexto social e se vê (ou imagina) participando das ações observadas. Segundo Gil (2016, p. 29) “todo conhecimento do mundo é afetado pelas predisposições dos observadores. [...] Nesse sentido, a maioria dos manuais clássicos de pesquisa social propõem o máximo distanciamento entre o pesquisador e o objeto pesquisado”. Além disso, as pesquisas sociais também têm uma característica interdisciplinar muito marcante. Este aspecto multidisciplinar foi definido por Laville e Dionne (1999, p. 65), ao afirmar que

As ciências humanas perceberam, com rapidez, que dificilmente podiam passar umas pelas outras na abordagem dos fenômenos humanos em sua complexidade sem daí tirar conhecimentos suficientes. Durante as últimas décadas, aproximaram-se adotando diferentes práticas de pesquisa interdisciplinares: emprestando-se perspectivas particulares e conceitos específicos; associando-se na abordagem de um mesmo problema de pesquisa; integrando-se em novos campos de aplicação, correndo, por vezes, o risco de mascarar sua própria identidade.

Deste modo, percebe-se que a busca da Ciência Social permite conhecer o processo histórico, de desenvolvimento e

transformacional que ocorre na sociedade ao longo do tempo. Mas nem sempre foi assim. Surgindo em meados do século XIX, conforme Laville e Dionne (1999), esta ciência lutou contra o preconceito por sua intangibilidade, e pela falta de credibilidade em sua cientificidade.

Hoje, tendo superado este demérito, este método de pesquisa vem crescendo e auxiliando na construção de respostas para problemas enfrentados pela sociedade, sendo que uma das metodologias mais utilizadas para este fim é o estudo de caso, por suas características de investigação intensiva de casos sociais e institucionais reais.

O método do estudo de caso

Algumas vezes o investigador, para chegar às suas respostas, necessita conhecer o caso, ou objeto estudado, em todos os seus aspectos. Este processo pode se dar através de um Estudo de Caso. De acordo com Fachin (2006, p. 45) “o direcionamento deste método dá-se com a obtenção de uma descrição e compreensão completa das relações dos fatores de cada caso”.

O Estudo de Caso é um método muito utilizado pela Pesquisa Social, incidindo sobre um caso particular, e de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 155), “tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”. Já Yin (2001, p. 21) define esta metodologia da seguinte forma:

Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. [...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

No entendimento de Yin (2001, p. 28 e 29) o estudo de caso enfrenta alguns preconceitos e relação a suas estratégias, como por

exemplo, a falta de rigor científico que pode influenciar e/ou equivocar suas conclusões, a pouca base de generalização científica pelo fato dos resultados estarem baseados em apenas uma situação, e pela sua demora de realização. O estudo de caso permite conhecer profundamente um determinado objeto, inclusive, há casos onde não se aplicariam outras técnicas, mais estruturadas e experimentativas, dado seu viés subjetivo. Dessa forma, na compreensão de Gil (2002, p. 54)

Nas ciências sociais a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores; o que, muitas vezes, chega a impedir o tratamento de determinados problemas mediante procedimentos caracterizados por alto nível de estruturação, como os experimentos e levantamentos. Daí, então, a crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências.

Contudo, Gil (2002) frisa que este método não é de fácil execução, mas muitos pesquisadores iniciantes se deslumbram com sua característica mais flexível, e acabam optando pelo Estudo de Caso acreditando ter um campo vasto de possibilidades e interpretações, quando na verdade, deparam-se com dados indecifráveis e sem valia.

Com o intuito de evitar situações como esta, é fundamental ao pesquisador munir-se de ferramentas e estratégias de coleta e análise de dados seguras, confiáveis e bem estruturadas. Um dos instrumentos mais utilizados é a entrevista, uma vez que permite ao investigador um contato pessoal com seu público, e informações internas muito ricas.

A técnica da entrevista

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 178), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma

conversação de natureza profissional”. Ainda na perspectiva destes autores, esta conversação ocorre de maneira metódica, e tem como objetivos principais a averiguação de fatos, determinação de opiniões e de sentimentos, descoberta de planos de ação, bem como determinar motivação para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Já Richardson (1999) faz uma reflexão anterior, dissecando a palavra entrevista, sendo entre (relação de lugar ou estado entre dois seres) e vista (ato de ver ou preocupar-se). Dessa forma tem-se, o “ato e perceber realizado entre duas pessoas” (RICHARDSON, 1999, p. 208). Por sua vez, Gil (2016, p. 109) acrescenta que:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Marconi e Lakatos (2010) destacam que há vários tipos de entrevistas, e estas são definidas pelo propósito do entrevistador, podendo ser ela: a) Estruturada: o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido, e não tem liberdade de adaptação ou improvisação; b) Não estruturada: o entrevistador pode desenvolver cada situação da maneira que achar conveniente. Este tipo de entrevista pode ser focalizada (roteiro de tópicos), clínica (perguntas específicas) e dirigida (liberdade total); e, c) Painel: é a repetição das mesmas perguntas, às mesmas pessoas, em tempos diferentes, a fim de verificar sua evolução de opinião. É nesta perspectiva que Gil (2016, p. 115) argumenta que:

A entrevista pode assumir diferentes formas. Cada uma delas exige, naturalmente, do entrevistador, habilidade e cuidados diversos em sua condução. Do responsável pela aplicação de entrevistas

estruturadas exige-se apenas mediano nível de inteligência e de cultura, bem como treinamento operacional. Já daquele que vai proceder à condução de uma entrevista profunda, de caráter absolutamente não diretivo, exigem-se profundos conhecimentos da personalidade humana.

Porém, independente do tipo de entrevista utilizada, é imprescindível que o pesquisador não influencie nas respostas do entrevistado, mantendo a imparcialidade do estudo. Além disso, como mostra Fachin (2006, p. 152), “todo pesquisador deve ser perspicaz em sua observação, [...] Quando tem domínio do assunto, dificilmente cairá no erro de questionar fatos supérfluos ou estranhos”. Estes cuidados fazem total diferença entre uma satisfatória entrevista, capaz de fornecer dados relevantes e precisos, e um amontoado de dados sem condições de serem assimilados.

A entrevista como um instrumento imparcial

O objetivo geral da entrevista é a obtenção de informações, detalhes, e aspectos relevantes ao objeto de estudo. No entanto, segundo Oliveira (2016, p. 86), “é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado(a), limitando-se a ouvir e gravar a fala dele(a). [...] Jamais deve direcionar as respostas”.

Existe a possibilidade da entrevista não estruturada, em que o entrevistado tem certa autonomia na elaboração de questões e direcionamento do diálogo, no entanto, esta técnica de entrevista não pode ser confundida com interferência ou influência na aplicação das perguntas. Este tipo de ingerência coloca em risco todo o processo de pesquisa, uma vez que as informações coletadas não serão fiéis ao caso, gerando resultados equivocados. Richardson (1999, p. 219) afirma, neste sentido, que “as consequências do mau uso (da entrevista) dependem exclusivamente do pesquisador

Por vezes, erroneamente, o pesquisador busca por respostas que ele considera desejáveis, negligenciando a verdade, crendo que respostas 'A' fossem mais interessantes que respostas 'B' para seu projeto, maquiando situações que podem não ser as esperadas. Porém, dessa forma o pesquisador peca na premissa mais básica da ciência, que é a busca pelo conhecimento.

Marconi e Lakatos (2010) trazem outras questões que podem comprometer a imparcialidade e os resultados de uma entrevista, caracterizando como desvantagens desta técnica a dificuldade de expressão e comunicação de uma ou ambas as partes, a incompreensão que leva à falsa interpretação, à influência consciente ou inconsciente, à indisposição do entrevistado, retenção de dados por parte do entrevistado pelo medo de ser identificado, controle o entrevistador.

Gil (2016) também apresenta estas limitações, acrescentando, ainda, questões relacionadas ao fornecimento de respostas falsas, a incapacidade do entrevistado em responder os questionamentos, a influência do aspecto pessoal do entrevistador e os custos com treinamento e aplicação das entrevistas. O autor (2016, p. 111) ainda comenta que:

Todas essas limitações, de alguma forma, intervêm na qualidade das entrevistas. Todavia, em função da flexibilidade própria da entrevista, muitas dessas dificuldades podem ser contornadas. Para tanto, o responsável pelo planejamento da pesquisa deverá dedicar atenção especial ao processo de seleção e treinamento dos entrevistadores, já que o sucesso desta técnica depende fundamentalmente do nível da relação pessoal estabelecido entre entrevistador e entrevistado.

Diante disso, Gil (2016, p. 115 e 116) apresenta uma série de sugestões que devem ser seguidas na elaboração do roteiro de uma entrevista, a fim de que esta obtenha o sucesso e os resultados almejados. Neste roteiro ele diz que: "As instruções para o entrevistador devem ser elaboradas com clareza"; "As questões

devem ser elaboradas de forma a possibilitar que sua leitura pelo entrevistador e entendimento pelo entrevistado ocorram sem maiores dificuldades”; “Questões potencialmente ameaçadoras devem ser elaboradas de forma a permitir que o entrevistado responda sem constrangimentos”; “Questões abertas devem ser evitadas”; “As questões devem ser ordenadas de maneira a favorecer o rápido engajamento do respondente na entrevista, bem como a manutenção do seu interesse”.

Isto posto, o entrevistador que tiver o cuidado necessário na elaboração de suas questões da entrevista, a responsabilidade no momento de aplicá-las, a consciência de não interferir nas respostas, e a capacidade de analisar os dados de forma neutra, independente destes serem ou não os desejados, chegará a resultados satisfatórios em sua pesquisa.

Considerações finais

A pesquisa social vem ao encontro da necessidade de compreender melhor o entorno e o contexto social enquanto seres comunitários, além da evolução da sociedade, bem como as culturas e relações interpessoais. Como vê-se, um dos mais eficientes métodos para atingir estes objetivos é via Estudo de Caso.

Se as Ciências Sociais instigam a conhecer o mundo pelo viés humano, o estudo de caso incentiva a conhecer os fatos por um ponto inicial, menos abrangente, e mais preciso. É a partir dele que pode-se chegar a respostas para questionamentos da vida real. Inclusive, o que torna este tipo de estudo tão singular é o fato de trabalhar com perspectivas tão pontuais, considerando as relações sociais, e a interação entre pesquisador e objeto de estudo.

Aliás, esta relação entre investigador e investigado é muito importante quando se utiliza da técnica da entrevista para a obtenção de informações. A proximidade, desde que respeitando-se a neutralidade e o profissionalismo do estudo, traz benefícios no processo de coleta de dados.

Com isso, este estudo procurou abordar alguns conceitos deste entrelaçamento recorrente nas pesquisas sociais. O ser humano é constituído socialmente em suas relações, sendo que estas se transformam constantemente, não existindo certo e errado neste contato. Tal fato possibilita ao pesquisador social este olhar mais apurado a casos de seu interesse, bem como, permite a aproximação do pesquisador ao seu objeto a fim de questioná-lo.

No entanto, esta proximidade, em alguns momentos, pode criar ambientes nocivos a coletas dos dados, uma vez que podem ocorrer interferências durante o contato entre as partes, principalmente nas entrevistas. Estas interferências, como já dito ao longo do texto, prejudicam os resultados finais da investigação.

Quando o entrevistador consegue manter-se afastado de suas crenças e expectativas, as entrevistas realizadas como instrumentos de coleta de dados para estudos de casos tendem a fornecer informações relevantes, contribuindo para a construção de um panorama do problema investigado.

Referências

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ESPAÇO RESILIENTE: A CIDADE QUE VISA AO DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS GERAÇÕES

Paula Scherer
Mariela Camargo Masutti

Considerações iniciais

A adequação do espaço urbano para todos os públicos, inclusive o infantil, é imprescindível para o desenvolvimento saudável da população, proporcionando a inclusão na vida comunitária. Entretanto, o que se tem observado é que as crianças acabam sendo limitadas a atividades e brincadeiras em lugares fechados, realizadas na escola ou em suas residências. Essas atitudes podem desmotivar comportamentos relacionados à socialização, autonomia e criatividade, por exemplo.

Na cidade, o equipamento público que permite que crianças desenvolvam brincadeiras normalmente é o parque, que nem sempre é fisicamente aberto. Nesse meio, como identificam Müller e Nunes (2014) a heterogênea composição individual e social pode tornar a cidade um local que passe a percepção de insegurança para muitas pessoas. Ademais, a hostilidade, muitas vezes presente no meio urbano, faz com que as crianças adquiram mecanismos de uso restringidos na cidade, dessa forma, encontram-se acompanhadas constantemente por algum adulto responsável.

Iniciativas como as rotas seguras de viagens, desenvolvidas em algumas cidades, fazem com que as crianças possam usar o meio urbano com maior independência e sem a presença constante de responsáveis. Esse tipo de projeto pode ser auxiliado por medidas acessíveis, como sinalizações de segurança e barramento do tráfego de veículos nos locais próximos de instituições escolares, em horários de grande circulação.

O público infantil também merece ter a possibilidade de explorar seu bairro e se socializar com os demais moradores, ou seja, ocupar a cidade sem medo. Nesse cenário, como defende Krysiak (2019), é imprescindível que o planejamento e as intervenções sobre as cidades proporcionem o contato com a natureza, o senso de propriedade, a mobilidade ativa e sadia, o desenvolvimento de brincadeiras e a conexão social.

Metodologia

O presente trabalho resultou de uma diligente pesquisa bibliográfica sobre a relação das crianças com o meio urbano, as motivações dessa relação, e também acerca de projetos, em caráter mundial, que servem de referência em relação a intervenções resilientes nas cidades. As principais fontes de pesquisa utilizadas foram livros e artigos científicos, sendo sempre priorizada a veracidade das informações.

Além da pesquisa bibliográfica houve a realização de um questionário acerca da viabilidade da ocupação das cidades pelo público infantil atualmente, sendo o mesmo aplicado no mês de março de 2020. Ao total, 46 pessoas, residentes do estado do Rio Grande do Sul, colaboraram com suas respostas. As cidades englobadas foram: São Paulo das Missões (14 pessoas), Cruz Alta (11 pessoas), Canela (04 pessoas), Cerro Largo (04 pessoas), Cândido Godoi (03 pessoas), Erechim (02 pessoas), Santo Ângelo (02 pessoas), Alto Alegre (01 pessoa), Caibaté (01 pessoa), Campina das Missões (01 pessoa), Fortaleza dos Valos (01 pessoa), Porto Alegre (01 pessoa), e Salvador do Sul (01 pessoa). As respostas possibilitaram a criação de dois gráficos, ambos retratados nesse trabalho.

Através da metodologia utilizada, que abrange atividades teóricas e práticas, é possível, portanto, ter ciência da condição de integração do público mais jovem na cidade. Além disso, o método também viabiliza o conhecimento sobre quais medidas têm

capacidade de favorecer a acessibilidade e autonomia de crianças no meio urbano.

Resultados e discussão

Na sociedade, a construção histórica da infância foi um processo que teve início no individualismo moderno. Para isso, houve o desenvolvimento de um modelo que incluiu a produção de representações sobre as crianças, estruturação de seu cotidiano e de firmamento de organizações sociais elaboradas para as mesmas (SARMENTO, 2004).

Foram criadas instâncias públicas de socialização através da institucionalização da escola pública e de seu crescimento diante da sociedade. Principalmente a partir do final do século XX, a família, que antes submetia a criança ao estatuto subalterno do cuidado de aias e criadas, passou a ser o centro da prestação de cuidados e estímulo ao desenvolvimento infantil. Esse elo torna-se, portanto, o núcleo das relações afetivas na família nas classes médias. Ademais normas e restrições acerca do comportamento coletivo passaram a oprimir parte da vivência das crianças (SARMENTO, 2004).

A criança, dessa forma, passou a ser um “indivíduo”, se estabelecendo como uma peça de reposição à espera de ser incorporada no sistema do modo de vida socioeconômico contemporâneo. Ela, que antes podia adquirir conhecimento a partir de relações de convívio, distanciou-se dessa oportunidade ao obter proteção da família e da escola, sendo o custo, pois, sua autonomia (DIAS; FERREIRA, 2015).

Houve, assim, um advento crescente de exclusão da criança das esferas sociais de influência, do convívio social fora do círculo familiar e da participação da vida comunitária. A infância passou a ser confinada a um espaço controlado por adultos (DIAS; FERREIRA, 2015).

Quanto ao espaço público, o que se observa é uma naturalização de poder do uso do ambiente urbano exclusivamente

por adultos. Ao afirmarem a necessidade de proteção das crianças acabam isolando-as desses locais ou privando-as de espaços previamente demarcados na cidade. Tais locais dificilmente viabilizam interações mais diversificadas. A cidade, entretanto, detém a capacidade de propor experiências ricas ao público infantil, englobando interações fundamentais (MÜLLER; NUNES, 2014).

A configuração de espaços para crianças nas cidades, geralmente elaborada por adultos, pode resultar em locais que se centram na ideia de constante vigia e domesticação, o que limita a autonomia infantil. Brincar em parques infantis confere a necessidade de obediência às regras de utilização de brinquedos, e, muitas vezes, empresas de serviços determinam quais comportamentos devem ser adotados. Festas de aniversário nas empresas de eventos, por exemplo, seguem um ritual perceptível na necessidade de envergar um colete identificador, sentar à mesa e soprar velas. Tais determinações limitam a criatividade, padronizando, ainda, possibilidades comemorativas (SARMENTO, 2018).

Como explica Krysiak (2020) todo novo ambiente visitado proporcionou um efeito importante em sua infância, viabilizando ou não a socialização com outras crianças e o lazer e a brincadeira ao ar livre. Essas circunstâncias são relevantes para desenvolvimento de habilidades como independência, criatividade e empatia, e na criação de um sentimento de pertencimento à comunidade. Aliado a uma boa política social, o ambiente construído produz efeitos significativos na saúde, bem-estar e felicidade do público jovem. Na cidade, ademais, a autora pontua que uma das barreiras que influencia na diminuição da realização de brincadeiras ao ar livre, por crianças, foi o domínio de carros no meio urbano.

Conforme uma pesquisa realizada por Müller (2012), na cidade de Porto Alegre – RS, com nove crianças, mostrou que as mesmas ainda identificam alguns locais urbanos como impróprios à vivência. Jéssica (10 anos) e Gabriel (04 anos), que fizeram parte

do levantamento, percebem a rua como um lugar insalubre e perigoso, oposto à residência. Segundo as crianças, a Avenida Oswaldo Aranha, por exemplo, é um lugar sujo e malcheiroso, sendo que as mesmas se mostram enojadas ao lembrar que já pisaram em sujeiras presentes na calçada local.

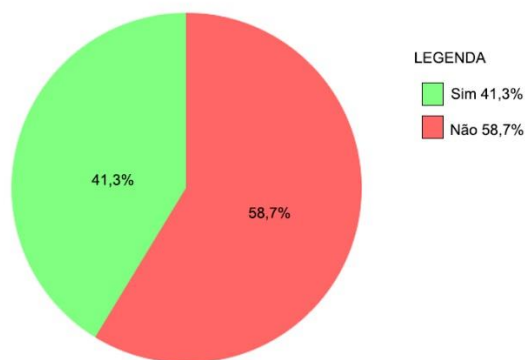
Muitas crianças demonstram medos em relação ao espaço público, enquanto a casa é um local de proteção familiar. No meio urbano público, a rua é de todos e também de ninguém, onde leis e ética não são exercidas sem autoridade externa. Em relação aos parques existentes no meio urbano, projetados a partir do século XX como uma possibilidade de se respirar ar puro na cidade, percebe-se que as crianças buscam nele o contato com a natureza, através dos lagos, da vegetação e dos animais (MÜLLER, 2012).

A criança precisa contar com um espaço propiciador para realizar atividades externas, na rua ou no campo. É importante, também, que a criança tenha uma idade mínima para usar, com segurança, espaços públicos, mas, mesmo assim, para algumas famílias permitirem que crianças saiam sozinhas para brincar, faz-se necessário mais de uma década de idade. Essa concepção está enraizada em fatores culturais. Nas decisões tomadas pelas famílias pesam experiências de infância adquiridas por membros adultos do núcleo familiar e a concepção de infância pela sociedade, que, muitas vezes, é influenciada pela mídia através de notícias, novelas e propagandas (ARAÚJO, 2017).

Para se ter uma ideia perspicaz da interação das crianças com o meio urbano em um contexto atual, efetuou-se um levantamento de dados com responsáveis por crianças de até 10 anos em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Foram aplicadas, para os mesmos, duas perguntas, sendo a primeira delas: “Em seu bairro as crianças encontram locais abertos seguros para o desenvolvimento de brincadeiras e socialização?”. A segunda se referiu à segurança frente ao tráfego motorizado da cidade, abrangendo o seguinte: “Em que nível o tráfego de veículos impede que as crianças desenvolvam lazer e brincadeiras no meio urbano em que você vive?”. Para a segunda pergunta, as alternativas

viabilizadas foram: não impede; pouco; impede de forma moderada; ou muito. O resultado, obtido com as respostas de 46 pessoas, no mês de março de 2020, foi estabelecido nos gráficos a seguir (Figuras 01 e 02).

Figura 01 – Gráfico que identifica se há presença de locais abertos seguros para o desenvolvimento de brincadeira e socialização das crianças



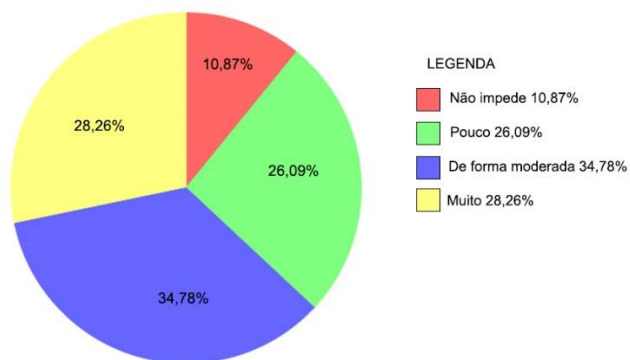
Fonte: Autores, 2020

Em relação ao gráfico expresso na Figura 01, observa-se que, por uma diferença de 17,4%, um maior número de pessoas não encontra locais abertos para o lazer do público infantil em seu meio urbano, conforme o questionário aplicado. É importante considerar que a maioria das pessoas que citou a presença de local público adequado para as crianças pontuou que esse ambiente seria a praça da cidade.

Além disso, verifica-se que grande parte das pessoas que responderam ao questionário reside em cidades com baixo número populacional, o que pode influenciar no nível de segurança das cidades, sendo, pois, favorável ao acesso de crianças a locais públicos. Conforme dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019), por exemplo, municípios pequenos, ou seja, com menos de 100 mil habitantes, possuem um número menor de homicídios do que os médios e grandes. A taxa média estimada

de homicídios, no ano de 2017, em municípios pequenos, foi de 25,4 %, contra 37,1% em municípios médios e 41,1% em grandes.

Figura 02 – Gráfico do nível de interferência dos veículos no lazer das crianças no meio urbano



Fonte: Autores, 2020

Conforme o gráfico apresentado na Figura 02, a maioria das pessoas, em um percentual de 34,78%, considera que o tráfego de veículos impede de forma moderada que as crianças brinquem e desenvolvam atividades no espaço urbano. Em segundo lugar, com 28,26%, permaneceu a opinião de que o tráfego limita muito a vivência do público infantil no meio urbano. Nesse contexto, destaca-se que vários dos indivíduos que responderam que o tráfego de veículos não impede as atividades das crianças na cidade, ou impede pouco, argumentaram que vivem em bairros de baixa densidade demográfica, assim, é comum que haja pouca circulação de veículos motorizados. Dessa forma, é possível afirmar que ambos os gráficos apresentam resultados que estão concatenados com a pesquisa bibliográfica referenciada até o momento. É importante considerar que existem intervenções acerca de espaços públicos, em caráter mundial, que visam à melhoria da qualidade de vida das crianças e à sua inclusão na sociedade. Esses projetos, pois, em virtude de valorizarem os

benefícios da convivência social e da autonomia, podem servir de exemplo para novos planejamentos e estudos na área urbanística.

O Projeto Play Street, elaborado por Muf Architecture/Art, por exemplo, é um projeto urbano que incorporou à rua um espaço de brincadeiras e lazer, sendo realizado em 2018. Localizado em Londres, pretendeu criar a percepção de que a rua é um equipamento que também pertence às crianças sendo que, para isso, foram incorporados objetos lúdicos ao longo do local. Além disso, atenta-se que a superfície da rua é propícia para patinar e andar de bicicleta, sendo que, ainda, foram dispostos bancos ao longo da via para descansar, como pode ser observado na Figura 03 (KRYSIK, 2019).

Figura 03 – Esporte e lazer no Play Street



Fonte: Ronald [20--?], apud Krysiak, 2019

O Play Street também permite a vigilância passiva pelos moradores sobre as atividades exercidas na rua. Isso porque os apartamentos no nível do solo possuem visibilidade direta sobre o espaço, garantindo que ele seja ativo com os residentes locais. O local, aliás, é responsável por estimular a imaginação e comportamentos sociais, principalmente entre crianças (KRYSIK, 2019).

Em Amsterdam, no ano de 2012, foi realizado um projeto de escola de nível primário integrada ao bairro, a Escola Comunitária Fiep Westendorp. Planejado por Paul de Rulter Architects, o local tem capacidade de propiciar o desenvolvimento de atividades comunitárias e jogos fora do horário escolar (Figura 04). Foi concebido, também, um jardim ao lado da escola para que as crianças do bairro possam brincar (ARCHELLO, 2014).

A escola e a comunidade compartilham um salão central, uma cozinha e um salão de esportes. O salão central situa-se na entrada do edifício, ficando sob os cuidados do responsável pela escola. O pavilhão esportivo possui papel importante para o público infantil, tanto espacial quanto socialmente (ARCHELLO, 2014).

Figura 04 - Escola Comunitária Fiep Westendorp



Fonte: Arrepiã, [20--?], apud Archello, 2014

Outro projeto que merece destaque frente à inclusão sadia das crianças no meio urbano é a iniciativa de rotas de viagem segura para mobilidade independente, em Tóquio, no Japão. Foi desenvolvida para que as crianças possam caminhar com cautela para a escola ou para espaços de recreação comunitária, por exemplo. A cultura do Japão propõe que as crianças devem chegar às instituições educacionais por conta própria, podendo ser a pé ou em transporte público. Dessa forma, a escola trabalha em parceria com as autoridades urbanas para criar caminhos seguros nos

bairros e no centro, havendo o mapeamento de rotas de viagem e atualização da infraestrutura viária (KRYSIK, 2019).

Como propõe o projeto de caminhos para crianças, no Japão, intervenções bastantes simples como sinalizações (Figura 05), gráficos, além de fechamento temporário de ruas próximas a escolas durante horários de pico, podem ajudar a manter as vias seguras (KRYSIK, 2019). Dessa forma, o meio urbano pode estar mais adaptado e viável ao público infantil.

Figura 05- Placa de rua, em Tóquio no Japão, designando tráfego para crianças.



Fonte: Shibuya 246, 2009

O meio urbano, mesmo sendo criado por adultos, não deve se limitar a uma concepção fragmentada do público. Como explica Corsaro (2013, apud Müller, 2014) é importante buscar também as suposições das crianças acerca dos lugares urbanos destinados para elas. Na companhia de seus responsáveis ou amigos, as crianças desejam, inclusive, ter e compartilhar o controle de suas atividades. Nesse contexto, ainda como propõe Araújo (2017), a possibilidade de descobrir coisas novas e brincar na companhia amigável de entes queridos, em locais urbanos, tem a capacidade de transformar um simples espaço público em um local amado e de pertencimento: a cidade pertence ao indivíduo, e o indivíduo pertence a ela.

Como exemplo da atenção e inclusão que deve ser atribuída ao lazer infantil na cidade, o Plano de Londres, de 2011, detém uma orientação suplementar que estabelece que todas as crianças precisam ter acesso a locais seguros para brincar, a uma distância razoável e cautelosa, em novos empreendimentos residenciais. Também destaca a importância da criação de rotas para as áreas de recreação. Recomenda-se que elas sejam realizadas com auxílio de um mapa ou sequências fotográficas que evidenciem distâncias, direções de viagem e apresentem soluções para superar as barreiras que dificultam o acesso das crianças na cidade. Dentre as soluções estão a melhor iluminação, as medidas de redução do tráfego e a criação de travessias mais seguras (MAYOR OF LONDON, 2012).

Considerações finais

Parte considerável do cotidiano das crianças é restrita a espaços fechados em residências ou escolas. Dessa forma, o público mais jovem acaba sendo excluído do convívio social e da participação política, tendo ainda sua autonomia e liberdade bastante limitada. Nesse contexto, Sarmiento (2004) estabelece que essa concepção ficou mais evidente com acontecimentos como a institucionalização da escola pública, recentramento do núcleo familiar no cuidado dos filhos, e administração simbólica da infância, que cresceram exponencialmente no século XX.

Habilidades como empatia e independência, em crianças, são bastante motivadas nas brincadeiras ao ar livre. Entretanto, muitos dos espaços urbanos onde o público infantil desenvolve o lazer são bastante restritos a locais delimitados nas cidades, quando as crianças deveriam ter a possibilidade de realizar atividades cotidianas de forma sadia também nas demais áreas urbanas. Ademais, o amplo tráfego de veículos demonstrou-se como um potencial obstáculo para a vivência de crianças na cidade.

Há referências favoráveis, em contexto global, que demonstram que existem medidas viáveis para possibilitar maior integração da vida das crianças na cidade. Exemplos disso são

intervenções como o Projeto Play Street, a Escola Comunitária Fiep Westendorp, e as rotas seguras de viagem para crianças, desenvolvidas no Japão. Essas iniciativas, mesmo assegurando a vigilância passiva de adultos sobre as atividades, permitem que as crianças desempenhem atividades com autonomia, seja através de mobiliários lúdicos e adaptados, lugares abertos para a prática de esportes em grupos, ou sinalização constante para o tráfego seguro e acessível ao público infantil. Tais exemplos evidenciam posturas resilientes acerca do planejamento da cidade, que não deve ser restrito a públicos específicos, permitindo a acessibilidade e independência de todos os usuários na vida urbana.

Referências

- ARAÚJO, Ana Lucia Castilhano de. Infância e cidade: reflexões sobre espaço e lugar da criança. *Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, [s.l.], v. 1, n. 16, p. 107-127, 16 jan. 2017.
- ARCHELLO. Primary School + Social Housing Project, Amsterdam NL. 2014. Disponível em: <https://archello.com/project/primary-school-social-housing-project-amsterdam-nl>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- CORSARO, William A. *We're Friends, Right?: Inside kids' cultures*. Washington DC: Joseph Henry Press, 2003.
- DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], v. 17, n. 3, p. 118-133, 20 dez. 2015.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência: retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. 47 p.
- KRYSIAK, Natalia. *Designing Child-Friendly High Density Neighbourhoods: transforming our cities for the health, wellbeing and happiness of children*. Sydney: [s.n.], 2019. 119 p.

KRYSIK, Natalia. Onde as crianças brincarão?: Como projetar cidades estimulantes e seguras para a infância. Archdaily: 17 mar. 2020. Entrevista concedida ao portal Archdaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/934019/cities-for-play-como-projetar-cidades-estimulantes-e-seguras-as-criancas>. Acesso em: 02 abr. 2020. Artigo redigido por Audrey Migliani.

MAYOR OF LONDON. Shaping neighbourhoods: play and informal recreation. London: Greater London Authority, 2012. 93 p. Supplementary planning guidance.

MÜLLER, Fernanda. Infância e Cidade: Porto Alegre através das lentes das crianças. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 295-318, jan. 2012. Trimestral.

MÜLLER, Fernanda; NUNES, Brasilmar Ferreira. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. Educação & Sociedade, [s.l.], v. 35, n. 128, p. 659-674, set. 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e cidade: restrições e possibilidades. Educação, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 232-240, 17 set. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>.

SHIBUYA 246. Neighborhood Street Signs. 2014. Disponível em: <http://shibuya246.com/2009/05/15/have-you-seen-these-signs/>.

Acesso em: 23 mar. 2020.

FRIDA KAHLO: A FORÇA E A CRIATIVIDADE DA MULHER NO ESPAÇO ARTÍSTICO

Giovanna Pantz Santos
Ieda Márcia Donati Linck
Maria Aparecida Santana Camargo

“Dor, prazer e morte não são mais que um processo para a existência. A luta revolucionária neste processo é um portal aberto à inteligência”
(KAHLO, Frida).

Considerações iniciais

Magdalena Carmem Frida Kahlo Calderón nasceu na cidade de Coyoacán, México, no dia 6 de julho de 1907. A casa em que nasceu e passou muitos anos de sua vida foi batizada por ela de “Casa Azul”, atualmente, Museu Frida Kahlo (BASTOS e RIBEIRO, 2007, p. 02). Frida é a terceira das quatro filhas do casal Guillermo Kahlo e Matilde Calderón y González. Suas três irmãs são Matilde, Adriana e Cristina. Contudo, segundo Zamora (1987, p. 177), após o nascimento de Adriana, nasceu também um menino, que faleceu poucos dias após seu nascimento, de pneumonia.

Seu pai, Guillermo Kahlo, era joalheiro e comerciante de artigos fotográficos. Nasceu na cidade de Baden-Baden e, posteriormente, emigrou para o México, aos 19 anos (BASTOS e RIBEIRO, 2007, p. 03). Este estava sempre atento à sua preferida, Frida. Tinha muito carinho e acreditava que esta filha teria um bom futuro profissional, motivo pelo qual buscava sempre estimular o desenvolvimento do espírito intelectual e aventureiro dela. Frida costumava acompanhá-lo em seus passeios, como pintor amador pelos mais diversos lugares (HERRERA, 2011, p. 10).

Nascida na cidade de Oaxaca, sua mãe Matilde era dona de casa e filha de um fotógrafo de descendência indígena da Morelia.

Foi ela quem convenceu Guillermo a estudar Fotografia, pois era a profissão de seu pai. Frida relata sobre a mãe, em seus diários, como sendo uma pessoa muito bondosa e inteligente, mas, de igual modo, calculista, cruel e fanaticamente religiosa (HERRERA, 2011, p. 24).

Nesse sentido, definida como uma revolucionária das artes plásticas, influenciando diversas tendências e movimentos no mundo, Frida Kahlo é mundialmente conhecida como um ícone da arte mexicana. A artista expressa, em suas telas, uma vida marcada por paixões, dor e sofrimento, mas, apesar disso, retrata com cores vibrantes a alegria do povo mexicano, suas vestimentas e adereços. Sua força e perseverança fizeram com que se tornasse símbolo da luta feminista, por representar, em suas pinturas, diversos assuntos polêmicos, como casos de feminicídio, traição, aborto e orientação sexual.

Frida Kahlo é inspiração para a resiliência, persistência e sobreposição presente na vida de muitas mulheres. Sua proposta está simbolizada no âmbito das artes e materializada no cotidiano de muitas que se identificaram e a aclamaram, fortalecendo a união e o apoio na luta coletiva feminina em busca de voz, vez e lugar em um mundo “pintado” por homens. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico e caráter bibliográfico, que tem como objetivo fazer uma reflexão sobre parte da trajetória de uma das mais marcantes figuras do século XX.

Contextualização necessária: a arte pictórica na América do Norte, mais especificamente no México

Em seu diário, Frida se declarava “Filha da Revolução Mexicana”, que ocorreu em 1910, três anos após seu nascimento, e se estendeu até 1920. Essa revolução teve como principais acontecimentos a reivindicação da reforma agrária e a manifestação dos camponeses que requeriam um retorno à sua cultura, ou seja, a busca e a valorização da cultura indígena, segundo consta em Mandel (2007, p. 02). Complementando, Frida ressaltava que o

México, como sempre, estava desorganizado e confuso. A única coisa que lhe restava era a grande beleza da terra e dos índios.

Durante as décadas de 1920 e 1930, o México passou a ser a alma da arte no continente americano. Os pintores mexicanos, que eram influenciados pela Revolução, uma luta pela busca de identidade, iniciaram uma proposta de “arte revolucionária”, que seria uma mistura entre influências da arte pré-colombiana, contemplando as civilizações Maia, Asteca e Inca, unidas à Arte Moderna.

Nessa época, a arte passava por diversas mudanças e o muralismo surge em referência à história mexicana. A arte mural é considerada uma atividade de âmbito educacional em uma visão global, pois contemplada à luz do projeto cultural do Estado. A iconografia do muralismo, ao reelaborar a imagem da revolução operária e camponesa, cria uma arte célebre que o Estado utilizou em seu processo de legitimação e uniformização nacional, no entender de Mandel (2007, p. 03).

Na ótica dos pintores do período, a arte que surgia no México deveria contemplar as esferas mais populares da sociedade. Ou seja, o povo teria acesso a essa nova arte, de tal modo que a influência revolucionária seria expressa em grandes murais nos edifícios públicos, que foram a principal tela desta nova arte, utilizando-se de muros, paredes de estruturas simbólicas do país e outros tantos painéis públicos.

Um dos grandes nomes da arte mural foi Diego Rivera, marco do movimento artístico como uma referência às práticas vanguardistas cubistas, trazendo uma sensação de equilíbrio, ordem, harmonia e construção. Em sua famosa obra “A Criação”, pintada em 1922, para o anfiteatro da Escola Nacional de Preparação, ele empregou o uso da simetria e da planificação dos traços, incorporando-a harmoniosamente à arquitetura sem competir com sua criação, além de vincular aos valores clássicos utilizados, nos quais prevaleciam a economia e a racionalidade.

O desejo e a busca de manifestação do sentimento estético de Frida Kahlo têm relação direta com o momento vivido no país, ou

seja, um tempo de possibilidade criativa. Esse período foi fundamental para que ela pudesse materializar seus sentimentos, seus desejos, suas mágoas e sonhos por meio da arte.

Conhecendo a mulher Frida artista

Além do comum, Frida Kahlo era uma menina sonhadora, ativa, alegre, curiosa e incansável. Possuía, desde criança, enorme afeição pela arte, devido, em grande medida, pelo incentivo de seu pai. Infelizmente, aos seis anos, desenvolveu a doença denominada poliomielite. Nessa época, os colegas de aula a apelidaram de “Frida da Perna de Pau”, pois uma de suas pernas ficou mais curta que a outra, devido à enfermidade, conforme refere Kettenmann (2015, p. 10).

De acordo com Bastos e Ribeiro (2007, p. 04), esse fato constante e rotineiro foi causando-lhe uma mágoa profunda, que despertou a raiva necessária para motivá-la a se superar nos esportes que praticava, maioria deles considerados masculinos, como o futebol, o boxe e a luta. Anos depois, ultrapassando seus limites e surpreendendo, Frida tornou-se campeã em natação na escola em que estudava.

Sempre à frente, ela revidou os reveses e marcou posição, encarnando o apelido e o preconceito vivido das mais diversas formas: com saias coloridas e joias extravagantes ou com calças estilo proletárias e bonés masculinos. Foram variedades de disfarces utilizados para transitar com orgulho e dignidade pelos círculos sociais que frequentava (ALVES, 2012). Apesar de sua doença na infância, Frida se transformou em uma jovem muito animada, forte e inteligente. Ela foi aceita na Escola Nacional Preparatória, então considerada a melhor instituição educacional do México. Frida era uma das 35 meninas em uma escola de 2000 alunos, todos almejando cursar Medicina, como relatam Herrera (2011) e Kettenmann (2015).

Cumprindo seus desafios mundanos, em setembro de 1925, após completar 18 anos de idade, sua vida teve outra drástica mudança. Quando voltava da escola, foi vítima de uma colisão entre um bonde

elétrico e o ônibus em que se deslocava para casa, ficando gravemente ferida. Como resultado, esteve internada durante um mês, seguido de mais três meses de cama em casa e, ainda, várias internações e cirurgias no decorrer de sua vida, consoante explica Zamora (1987, p. 24). No referido acidente, sofreu um trauma terrível, envolvendo múltiplas fraturas em todo o corpo, como na clavícula, costelas, coluna, cotovelo, pelve, perna e pé.

Seu pé direito foi macerado e os tornozelos e ombros foram deslocados. Ademais, ela foi perfurada por um corrimão de ferro do bonde, o qual entrou no quadril esquerdo e saiu pelo piso pélvico. Para todos, sua sobrevivência era incerta. No entanto, Frida não se entregou, conforme Herrera (2011). Viveu, aprendeu e assim se definiu: “Agora, vivo num planeta dolorido, transparente como gelo. É como se houvesse aprendido tudo de uma vez, numa questão de segundos”, teria declarado.

A produção pictórica

Na compreensão de Zamora (1987, p. 76), após ficar internada, quando retornou para casa, ficou em recuperação durante muito tempo e seu passatempo era baseado em ler e escrever. Até que um dia, a partir de uma decisão do pai Guillermo, a família construiu sobre sua cama uma estrutura de madeira com quatro colunas, e sua mãe Matilde colocou um espelho fixado no teto para que Frida pudesse se observar. O engenhoso cavalete serviu de apoio para que desenvolvesse um novo *hobby*: pintar.

Em 1926, produz, então, seu primeiro autorretrato intitulado “Autorretrato com Vestido de Veludo” (Figura 1). O que chama a atenção é que, embora a situação vivenciada, das dores e conflitos, do ambiente onde é obrigada a viver e do espaço que tem para pintar, sua arte é marcada pelo excesso de cor, de simbolismo, de alegria, minimizando a tristeza e a angústia. Cada obra possui uma beleza ímpar, pois é possível compreender os traços evidentes de seu sofrimento, fazendo com que o observador seja transportado para a sua realidade intensa, mas possível de ser superada.

Figura 1 – Autorretrato com Vestido de Veludo



Fonte: Kahlo, 1926

Após o acidente sofrido, a pintora ficou impossibilitada de ter filhos, mesmo sendo este um grande desejo. Uma de suas obras mais impactantes refere-se a um de seus abortos espontâneos, originando a tela “Hospital Henry Ford”, pintada em 1932 (Figura 2). De acordo com Kettenmann (2015), Frida já teria sofrido um aborto antes da realização da pintura. Aconteceu em Detroit, quando seu médico lhe deu uma dose de óleo de mamona e de quinina, objetivando induzir o aborto às oito semanas. O óleo de mamona e a quinina estimulam as contrações uterinas, tendo um grande efeito colateral em decorrência da toxicidade hepática.

Figura 2 - Hospital Henry Ford

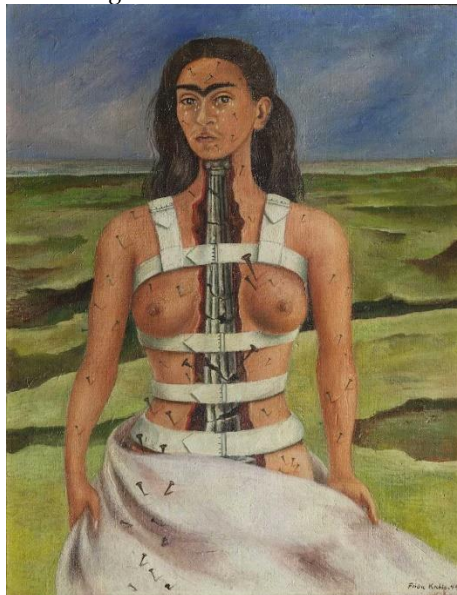


Fonte: Kahlo, 1932

A constante luta de Frida contra suas dores crônicas nas costas e as cirurgias fracassadas está nitidamente representada em sua pintura de 1944, “A Coluna Partida” (Figura 3). Nesta obra, sua coluna vertebral é substituída por uma coluna dórica quebrada e seu tronco amarrado por um espartilho de faixas. As amarras incertas do espartilho de couro parecem representar sua visão da natureza precária de suas próprias costas.

Quanto à coluna dórica, dentre as colunas arquitetônicas clássicas, esta é a que possui maior simplicidade em sua forma. Sob a ótica da leitura de imagens, a tela sugere mais do que as dores nas costas, representa a força que ela possui diante das agruras da vida, sendo que cada tira do espartilho pode indicar uma situação trágica por ela vivida e que parecem testar sua força, sua capacidade de resiliência e superação. No entanto, embora sua coluna tenha sido fraturada no acidente, Frida segue ativa, ereta e, apesar de amparada, continua olhando para frente. Com sua sexualidade aflorada, a coluna está quebrada, mas a mulher Frida ainda vive.

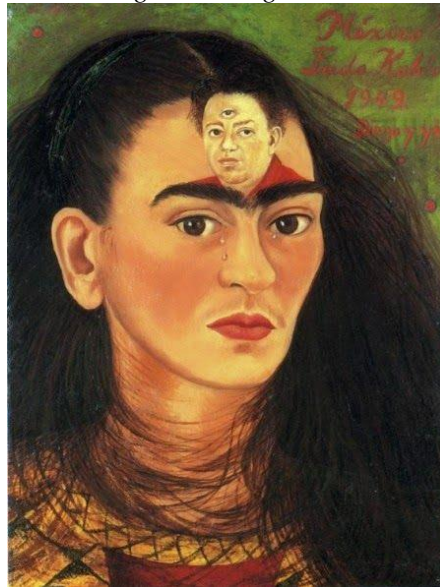
Figura 3 - A Coluna Partida



Fonte: Kahlo, 1944

O amor obsessivo de Frida por Diego Rivera, desde 1922, foi tema em diversas obras. O relacionamento conturbado e extraconjugal do casal foi motivo de inspiração para várias pinturas, além de todo o sofrimento (Figura 4).

Figura 4 – Diego e Eu



Fonte: Kahlo, 1949

Como um gesto de leitura, em um processo interpretativo, a referida pintura evidencia o desenho de Diego na testa de Frida. Aparecendo como um terceiro olho, pode sugerir que ele tenha o comando da situação, isto pelo lugar em que está materializado, visto que não está posto na face, mas na fonte, bem como por ele ter sido grafado como um terceiro olho, que pode significar a sua racionalidade, a sua razão. Tal fato pode inferir que, mesmo sendo Frida uma mulher forte, uma artista inovadora, independente, vanguardista, foi capaz de fraquejar por uma paixão, o que, para muitos, seria “o amor acrescenta, a paixão diminui, sempre”.

Em Frida, entende-se que cada obra, assim como a arte em sua totalidade, é o resultado de uma vivência pessoal expressada na

tela, é a materialidade do ser comum simbolizada pela artista. No caso da pintora em questão, uma realidade difícil, dura, mas com possibilidade de ser enfrentada, superada e amenizada. As cores das telas amenizam, neutralizam o sofrimento retratado, contagiando o olhar do observador, que pode ter um novo texto a cada nova leitura.

Discussões necessárias

Sob a perspectiva de Herrera (2011) e Kettenmann (2015), ainda que Frida Kahlo tenha sofrido vários traumas físicos, emocionais e psicológicos em toda sua trajetória, foi por meio da arte que ela transcendeu uma vida de dores e incapacidades para tornar-se alguém conhecida, lembrada para a posteridade, marcando a sua passagem, que, inicialmente, poderia ter sido medíocre. Inabalável e ousada, Frida foi a primeira pintora a denunciar casos de Femicídio em suas obras, acontecimentos que estavam se tornando comuns na cidade. Além disso, retratou casos de abortos, infidelidades e angústias de uma forma única.

Não se considerava uma pintora Surrealista. Apesar de suas obras, deliberadamente incoerentes com a realidade, Frida afirmava que apenas pintava a sua vida. Neste contexto, ela precisa ser estudada de maneira vertical, pois pode ser considerada um dos símbolos da luta feminista, em decorrência de sua persistência, influenciando muitas mulheres a encontrarem em si mesmas força e motivação para recomeçar sempre que necessário. Sua convicção e caráter conduziram-na a prosseguir sua caminhada com propósito de pintar, não apenas como desenho, mas como registro simbólico de uma vida a ser materializada.

Frida teve uma carreira artística brilhante, uma vez que suas obras fornecem uma visão única e pessoal da dor e da emoção sentida, que foi claramente um estímulo para seu inquietante portfólio de pinturas. Suas telas contam uma história original e íntima, além de serem provocantes e intrigantes pela explosão de cores e simbolismos, que representam a vida de outras tantas

mulheres que necessitam lutar para permanecerem vivas e fortes, em um mundo marcado pela dominação masculina.

Ademais, foi uma excelente professora de pintura, conseguindo fazer de suas obras sua subsistência, algo raro para artistas vivos. Além de suas telas, escreveu diversos poemas de sucesso e consolidou seu nome como a grande artista mexicana do século XX. Incansável, participou ativamente das decisões políticas de seu país tão adorado e casou-se com o homem que amava, fato que leva à pergunta: a vida imita a arte ou vice-versa? Frida responde: “Apaixone-se por você. Pela vida. Depois, por quem você quiser”.

Considerações (não) finais

Encontra-se na obra de Frida Kahlo uma forma imperiosa que a encorajava a desenvolver um sentimento de existência própria e que lhe permitiu suprir as lacunas psíquicas causadoras de muita dor. A artista se tornou um ícone mundial de representatividade da cultura mexicana. Tudo nela lembra o México, desde suas vestes de saias compridas e dos excessos de adereços e cores vibrantes nos xales, aos penteados com tranças e tecidos adornados com flores.

Além da grande simbologia usada em suas pinturas e dos animais característicos da região latino-americana, Frida é admirada e respeitada, servindo de inspiração de recuperação, luta e persistência. O leve buço com o qual Frida se autorretratava demonstra toda a sua autenticidade, força, coragem e destemor diante das inumeráveis cirurgias e das diversas limitações no decorrer de seus 47 anos.

A vida da pintora foi uma aventura, tanto profissional quanto política e emocional, sendo impensável para muitas mulheres do seu tempo, como afirma Toro (2008). Sua pintura era vista como uma ruptura, uma vez que pintava os órgãos genitais da mulher de uma maneira implacável ou o corpo como matéria.

Frida Kahlo, falecida em 13 de julho de 1954, compensou todas as suas doenças, decepções e dores na manifestação expressiva de

suas telas. A coragem de pintar a si mesma como forma de protesto retrata o quanto era capaz de enxergar a arte e a beleza em um momento de dificuldade. A artista pintou a si com orgulho, ressaltando que: “Eu sou minha única musa, o assunto que conheço melhor. Sou Frida Kahlo”.

Referências

ALVES, Maria da Penha Casado. Frida Kahlo entre palavras e imagens: a escrita diarista e o acabamento estético. **Revista Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 169-184, 2012.

BASTOS, Marli Miranda; RIBEIRO, Maria Anita Carneiro. Frida Kahlo: uma vida. **Psicanálise & Barroco – Revista de Psicanálise**, UNIRIO, v. 5, n. 2, p. 46-76, dez. 2007.

HERRERA, Hayden. **Frida: a biografia**. São Paulo: Globo, 2011.

KAHLO, Frida. **Autorretrato com Vestido de Veludo**. 1926. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/autorretrato-com-vestido-de-veludo/9QHUrLhK3UEXqw?hl=pt-br>>. Acesso em: 30 maio 2020.

KAHLO, Frida. **Hospital Henry Ford**. 1932. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/henry-ford-hospital-frida-kahlo/kgHTa-02kVhHJA?hl=pt-br>>. Acesso em: 30 maio 2020.

KAHLO, Frida. **A Coluna Partida**. 1944. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/the-broken-column-frida-kahlo/EgGMbMFBQrAe3Q?hl=pt-br>>. Acesso em: 30 maio 2020.

KAHLO, Frida. **Diego e Eu**. 1949. Disponível em: <<https://www.wikiart.org/en/frida-kahlo/diego-and-i-1949>>. Acesso em: 30 maio 2020.

KETTENMANN, Andrea. **Kahlo - 1907-1954: Dor e Paixão**. São Paulo: Taschen, 2015.

MANDEL, Claudia. Muralismo Mexicano: arte público/identidad/memoria colectiva. **Revista Escena – Artes Visuales**, v. 30, n. 61, p. 37-54, 2007.

TORO, Alfonso de. Frida Kahlo y las vanguardias europeas: Transpictorialidad-Transmedialidad. *Aisthesis*, v. 43, p. 101-131, 2008.

ZAMORA, Martha. **Frida**: el pincel de la angustia. México: La Herradura, 1987.

O DISCURSO SOBRE A PADRONIZAÇÃO DA BELEZA: PROCESSO CONSTITUTIVO DO “ASSUJEITAMENTO” FEMININO

Ieda Márcia Donati Linck
Viviane Teresinha Biacchi Brust
Bianca Cordeiro Manfrin

Considerações iniciais

Tomando como ponto de partida as críticas da teoria feminista ao mito da beleza, de Naomi Wolf, apresentamos como a construção das funções sociais da mulher e a dominação feminina está intimamente ligada à padronização estética da mulher na contemporaneidade. Dito isso, contextualizamos a idealização da beleza ao longo da história, bem como, sua função opressora e manifestações atuais, tendo como abordagem principal as práticas discursivas da indústria da beleza, em especial a indústria cosmética.

Para aprofundar essa compreensão, tem-se como base teórica a Análise do Discurso, de linha pecheuxtiana, e a compreensão dos mecanismos da Psicologia do Consumo, de linha lacaniana. Registra-se a problemática sociocultural em que se apresenta a constituição ideológica da mulher, bem como a opressão da mesma pelas estruturas da sociedade em que vive, por meio do discurso propagado pelas campanhas publicitárias e pelos bens culturais de consumo massivo, que potencializam e perpetuam a busca eterna pela adequação de um padrão inalcançável de beleza imposta.

Algumas considerações sobre a análise do discurso (AD)

Quando interpretamos algo, mostramos a nós mesmos, ou seja, nos desvelamos. O lugar onde podemos observar a ideologia, a qual está na constituição do sujeito e dos sentidos, é o discurso. É

nele/por ele que podemos compreender os sentidos e significados que a língua produz por e/ou para o sujeito. Por isso, é essencial o entendimento sobre a Teoria do Discurso para a realização da escrita deste texto.

O discurso pode ser definido como um “objeto social cuja especificidade está em que a sua materialidade é linguística” (ORLANDI, 2007, p. 27), pois a língua é a base dos processos discursivos. É definida por Pêcheux (2009) como a possibilidade de materialização do discurso, é sujeita a falhas, capaz de deslizos e de ruptura. Sendo assim, a Análise Discurso busca a descrever e a interpretar como a língua materializa as construções imaginárias do sujeito e como isso produz sentidos – a si mesmo e ao outro –, dentro das relações sociais nas quais estamos inseridos.

Nessa premissa, para fazermos a análise de qualquer discurso, consideramos a história, a ideologia, as condições de produção do discurso e os seus processos de produção, as relações estabelecidas pela língua, e as situações em que se produz o dizer, compreendendo-se que o que diz filia-se a uma rede de sentidos, marcada ideologicamente. É com base nessas noções que o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade.

Para pensar a constituição ideológica, é preciso compreender o que as palavras dizem, mas igualmente o que não dizem e é relevante compreender que a aparente transparência da linguagem se desfaz no momento em que se percebe a correlação dos sentidos com as posições tomadas pelo sujeito do dizer. Faz-se necessário observar como dizem, por que dizem, por que dizem “x” (e não “y”), e em que condições de produção tal dizer foi aceito, reproduzido, passando a “constituir” o sujeito que o disse, uma vez que aí se estabelece um processo de identificação. Em outras palavras, ao filiar-se a uma determinada formação discursiva, em que inconsciente, ideologia e linguagem se imbricam, o sujeito toma a si determinados sentidos, então “evidentes”. É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, assim como o que não pode e não deve ser dito. É o sujeito na ilusão de que o sentido é aquele por ele tomado, como se conseguisse “domesticá-

lo”; é também na ilusão de que é a origem do que diz, conforme nos explica Pêcheux (ano) e Orlandi (ano).

Em palavras de Pêcheux (1988, p. 155), “toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência e respeito ao todo complexo dominante das FDs, o chamado de interdiscurso”. Ao tomar o discurso, o sujeito mobiliza uma sua filiação, um funcionamento discursivo, ideológico e formação imaginária – é um sujeito dividido, constituído tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente (ORLANDI, 2007, p. 16) – a qual se embasa nos lugares tomados e atribuídos, mutuamente, no momento da enunciação.

A AD visa problematizar e explorar as manifestações linguísticas e seus significados simbólicos, pois é na linguagem que estão amarradas as relações entre sujeitos e seus dizeres, porque é nela e por ela que o sujeito significa e se significa, é nela e por ela que as relações de poder se dão a ver. Para Lacan (1969-1970/1992), a linguagem possibilita a subsistência de certas relações estáveis no campo das trocas sociais. Nesse sentido, é mediante a estrutura da linguagem que se torna possível estabelecer os laços sociais que permitem edificar a civilização e o que a constitui enquanto processo discursivo. E este recorte, volta-se à questão de gênero, que cuja constituição não foge à regra. Este é o tema a ser abordado a seguir.

A socialização da mulher com a beleza

Pensar o corpo e, em especial, pensar o corpo feminino e o lugar social e simbólico a ele atribuído, pelas linhas da Análise de Discurso, é tomá-lo como um lugar no qual são depositadas construções imaginárias em quaisquer que sejam os tempos; é esse corpo, em especial, que, atravessando o real, atravessa e compõe também a história da humanidade, em sua determinação biológica; é esse o corpo que gera, que dá cabo à forma humana e perpetua a espécie, porquanto símbolo também de alimento e proteção.

Para a análise do discurso o corpo surge estreitamente relacionado a novas formas de assujeitamento e, portanto, associado à noção de ideologia. Mais do que objeto teórico o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem. Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível (FERREIRA, 2013).

Nas palavras de Ferreira (2013), temos um corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. Nesse caso, corpo é discurso. No entanto, a questão que mobilizamos trata de como esse olhar do outro visa a determinar a própria subjetividade desse “corpo”. Ou seja, esse corpo não é o um corpo que é sujeito de um/seu discurso. Pode ser tomado como um corpo-objeto de um discurso outro que não somente o tenciona, mas o determina, que ideologicamente nele intervém. Ou, ainda, ser tomado como um corpo sujeito, cujo discurso de si (para si) está plenamente identificado a um discurso outro que o torna objeto – desse próprio outro (que é o discurso da mídia, da indústria, do sistema que o assujeita) e mesmo de si, porque não apresenta resistência ou porque sua desidentificação não é forte o suficiente para mudar a direção de um dizer que (lhe) inter-fere.

No imaginário social, o “ser mulher”, a princípio, está atrelado unicamente ao ato de gerar, dar à luz, trazer à vida, ou seja, à sua função biológica, porquanto único corpo capaz de tal, o que implica igualmente ser um corpo jovem, fértil, produtivo. Depois, junta-se a isso, um dado ligado ao comportamento, o ser mulher à ideia de feminilidade, essa no sentido de ser sensível, frágil e bela². Sendo ela uma construção social, há uma arbitrariedade para tal estruturação; nela situa-se o mito da beleza,

² E o que é “feminilidade”? O próprio dicionário Houaiss (2009) traz, em sua acepção 1: “qualidade ou caráter de mulher; atitude feminina; feminidade”, o que, em nosso ponto de vista, mantém a questão: o que determina ser – ou não – qualidade, caráter, atitude feminina?

corroborando para a manutenção desse ideário. Restringe-se a um papel sócio-histórico determinado:

Na aurora da modernidade, o corpo feminino descrito a partir da ênfase nos órgãos reprodutivos, no “cérebro menor”, e a “fragilidade dos nervos” foi utilizada para definir o lugar “naturalmente” inferior das mulheres na esfera da sociedade, justificando a sua permanência no espaço privado (ARÁN, 2006, p. 16).

Nessa construção social, Bourdieu (2003) explana que para “ser mulher” na nossa sociedade, é preciso saber “fazer-se pequena”. Para o sociólogo, é atribuída à mulher uma postura aparentemente intransponível de submissão; nessa posição, revelam-se alguns comportamentos imperativos, carregados de significações, pertencentes a certos padrões morais, que não só a diminuem enquanto ser diante de outro ser, quanto a privam de gozar de liberdade plena.

A ideia da inferioridade feminina remonta à Antiguidade, quando tanto a cultura grega quanto a romana anulavam a participação das mulheres na hierarquia social. Os gregos excluíaam as mulheres do mundo do pensamento e do conhecimento, algo louvado pela sua civilização, enquanto os romanos legitimaram a discriminação feminina por meio de sua legislação, pela qual o homem detinha todo o poder sobre a mulher, os filhos e os escravos. A mulher apenas tinha voz e vez no período em que os homens se ausentavam para irem às guerras; assim que eles voltavam, elas eram destituídas de qualquer possibilidade de participação em decisões, ou de mando.

Dessa forma, ao longo dos séculos, a representação da mulher na sociedade estabeleceu as discrepâncias de gênero. Às mulheres foram destinadas o privado, o lar, a domesticidade, a maternidade, a subordinação. Aos homens, o espaço público, a política, o prazer, a liberdade, o poder. Bem mais tarde, após as convulsões sociais causadas pela Revolução Industrial, como a urbanização e a necessidade de mão de obra, desconstituiu-se a ideia de unicidade

familiar, na qual o homem era o centralizador da renda e da autonomia. Assim que o valor social básico da mulher não pôde mais ser definido pela encarnação da domesticidade virtuosa, o mito da beleza o redefiniu como a realização da beleza virtuosa (WOLF,1992, p. 23).

Com a ascensão do movimento feminista, as mulheres conseguiram, nas últimas décadas, “abrir uma pequena brecha” na estrutura do poder. Todavia, “à medida que as mulheres iam exigindo acesso ao poder, a estrutura do poder recorreu ao mito da beleza para prejudicar, sob o aspecto material, o progresso das mulheres” (WOLF, 1992, p. 25).

A ocupação com a beleza, trabalho inesgotável, porém efêmero, assumiu o lugar das tarefas domésticas, também inesgotáveis e efêmeras. Como a economia, a lei, a religião, os costumes sexuais, a educação e a cultura foram forçados a abrir um espaço mais justo para as mulheres, uma realidade de natureza pessoal veio colonizar a consciência feminina. Recorrendo a conceitos de "beleza", ela construiu um mundo feminino alternativo, com suas próprias leis, economia, religião, sexualidade, educação e cultura, sendo cada um desses elementos tão repressor quanto os do passado (WOLF, 1992, p. 20).

A partir dessas manifestações e mudanças sociais, o culto à aparência passa a ser utilizada como principal arma para manter a supremacia masculina. Se, antes, a beleza era considerada uma moeda de troca no mercado de matrimônio burguês, agora ela passa a constituir um sistema monetário e ditar as novas formas de consumo.

Quando a dona-de-casa insegura, entediada, isolada e inquieta abandonou a Mística Feminina pelo local de trabalho, os anunciantes se defrontaram com a perda de seu principal consumidor. Como garantir que mulheres trabalhadoras ocupadas e estimuladas continuariam a consumir nos mesmos níveis de quando tinham o dia inteiro para isso e não dispunham de muitos outros interesses que as ocupassem? Era necessária uma nova ideologia que as levasse ao mesmo consumismo inseguro de antes (WOLF, 1992, p. 86).

Para Alves (2011, p. 32), “o discurso dominante consegue desenvolver uma narrativa para a mulher sobre seus próprios desejos, agregando ainda sua aparência como marca determinante de feminilidade”. No entanto, o mito da beleza não é determinado pela aparência, mas, sim, pelo comportamento: a maneira como olha (como pode e deve olhar), como senta (como “deve” sentar), com pernas cruzadas – economizando espaço, ao modo como se veste, com roupas que limitam movimentos, fazem parte de uma submissão comportamental. Ainda hoje, apesar de serem usados os mesmos cortes de roupas, “há formas de sentar de homens” – masculinizada – e “formas de sentar de mulheres” – comportada, e isso é ensinado, inclusive, desde a educação infantil nas escolas. Segundo Wolf (1992), o culto à beleza nada mais é que um mecanismo de controle social, estimulado pelo patriarcado para evitar a emancipação feminina, seja ela econômica, intelectual ou sexual.

A feminilidade, assim definida, não deixa de ser uma forma de violência, não apenas física como psicológica, cujo intuito é oprimir, subordinar e encarcerar a mulher em um novo tipo de prisão: o da mente. De acordo com Wolf (1992), o sistema fez da beleza uma neurose portátil, para que a mulher pudesse carregá-la consigo para dentro do escritório, de maneira a anular sua verdadeira aparência a uma performance, a moldar a sua subjetividade, enfraquecê-la e a deixá-la expostas à violabilidade e à vulnerabilidade. Discursivamente, poderíamos afirmar que esse sujeito mulher constrói, em relação a si, ao lugar que socialmente ocupa, uma imagem – que pode ser/estar próxima ou distante de uma imagem feminina idealizada. Nesse seu imaginário sobre si e sobre seu interlocutor, ao dizer-se³, ao materializar na língua o que povoa a sua subjetividade, produz efeitos de sentido quanto à maneira como se sente e na forma como isso vai ressoar com relação à sua adesão (ou não) às injunções do consumo.

³ Referência à noção de Formação Imaginária, conforme Pêcheux (1993); Orlandi (2001).

Há discursos que reforçam isso: um provérbio francês – o que se pode considerar como um pré-construído⁴ – afirma que “é preciso sofrer para ser bonita”, ou seja, a beleza feminina está estritamente conectada ao sofrimento. De fato, nesse constructo, percebe-se, em funcionamento, conforme já referido anteriormente, um imaginário de mulher, considerando-se o lugar que A e B atribuem, cada um, a si e ao outro, ou seja, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Ao reforçar a ideia de que as mulheres devem se submeter à dor, como se não fosse suficiente a própria submissão a um pré-determinado padrão estético, a um conceito de beleza, impõe-se a ela a aceitação da violência contra seu corpo, praticada por ela mesma – na forma de dietas, por exemplo – ou por outro – vide cirurgias plásticas e as decorrentes situações de recuperação, em que a dor e o mal-estar se fazem presentes, entre outras situações semelhantes. Beauvoir (1967) atenta para a educação podadora das sociedades capitalistas ocidentais, que subjuga a mulher desde a infância a cumprir um papel social de submissão e naturalização desse assujeitamento.

O mito da beleza produz um processo de repressão na mulher desde seus primeiros anos de vida. Na infância, uma fase crucial para o desenvolvimento humano, tal socialização poda a subjetividade da mulher, influenciando negativamente sua visão acerca de si mesma e de seu papel para com os outros e, conseqüentemente, suas futuras “escolhas”. Nesses casos, limitam-se a uma representação exterior, convencidas, de forma sutil, de que não precisam pensar, mas apenas representar (WOLFF, 1992).

É na infância também que a mulher, em seu contato com o mundo discursivo, acessa, pela linguagem, as representações femininas – os imaginários de esse ser mulher. Para Wolf (1992, p. 78), as histórias contadas a crianças como parábolas de valores

⁴ Pré-construído pode ser entendido como [...] esse espaço interdiscursivo[...] constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados ‘preconstruídos’, de que sua enunciação apropria-se. [...] nesse interdiscurso, o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome. (COURTINE, 1999, p. 18-9).

corretos perdem o sentido para as meninas à medida que o mito inicia seu trabalho em busca de êxito em seu propósito.

Consideremos a lenda de Prometeu, que é apresentada às crianças norte-americanas na terceira série primária sob o formato de história em quadrinhos. Para uma criança em processo de socialização na cultura ocidental, ela ensina que um grande homem arrisca tudo pela audácia intelectual, pelo progresso e pelo bem comum. No entanto, como uma futura mulher, a menina aprende que a mulher mais linda do mundo foi criada pelo homem, e que a audácia intelectual dela trouxe aos homens a primeira doença e a morte. O mito torna a menina que lê cética no que diz respeito à coerência moral das histórias de sua cultura (WOLF, p. 78).

Nessa narrativa, conforme o explicitado pelo autor, ao mundo masculino associa-se a lógica do vencedor, cujos valores “enobrecem” e são superiores; ao feminino, a dependência, a punição, a culpa por ousar. Bettelheim (2002), também em relação a narrativas que subsidiam nossa formação identitária e cultural, afirma que os contos de fadas, as fábulas e as histórias são de suma importância para a maturação psicológica da criança, pois ela compreende e se identifica inconscientemente com as situações e personagens, de maneira a utilizá-las como exemplo para solucionar seus anseios infantis. Desse modo, em muitos textos, cujas narrativas são masculinas e impõem o mito da beleza, a menina é socializada para ser bela, consumista e passiva. Nesses textos, na maioria das vezes, a personagem menina é bonita – esse é o seu lugar, essa é a característica pela qual se destaca e motivo pelo qual ocupa um espaço e um tempo (onde ficaram as consideradas feias? – são elas as bruxas, a arderem incontestavelmente sob chamas inquisidoras?) –, mas nunca personifica uma heroína; ela é salva por um herói, o menino, que não precisa ser belo, mas é forte, valente, com atitudes heroicas.

A menina aprende que as histórias acontecem a mulheres “lindas”, sejam elas interessantes ou não. E, interessantes ou não, as histórias

não acontecem a mulheres que não sejam "lindas". Esses primeiros passos na educação da menina sobre o mito a torna suscetível às heroínas da cultura de massa da mulher adulta — as modelos nas revistas femininas. São essas modelos que as mulheres geralmente mencionam primeiro quando pensam no mito (WOLF, 1992, p. 79).

Nesse sentido, as referências femininas, desde as histórias contadas na infância, aparentemente mais ingênuas, até aquelas veiculadas hoje pela mídia, as quais primam pela manutenção do *status quo* da mulher (a exemplo do filme, já clássico, “Uma linda mulher”, de aaaa, com a atriz Julia Robert), sempre exibem heroínas ou princesas medíocres, sempre à espera do amor de um homem, para se casarem, ou para, por eles, serem salvas. O modelo ideologicamente reiterado é o mesmo: são elas lindas, dóceis, jovens; às vezes, podem até ser rebeldes, mas acabam sendo “domadas” pelo amor. Ao avesso disso, estão as bruxas e as megeras, a ocuparem um lugar outro, já instaurando a rivalidade entre as mulheres, na/pela divisão do universo feminino.

Seguindo a afirmação de Bettelheim (2002), para quem a criança se espelha na materialização discursiva das histórias infantis, à medida que ela cresce, a duplicidade da sua visão se intensifica, e a menina precisa de novas referências para seguir. Trocam-se os livros e animações, por revistas, seriados e *blogs*. A princesa transforma-se na modelo; as fábulas ganham o formato de dicas de beleza para se ter “o corpo perfeito” (aliás, sempre magérrimo) ou “o comportamento adequado/aprovado”.

A mídia, corroborando com o sistema de consumo (de produtos e de imagens) em que está inserida, contribui concomitantemente à estipulação de ritos e de padrões de beleza. Em pouco tempo, a indústria farmacêutica, com remédios emagrecedores, juntamente com a indústria dos cosméticos, com formulações “mágicas” passaram a investir nesse mercado. Assim, inventam-se produtos do mesmo modo que se reinventam desejos, derrubam-se princípios e burlam-se “verdades”.

A publicidade realiza campanhas eficazes que combinam aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais da mulher, de maneira tão sutil, ao longo dos anos, que a ideia de completude é vendida sem que os consumidores percebam isso.

Considerando-se que pode ser mais fácil enfraquecer a mulher ocidental de classe média sob o ponto de vista psicológico agora que estamos mais fortes sob o aspecto material, o mito da beleza, na forma em que ressurgiu na última geração, teve de recorrer a sofisticação tecnológica e fervor reacionário maiores do que anteriormente. O atual arsenal do mito consiste na disseminação de milhões de imagens do ideal em voga. Embora esse fogo cerrado geralmente seja considerado uma fantasia sexual coletiva, há nele, na verdade, muito pouco de sexual. Ele atende ao chamado do temor político por parte de instituições dominadas pelos homens, instituições ameaçadas pela liberdade das mulheres (WOLF, 1992, p. 20).

No Brasil, a publicidade para o público feminino é maior diante dos dados estatísticos do Senac Rio⁵; nele os homens representam 37% dos consumidores de produtos e serviços de beleza e saúde. Apenas 26% dos criativos dentro das agências brasileiras de publicidade são mulheres. Ou seja, 74% da publicidade criada para incentivar o consumo feminino é produzida por homens⁶.

Apesar do recente aumento da demanda do consumo de produtos de beleza por homens, 86,2% das cirurgias plásticas no mundo são feitas por mulheres⁷, segundo dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica (ISAPS). A pesquisa também aponta que o aumento de seios continua sendo a cirurgia plástica

⁵Fonte: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/economia/2013-12-04/setor-de-beleza-voltado-para-o-publico-masculino-esta-em-ascensao.html - Acesso em abril de 2020

⁶Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2019/01/21/dois-anos-depois-mulheres-sao-26-na-criacao.html> - Acesso em abril de 2020

⁷ Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/saude/por-que-as-brasileiras-sao-obceçadas-por-cirurgias-plasticas/> - Acesso abril de 2020

mais realizada (15,8%) entre os 2,5 milhões de procedimentos por ano, seguidos da lipoaspiração (14%) e da cirurgia de pálpebra (12,9%). Ainda, de acordo com a ISPAS, o Brasil é o segundo país no ranking mundial de cirurgias plásticas, realizando mais de 1,3 milhões de operações anualmente, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Nos últimos 10 anos, houve um aumento de 141% no número de cirurgias feitas em jovens entre 13 e 18 anos. Esses números colocam o Brasil na liderança em número absoluto de jovens que passam por esse tipo de cirurgia.

As mulheres têm a sensação de “escolha”; no entanto, quem dá as opções já definidas é a sociedade, que é estruturalmente patriarcal e opressora. Meagan Tyler reconhece que nós mulheres “fazemos escolhas, mas elas são moldadas e podadas pelas condições desiguais em que vivemos”. Segundo Rocha (2001), o corpo feminino que a publicidade revela, sofre um processo em que a unidade se perde e as partes prevalecem sobre o todo.

A mulher dentro do anúncio existe, sobretudo, aos pedaços — seio, pé, perna, pele, rosto, unha, mão, nádega, olho, lábio, cílio, coxa e o que mais se puder destacar como um quebra cabeça invertido cujas peças desencaixam, escondendo a figura que nunca se forma. O indivíduo mulher, tal como aparece na imagem dos anúncios publicitários, ao existir, principalmente, através de um corpo fragmentado, inviabiliza a construção de um espaço interno e, com ele, a possibilidade de proferir um discurso. A imagem da mulher como silêncio [...] possui um corpo e deve saber usá-lo, mas dispensa a palavra [...] assim, a palavra da mulher é delegada aos produtos e estes falam por ela (ROCHA, 2001, p. 37 e 38).

Os resultados prometidos com uso de corretivo, máscara, creme, batom e dos demais produtos que prometem as diferentes marcas faz com que as mulheres busquem neles um rápido disfarce para os possíveis “defeitos” de sua aparência. Aí está a principal arma do discurso publicitário, ele nos faz crer que existem erros e imperfeições, seja na: em nossa aparência, seja na essência, seja mesmo no conceito do ser mulher.

Wolf (1992) expõe dois conceitos que explicam como a publicidade tem representado o corpo feminino através da pornografia, da beleza, na qual mulheres são retratadas de maneira erótica, e do sadomasoquismo da beleza, cujas imagens, nas propagandas, denotam a submissão da mulher ao homem.

Após a revolução sexual, a pornografia da beleza e o sadomasoquismo da beleza costuraram ideais de beleza, expectativas do mercado, do sexo e da violência. Em uma cultura patriarcal, na qual a beleza feminina é validada por homens, mulheres tornam-se um objeto, sexualizado e subordinado, cuja recompensa é ser desejada, considerada suficiente para validar todos os sacrifícios feitos para tentar alcançar padrões de beleza (WOLF, 1992). O discurso que circula nas mídias garante isso, em processos que tem a ver com construções imaginárias dessa ordem.

Assim, o capital e a indústria da beleza trabalham juntos e com o mesmo objetivo: lucrar com as inseguranças femininas, com as necessidades advindas de um imaginário formatado, criado. O capitalismo, personificado na indústria cosmética, farmacêutica e também na da área da medicina, fatura com a venda em massa de produtos para embelezamento, enquanto reforça o mito da beleza.

Em nossa cultura, nenhuma parte do corpo da mulher é deixada intocável, inalterada. Nenhuma característica ou extremidade é poupada da arte, ou da dor, do aperfeiçoamento. Cabelos são pintados, envernizados, alisados, são feitas permanentes; sobrancelhas são arrancadas, pintadas de lápis, tingidas; olhos são contornados, mascarados, sombreados; cílios são curvados, ou são falsos — da cabeça ao dedo do pé, todas as características da face de uma mulher, cada seção de seu corpo, está sujeita à modificação, alteração (DWORKIN, 1974, p. 112).

Do discurso à prática, ou seja, após essa análise de Dworkin (1974), feita há 30 anos, a lista de novos procedimentos e produtos estéticos para embelezamento no mercado não param de aumentar. Práticas incisivas como a imensidão de cirurgias plásticas para

harmonizar o rosto e o corpo, implantes, retirada de manchas, rugas, gordura, costelas. Além disso, existe um aumento exponencial de novas padronizações e artifícios de beleza. Hoje, até a cor e o tamanho da vulva feminina foram padronizadas: devem ser carnudas, redondas e avermelhadas, caso contrário, “o homem pode não gostar”. Inclusive, cabe referir que o Brasil consta como o líder mundial em intervenções íntimas, como a labioplastia cosmética, cirurgia de diminuição e redefinição dos pequenos e grandes lábios vaginais. Entre 2015 e 2017, o número de cirurgias relacionadas ao “rejuvenescimento vaginal”, passou de 12 mil para mais de 28 mil no país, sendo que a idade da maioria das mulheres que passaram por esse procedimento não chega, ainda, à maioridade⁸.

Todos os mecanismos de projeção da beleza, idealizados ao longo da história, dão espaço, na contemporaneidade, à associação compulsória de um dever que resulta em prazer e aceitação. Para Foucault (1987), a sociedade capitalista, em função de seu adestramento para o trabalho, faz um rigoroso controle de seus membros. Em nosso recorte, podemos contextualizar como forma de evidenciar a subordinação dos corpos femininos, imersos em um campo político, econômico e sociocultural, que visa à perpetuação do patriarcado, que silencia a real subjetividade da mulher, ou seja, como um ser real e completo, mesmo que não perfeito.

De acordo com Wolf (1992, p. 15), e ainda hoje, a imposição cultural de um padrão físico simboliza o como as relações de poder se mobilizam ao perceber a valorização das mulheres em uma hierarquia vertical, fazendo disso uma competição antinatural por recursos ditados e consumidos pelos homens. A indústria da beleza se apropriou do corpo, porque ele é a única realidade que o indivíduo pode – ou tem a ilusão de – controlar. Submetendo-o a

⁸ Fonte: <https://epoca.globo.com/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-adolescentes-23651891/> / Acesso abril de 2020

uma padronização estética, esse controle passa a ser do sistema, não mais do sujeito.

Normas de beleza descrevem em termos precisos a relação que um indivíduo tem do próprio corpo dela. Eles descrevem a mobilidade dela, espontaneidade, postura, andar, os usos que ela pode fazer do próprio corpo. Eles definem as dimensões da liberdade psíquica dela (DWORKIN, 1974, p. 112).

As neuroses modernas da vida num corpo feminino se espalham de mulher para mulher. Dworkin (1974, p. 112) reforça que as normas de beleza possuem efeitos psicológicos nas mulheres também porque “a relação entre liberdade psíquica e desenvolvimento psicológico, possibilidade intelectual e potencial criativo é umbilical”. No entanto, pouco se fala sobre quais são os danos psicológicos causados pelas práticas de embelezamento, visto que tais práticas não são consideradas problemáticas ou danosas. Isso porque são naturalizadas pela sociedade, fazendo delas ferramentas cruciais à construção da padronização, bem como à perpetuação do domínio das instituições masculinas sobre a imagem da mulher, seu corpo e sua mente.

A psicologia do consumo: arma do patriarcado à sujeição feminina

Diariamente, estamos expostos a discursos publicitários que visam a estimular à adesão de determinados públicos acerca de ideais, produtos, serviços ou marcas. Utilizam de linguagem verbal e icônica com vistas a exaltar qualidade da oferta, conferindo valor e tornando-a mais desejável. Frequentemente, deparamo-nos com discursos que prometem beleza, luxo, perfeição, felicidade e, sobretudo, completude.

É dessa sensação nostálgica de completude que o sistema capitalista, agregado ao discurso científico, alimenta seu modo de produção e seu funcionamento, ou seja, por meio da rotatividade

de produtos potencialmente descartáveis. Nisso, configura-se a cultura do consumo (TEIXEIRA/COUTO, 2010).

Lacan (1969-1970/1992) aponta o significante como introdutor à fala à satisfação total. Em outras palavras, o homem é incompleto porque fala. A estrutura de linguagem permite apenas aproximações daquilo que nomeia e isso configura a representação. Não se pode dizer tudo, uma vez que faltam palavras para fazê-lo. Assim, entrar na estrutura discursiva do simbólico implica em uma perda estrutural e, dessa maneira, o ser falante constitui-se como falta-a-ser.

Merleau-Ponty (apud BEAUVOIR) afirma que o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica; já a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um “vir-a-ser”. Sendo assim, a falta-a-ser é mais interiorizada e a mulher devido a implicações das sociedades patriarcais, a falta-do-ser se aplica de forma brusca na mulher, uma vez que essa foi e ainda é oprimida por preceitos familiares, religiosos, econômicos, educacionais, matrimoniais, políticos e até mesmo psicanalíticos.

Isso ocorre por uma constituição machista e patriarcal dominante em todos os meios. Consequentemente, “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (BEAUVOIR, 1970, p. 10). “Os homens olham as mulheres. As mulheres se observam sendo olhadas. Isso determina não só as relações entre os homens e as mulheres, mas também a relação das mulheres consigo mesmas” (John Berger apud. WOLF, 1992 p. 76).

Dito isso, “o olhar do outro produz em mim minha identidade, por reflexo. Através dele, sei quem sou e, nesse jogo narcisista, me constituo a partir de fora” (BLEICHMAR, 1992, p. 146). Aqui, o olhar toma uma posição metafórica geral na sociedade, como por exemplo, o espetáculo da propaganda.

Segundo Ramonet (2002, p. 21), “é tanto mais fácil dominar, quando o domínio permanece inconsciente”. Daí, a importância da persuasão clandestina e da propaganda secreta, pois, a longo

prazo, para todo império que deseja durar, a grande aposta consiste em domesticar as almas, torná-las dóceis e depois subjugar-las.

Se entendermos a construção do Eu, postulada por Lacan, através do estágio do espelho, não como apenas um processo do desenvolvimento psíquico, mas sim como uma estrutura que irá perdurar para toda a vida formando o registro imaginário, uma imago, e posteriormente a introjeção do registro simbólico edipiano, temos dois resultados: o ego ideal e o ideal de ego.

O ego ideal diz respeito aquilo que não somos, mas queremos ser, algo inalcançável, um reflexo narcísico que buscamos incessantemente nos aproximar. E o ideal de ego, que surge com o registro simbólico ao assumir a castração, fazendo o indivíduo entender ser impossível alcançar essa identificação narcísica, aceitando assim fazer parte de uma estrutura, sendo seu perpetuador.

O mundo contemporâneo está marcado pela cultura do narcisismo e do vazio, do espetáculo e do consumo. Este último sendo destacado, por não ser mais apenas objetos físicos para atender uma demanda, mas apropriar-se de imagens, marcas, atitudes e conceitos.

Ainda, a psicanálise do consumo, entendendo que o processo metafórico é criador de sentido e, que nosso inconsciente se estrutura como linguagem, utilizou de artifícios para reestruturar os signos linguísticos introjetados, sendo estes, dependentes de fatores e características do sistema. Essa reestruturação se dá de maneira metonímica, substituindo um significante por outro.

Assim, um outro sujeito (re)criado através dessa “fábrica” de significantes se destaca pelo princípio da sociedade de consumo capitalista e neoliberal, mas além disso, com fortes raízes patriarcais, o que influencia em um processo de subjetivação opressor, sexista e machista.

Considerações finais

Quando o tema é consumo, o alvo é a mulher. Seja isso nas novelas, filmes e séries, momentos em que os processos discursivos aí presentes materializam a ideologia que atravessa sujeitos e

sentidos. Se o homem está estressado com algo, sai para espairecer: dirige, bebe, transa, fuma, viaja...; a mulher, na mesma situação, vai às compras. Assim é a representação da mulher na mídia. Essa repetição ideológica de que a mulher é incompleta e precisa incessantemente reverter isso com produtos, acatando conceitos e imposições de um padrão de mulher perfeita e esbelta, ressalta o que aqui tentamos repudiar.

Mediante a análise dos discursos voltados à mulher, reproduzidos e naturalizados no âmbito social, as mulheres parecem designadas a viver sob o pretexto do culto da aparência, da subserviência a um molde, da violência ao que é. Essa vaidade, quase que escravocrata, tem produzido projeções existenciais que limitam suas vidas a uma incessante busca pelo corpo perfeito e jovem. Um corpo inexistente e antinatural, imaginário, criado pela indústria e pelo capital que a move, para fomentar, na irracionalidade do consumo, a permanente insatisfação e o não mensurável atravessamento ideológico.

Nessa premissa, é preciso, então, questionar paradigmas, criticar a estrutura vigente e ensinar a problematizar a sociedade, internalizando a certeza de que há um câmbio possível na relação estabelecida entre gêneros, mesmo numa sociedade onde o ter, historicamente, tenta sobrepor-se ao ser. Assim, será possível subverter a ordem imposta, um novo poder nascerá: o de poder ser – mulher, cidadã, sujeito de si e de seu mundo.

Referências

- ÁRAN, Márcia. **O Avesso do Avesso**: feminilidade e novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos, Vol.1. São Paulo. Difusão Europeia do Livro. 4ªed. 1970.
- BLEICHMAR, Norberto M. & BLEICHMAR, Célia L. de. **A psicanálise depois de Freud**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e os esquecimentos na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (org.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. p. 15-22. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 1999.

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating: A Radical Look on Sexuality**. E. P. Dutton, 1974.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. In: Revista REDISCO Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação da mulher**: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. Rev. Estudos Feministas, vol.9, n.2, p. 586-599. 2001.

HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ROCHA, Everardo. **A mulher, o corpo e o silêncio**: a identidade feminina nos anúncios publicitários. Rio de Janeiro: Revista ALCEU (PUC-RIO), vol.2 n.3, p. 15-39. 2001.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 17: **O avesso da psicanálise** (A. Roitman, Trad.). (1969-1970/1992). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original publicado em 1991).

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 61-161.

PEREZ, Clotilde. **A Comunicação da Completude**: a busca do objeto de desejo. In Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura. 2003/2004. São Paulo.

PRIORE, Mary Del. **Corpo a Corpo com a Mulher**: Pequena História das Transformações do Corpo Feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

- RAMONET, Ignacio. **Propagandas silenciosas:** massas, televisão, cinema. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SANT'ANA, Denise B de. (org). Políticas do Corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- VIGARELLO, Georges. **História da Beleza:** o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de mulheres são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

O ENVELHECIMENTO E SUAS DEMANDAS SOCIAIS: RE (INSERÇÃO) DO IDOSO COMO PROTAGONISTA SOCIOPOLÍTICO PARA CONQUISTA DA SUA CIDADANIA

Camila Kuhn Vieira
Patrícia Dall'Agnol Bianchi
Solange Beatriz Billig Garces

Considerações iniciais

O envelhecimento populacional é decorrente do intenso crescimento demográfico da população idosa, com declínio das taxas de natalidade e mortalidade, sendo estes responsáveis pelo aumento da expectativa de vida da população em nível mundial. Com essa nova dinâmica demográfica que se apresenta no Brasil, “[...] as próprias ciências sociais se sentem desafiadas no seu papel de buscar uma compreensão para essa transformação, bem como de fornecer instrumental para avaliar o seu impacto nas condições de vida, nas políticas públicas...” (CAMARANO, 2002, p. 01).

Desta forma, necessitamos reconhecer “[...] que o envelhecimento populacional traz novos desafios. Um deles diz respeito às pressões políticas e sociais para a transferência de recursos na sociedade” (CAMARANO *et al.*, 1999, p. 02). Sabe-se que as condições de vida da população idosa passaram por mudanças positivas, pois cada vez mais o idoso vivencia essa fase do envelhecer com maior autonomia e independência. No entanto, o art. 12 do Plano de Ação Internacional sobre a temática do envelhecimento ressalta que: “[...] Os idosos devem ter a oportunidade de trabalhar até quando queiram e de serem capazes de assim o fazer, no desempenho de trabalhos satisfatórios e produtivos” (ONU, 2003).

A participação do idoso nos espaços sociopolíticos é garantida pelas legislações vigentes, a Constituição Federativa do Brasil de

1988, Estatuto do Idoso e Política Nacional do Idoso. O Estatuto do Idoso dispõe no art. 10: “[...] É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 2003, p. 01). Ainda nesse mesmo artigo, parágrafo 1º dispõe sobre: “[...] V – participação na vida familiar e comunitária e VI – participação na vida política, na forma da lei (BRASIL, 2003, p. 01).

Assim, o desafio e a preocupação com o processo de envelhecimento é de que a população idosa está aumentando e vivendo com mais autonomia, diante disso, devemos pensar como (re) inserir o idoso nos espaços sociais/públicos, ou seja, no mercado de trabalho, como representante em conferências, fóruns e ainda, em como disponibilizar esses espaços de forma adequada às suas necessidades. Isso, porque é o idoso que se defronta com as dificuldades encontradas por ele mesmo e seu grupo populacional (outros idosos) no cotidiano.

Para incentivar a população idosa e a sociedade nessa inserção do idoso em espaços sociopolíticos, primeiramente temos que “[...] acreditar e forçar a efetivação dessas políticas por meio do sistema de garantias de direitos e da busca incessante pela politização e engajamento dos idosos brasileiros na conquista de seus direitos” (ALCÂNTARA, 2016, p. 376).

Nessa perspectiva, neste capítulo vamos analisar a participação do idoso no contexto sociopolítico fundamentada nas políticas públicas pertinentes para a população idosa. Portanto, estruturamos essa reflexão a partir da descrição das características do envelhecimento populacional e os seus impactos no setor social, bem como exposição sobre a participação do idoso nos espaços sociopolíticos envolvendo o diálogo e a representatividade democrática, as quais expressam a conquista da sua cidadania.

Por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica oriunda das discussões e reflexões do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH, alocada ao Programa de Pós-

Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, organizamos a estrutura desse capítulo, da seguinte forma: o envelhecimento e seus impactos sociais; diálogo, democracia e representatividade em espaços institucionalizados (Conselhos, Fóruns, Conferências) e participação dos idosos na construção de sua cidadania.

O embasamento teórico está fundamentado em autores como Freire (1987), Camarano (1999, 2002, 2013, 2014), Santos, Avritzer (2002), dentre outros.

Envelhecimento populacional e seus impactos no setor social

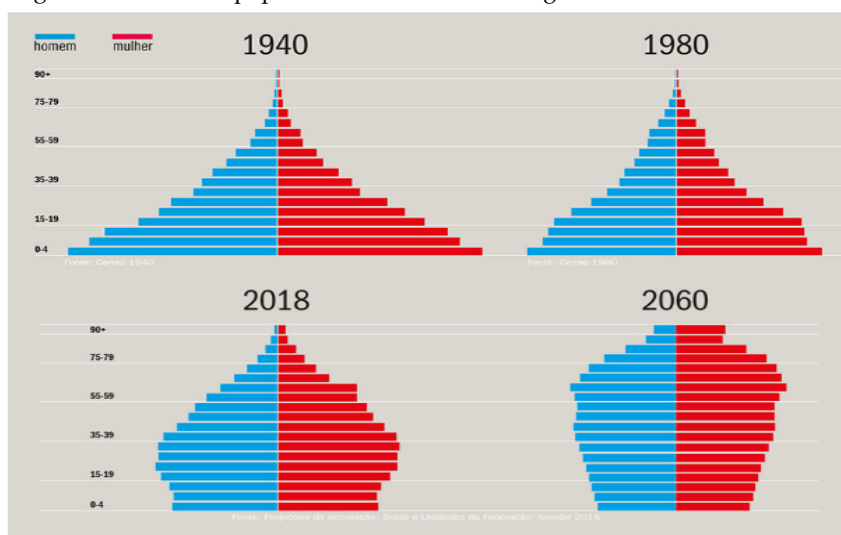
O envelhecimento é um fenômeno marcado pelos avanços da medicina decorrente da diminuição das taxas de mortalidade entre todas as faixas etárias, aumento da expectativa de vida e intensa urbanização pelos movimentos migratórios do Nordeste para o Sudeste no Brasil entre 1940-1960 (CAMARANO, 2013). “[...] Apesar de o envelhecimento populacional ser reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, sabe-se, também, que este traz grandes desafios para as políticas públicas, a sociedade e a família” (CAMARANO, 2013, p. 23).

O desafio diante das políticas públicas brasileiras vigentes como a Constituição Federal do Brasil/1988, o Estatuto do Idoso/2003 e a Política Nacional do Idoso/1994 trazem a preocupação de como podemos enfrentar esse desafio e inserir o idoso nos espaços sociais/públicos, no mercado de trabalho, participação nas políticas como o Conselho do Idoso (municipal, estadual), por exemplo.

Isso se dá pelo fato de que, as condições de saúde associada com os avanços da medicina fazem com que a população idosa tenha maior autonomia e independência em suas Atividades Básicas da Vida Diária- ABVD (autocuidado) e Atividades Instrumentais da Vida Diária- AIVD (gerenciar suas finanças). Camarano, Kanso e Fernandes (2014, p. 101) salientam que o idoso está “[...] desfrutando de novas oportunidades como uma fase mais

longa e com mais autonomia”. E, ainda “[...] Isto poderia ser aproveitado por meio de uma participação no mercado de trabalho por um número maior de anos, o que poderia contrabalançar parte da redução da oferta de força de trabalho por parte da população mais jovem (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014, p. 101). A dinâmica demográfica ao longo dos anos demonstra um crescimento acelerado da população idosa no Brasil, como destaca a figura 1.

Figura 1 – Dinâmica populacional no Brasil ao longo dos anos: Pirâmide etária



Fonte: IBGE, 2019

Na figura 1, percebe-se que no decorrer dos anos ocorreu uma queda significativa nos níveis de natalidade, iniciando um estreitamento na base da pirâmide e um alargamento no topo da pirâmide, ou seja, expansão da expectativa de vida da população. Visto que “[...] as proporções da população idosa e da “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, no total da população brasileira estão aumentando” (CAMARANO *et al*, 1999, p. 06).

E por isso, “[...] as políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações. Isto significa equilibrar

as prioridades das ações para os idosos com a de outros grupos populacionais” (CAMARANO, 2013, p. 23). As políticas públicas são criadas e implementadas no intuito de garantir a dignidade e o bem-estar da população. Diante disso, a Política Nacional do Idoso (PNI) no art. 4 - parágrafo II dispõe sobre a “[...] participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos” (BRASIL, 1994, p. 01).

O Estatuto do Idoso e a Constituição/1988 destacam “os direitos fundamentais em uma longa lista já mencionada como direito de todos, sem distinção de qualquer natureza: a proteção ao direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, aos alimentos, à saúde, à educação...”, dentre outros (GÓES, 2007, p. 378).

Estas leis, como a própria PNI e o Estatuto do Idoso, possibilitam reconhecer o espaço social do idoso, em que se identifica o verdadeiro significado de cidadania e inclusão social deste segmento demográfico. Pois, exercer direitos não se trata de questões cronológicas (idade), de condição de saúde e social, mas sim, uma consciência acerca das vivências cotidianas que podem resultar na expressão das necessidades da coletividade e individual (TORRES; SÁ, 2008).

Diálogo, democracia e representatividade

É essencial compreender que a Constituição Federativa do Brasil de 1988 traz em seus princípios a igualdade, a dignidade, o respeito e a proteção perante toda a população brasileira, e ainda, “[...] a constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais, surgidos ao nível da sociedade, na institucionalidade emergente abrindo espaço para prática da democracia participativa” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 33).

Por isso, a importância da democracia participativa vinculado com o diálogo e a *práxis* (ação e reflexão) no qual estabelecem uma “[...] abertura dos espaços públicos de decisão aos diversos setores da sociedade, promovendo soberania popular e afirmando a

cidadania” (BARROS, 2017, p. 03). O diálogo na ideia de Freire (1987, p. 09):

[...] não é um produto histórico, é a própria *historicização*. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a *infinitude*, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro.

O diálogo é essencial para transformar uma ideia inicial em debate participativo por meio de um espaço sociopolítico na democracia participativa, pois uma política pública é criada através de debates e diálogo entre os representantes políticos. Freire (1987) considera que a essência do diálogo é a palavra verdadeira no qual busca duas dimensões: ação e reflexão. Em conjunto a ação e a reflexão forma uma *práxis*, e se atribuída isoladamente forma o que chama-se de *bláblábá* (palavra sem ação) e ativismo (palavra sem reflexão).

Desta forma, o diálogo conduz para a *práxis* e, é essencial na perspectiva sociopolítica, pois busca a verdade através do ato de criação/diálogo (FREIRE, 1987). À vista disso, as políticas públicas vigentes no Brasil são importantes e conduzem aos direitos fundamentais por meio de princípios básicos para a vida humana, no entanto, o desafio principal dessas políticas no processo de envelhecimento é sua efetivação completa no setor social, ou seja, a inserção do idoso nos espaços sociopolíticos para integrar e efetivar os seus direitos que, muitas vezes, são desconhecidos pela sociedade e por eles mesmos.

“[...] Envelhecer é ter a oportunidade de viver e viver muito, é o direito à vida tão propagada no Direito em seu sentido nato, pois aquele que envelhece com dignidade teve seu direito fundamental respeitado” (GÓES, 2007, p. 378). Conforme Garces (2014, p. 07/08), atualmente há:

[...] uma mobilização social dos idosos, mas ainda de forma tímida, pois apesar da velhice ser fenômeno mundial muitos ainda pensam que lugar de velho é em casa, na sua vida privada. Isto acontece em razão de que, até pouco tempo, era senso comum pensar o idoso como alguém improdutivo, afastado da esfera pública e sem sinergia suficiente para se organizar e reivindicar seus direitos civis, políticos, culturais e sociais. [...] Para sermos cidadãos (sujeitos de direitos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais garantidos pelo Estado) precisamos participar dos espaços públicos que estão abertos para isso. Por exemplo: as conferências, os fóruns, as audiências públicas, as reuniões de bairro, de associações de bairros, do orçamento participativo. Esses espaços são os lugares onde deve ser feito o controle social, ou seja, a participação do povo para fiscalizar as ações dos governos. [...] Esses espaços são a referência para o exercício do controle social, ou seja, é onde se fiscaliza, por exemplo, como andam aquelas solicitações feitas nas Conferências. Participar desses espaços é fazer política e exercitar a cidadania e a democracia.

Ainda sobre as demandas do processo de envelhecimento e as políticas públicas, Bitencourt e Dalto (2018, p. 13) explicitam que:

Os desafios existentes certamente não devem ofuscar as conquistas obtidas por meio de lutas; mas devem ser analisados com cautela para que sejam incorporados às agendas de políticas públicas em todas as instâncias governamentais. Embora o envelhecimento da população brasileira tenha se tornado uma realidade incontestável, com todos os avanços, ainda estamos longe de alcançar o estado de direito pleno para as pessoas idosas. Nesta luta, é fundamental que o cidadão brasileiro exerça seu papel na busca para que essas leis se materializem. Afinal, uma política pública só tem sentido se quem a utiliza acredita que deve influir numa realidade concreta que precisa ser mudada.

As políticas públicas “envolvem planejamentos, objetivos, metas, decisões e avaliações das ações públicas efetivadas em parceria com a sociedade civil organizada” (REGERT; ROCHA, 2014, p. 10). As diretrizes do planejamento das políticas públicas

são: *o porquê fazer, a quem fazer* (público-alvo que se beneficiará), *qual a diferença em fazer*. Ou seja, a participação da comunidade/sociedade pelos seus representantes está contemplada no ato constitucional baseado nos princípios da democracia, cidadania, igualdade e inclusão social.

Participação sociopolítica dos idosos em espaços institucionalizados de construção da cidadania

Historicamente a velhice representava invalidez e doença, atualmente, sabe-se que a velhice não se configura com esse perfil, mas sim, como um direito social assegurado principalmente no texto constitucional, garantindo o direito à vida digna e com participação ativa na comunidade e em espaços sociais. “[...] os idosos são fruto de sua experiência de vida, e enquanto há vida, existe a possibilidade de aprender, de rever posturas e de conquistar direitos” (TORRES, SÁ, 2008, p. 9). Assim, destaca-se que o idoso é capaz de entender e representar seu grupo populacional, ou seja, a população idosa, visto que ele vivencia na prática as dificuldades enfrentadas relacionadas à inclusão do idoso no mercado de trabalho, direitos no sistema de saúde, transporte público, dentre outros. Nesse sentido, a participação, conforme Barros (2017, p. 03):

[...] é um processo de construção política com toda a coletividade e que permite disputar as relações institucionais de poder, bem como é elemento fundamental para a consolidação de uma democracia participativa e legitimação (ou não) de uma democracia representativa. [...] participação é muito mais do que levantar demandas, é exigir espaço político, visibilidade, exercer a cidadania e construir um processo democrático, implicando diretamente na construção de uma nova cultura política.

Contemplando com o exposto, a cidadania consiste na participação da população nas condutas públicas, na gestão

financeira para implementação de programas e projetos direcionados ao desenvolvimento social. Ou seja, a cidadania é formada por três pilares: o direito civil (tribunais), político (participação e representatividade) e social (direitos básicos do ser humano) (REGERT; ROCHA, 2014; GÓES, 2007).

Desta forma, cabe versar que o idoso como agente participativo no setor político (Conselhos, Congressos do Idoso, Conferências, Assembleias, Câmara dos Vereadores, Associação de Moradores, dentre outros) vivencia os desafios impostos pela sociedade, e com isso, a reflexão sobre como enfrentar essa dificuldade da inserção no mercado, efetivação de seus direitos, torna-se uma ação que contempla uma *práxis* para diminuir/resolver esse problema de relevância social e política. Para isso, podemos inserir, cada vez mais idosos como agentes participativos e como protagonistas sociopolíticos mediante o incentivo da sociedade e a consequente efetivação das políticas sociais direcionadas à inclusão da participação destes em espaços públicos democráticos.

Logo, a inclusão social do idoso nos espaços políticos está previsto no princípio da igualdade, e o princípio da igualdade está na cidadania do povo brasileiro, em que se evidencia que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 01). Ou seja, é um exercício da própria condição humana e social, cuja essência é o direito de ter direito (SALES, 2003). E o envelhecimento segundo o Estatuto do Idoso “[...] é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social” (BRASIL, 2003, p. 01). No entanto, os direitos sociais, sendo direito do homem, são considerados mais difíceis de proteger (BOBBIO, 2004), e ainda o mesmo autor acrescenta:

[...] os direitos do homem são, indubitavelmente, um fenômeno social. Ou, pelo menos, são também um fenômeno social: e, entre os vários pontos de vista de onde podem ser examinados (filosófico,

jurídico, econômico, etc.), há lugar para o sociológico, precisamente o da sociologia jurídica. Essa multiplicação (ia dizendo 'proliferação') ocorreu de três modos: a) porque aumentou a quantidade de bens considerados merecedores de tutela; b) porque foi estendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem; c) porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc. Em substância: mais bens, mais sujeitos, mais *status* do indivíduo. É supérfluo notar que, entre esses três processos, existem relações de interdependência: o reconhecimento de novos direitos de (onde 'de' indica o sujeito) implica quase sempre o aumento de direitos a (onde 'a' indica o objeto). Ainda mais supérfluo é observar, o que importa para nossos fins, que todas as três causas dessa multiplicação cada vez mais acelerada dos direitos do homem revelam, de modo cada vez mais evidente e explícito, a necessidade de fazer referência a um contexto social determinado (BOBBIO, 2004, p. 33).

Em se tratando de inclusão social do idoso devemos pensar primeiramente na igualdade e cidadania do estado democrático, exercer uma determinada representatividade nos espaços sociopolíticos e conduzir para a efetivação de seus direitos de proteção social. O idoso quando inserido nesses espaços sociopolíticos já apresenta uma '*bagagem*' estabelecida ao longo de sua vida, entendendo as prioridades de seu grupo demográfico, principalmente aos idosos mais velhos e anciões. Devemos lembrar que: "[...] esse espaço legal que se coloca para a sociedade brasileira deve ser melhor incorporado, deve ser assumido como uma política pública de direito e não como algo dado de forma filantrópica pelo Estado" (WIECZYNSKI, 2001, p. 05).

Destarte que a inserção do idoso nos Conselhos e Conferências municipais e estaduais é necessária para a busca de políticas inclusivas no setor social, visto que, o Conselho do Idoso tem a finalidade de fiscalizar, controlar e propor novas políticas públicas. Já as conferências municipais são espaços de reflexão, reivindicação

de políticas e solicitação de medidas de proteção aos idosos (REGERT; ROCHA, 2014). “[...] A Política Nacional, o Conselho e o Estatuto do Idoso potencializam com força jurídica o Estado, municípios e sociedade para garantir o reordenamento nas questões de democratização dos direitos sociais” (REGERT; ROCHA, 2014, p. 8).

Nesta perspectiva, alguns projetos de nível estadual e municipal contribuem para a participação e proteção social ao idoso, um exemplo disso é o projeto “Cidade Amiga do Idoso” em que:

Refere-se a uma proposta de experiência e infraestrutura urbanas implicadas - e interseccionadas - num modelo de velhice que discute relações intergeracionais e trajetórias de cursos de vida, o que abrange diferentes categorias etárias, grupos sociais e estilos de vida. Sua justificativa é construída no aproveitamento pleno da mobilidade e locomoção individuais a partir de espaços e arranjos arquitetônicos nas cidades. No entanto, sua ideia extrapola as construções urbanas. Ela pretende dar conta de serviços, condições de vida, comportamentos e disposições aos mais velhos (OLIVEIRA, 2012, p. 02).

A Cidade Amiga do Idoso tem como objetivo estimular o envelhecimento ativo, otimizando as oportunidades nos diferentes espaços sociais (OLIVEIRA, 2012). Este projeto foi essencial na inclusão social do idoso e através deste, foram criadas outras políticas, como a política estadual “São Paulo Amigo do Idoso” em que o governador de São Paulo, na época, em 2012 lançou essa nova política com intuito de reforçar o selo do projeto “Cidade Amiga do Idoso” que prioriza o envelhecimento ativo.

Com isso, podemos considerar que a implementação de novas políticas e projetos fazem com que a sociedade, juntamente com seus representantes democráticos, se atente para averiguar se os direitos sociais dos cidadãos estão sendo efetivados, e também para propor projetos similares municipais ou estaduais para então, efetivar estes direitos em teor jurídico e social.

Considerações finais

O intenso crescimento demográfico da população idosa é caracterizado pelo declínio da natalidade e mortalidade, aumentando assim, a expectativa de vida populacional. Com essa expansão do envelhecimento surgem desafios e preocupações com a população idosa no que tange as políticas públicas, pois cada vez mais o idoso vive com mais autonomia e independência.

Nessa perspectiva, deve-se (re)pensar como inserir maior número de idosos nos espaços sociais/públicos, no mercado de trabalho, em Conferências e Fóruns, na luta pelos seus direitos vigentes. Logo, destaca-se que o idoso é capaz de entender e representar seu grupo populacional, ou seja, a população idosa, visto que ele vivencia na prática as dificuldades enfrentadas, relacionadas à inclusão do idoso no mercado de trabalho, direitos no sistema de saúde, transporte público, dentre outros.

Assim, conclui-se que trazer o idoso como agente participativo no setor político é fundamental para a efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federativa do Brasil de 1988, Estatuto do Idoso e PNI. No entanto, para isso tornar-se realidade cabe a sociedade e os órgãos públicos incentivar uma maior inserção do idoso como agente participativo e protagonista sociopolítico, especialmente integrando os espaços institucionalizados que se abriram para a busca democrática da efetivação dos seus direitos.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In: Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano e Karla Cristina Giacomini. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

BARROS, Melina Sampaio de Ramos. *Participação Social e Política Nacional do Idoso: um estudo sobre a participação da Sociedade Civil no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso*. **Anais...** São Luís-Maranhão: Universidade Federal do Maranhão -UFMA, 2017.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de; DALTO, Fabiano Abranches Silva. *Envelhecimento Populacional e a trajetória das Políticas Públicas voltadas para pessoa idosa no Brasil*. **Anais II seminário de Pós-graduação em Políticas Públicas**. Curitiba – PR: Universidade Federal de Paraná- UFPR, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso: 13 dez 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**: Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília-DF, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília-DF, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.) et al. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.) **Estatuto do Idoso: Avanços com Contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia Camarano; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. *A População brasileira e seus movimentos ao longo do século XX*. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCES, Solange Beatriz Billig. A inserção do envelhecimento no espaço público. In: KEITEL, Ângela Simone Pires; HANSEN, Dinara; PERANZONI, Vaneza. **Rede escola de Governo: Seminários Regionais de Capacitações da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa**. Curitiba-PR: CRV, 2014.

GÓES, Tatyane Karen da Silva. O conteúdo sociojurídico do direito de inclusão social do idoso. **Revista Estudos**, Goiânia, v.34, n.5/6, p. 371-382, maio/jun.2007.

IBGE, Instituto Brasileiro Geográfica Estatística. Longevidade: viver bem e cada vez melhor. In: Camille Perissé; Mônica Marli. **Caminhos para uma melhor idade**. Retratos a revista do IBGE, n. 16, fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf>. Acesso em: 11 dez 2019.

OLIVEIRA, Gláucia S. Destro de. **Cidade, Idoso, Cidade Amiga do Idoso**. GT Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição. Encontro Anual da Anpocs, 36. **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento:2002**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

REGERT, Romi Margô; ROCHA, Claudine Rodembusch. Direito, Cidadania e Política Pública: Velhice bem sucedida. Seminário Internacional de demandas sociais e política públicas na sociedade contemporânea, 11; Mostra de trabalhos jurídicos científicos, 7. **Anais do XI Seminário Internacional de demandas sociais e política públicas na sociedade contemporânea e VII mostra de trabalhos jurídicos científicos**. Santa Cruz do Sul-RS:Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2002.

SALES, Clara Maria Silva. **Cidadania do Idoso: retórica ou realidade?** 2003, 130f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social). Recife –PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.

Revista Ciências Humanas da Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté –SP, v. 1, n. 2, p. 01- 10, 2008.

WIECZYNSKI, Marineide. Envelhecimento com Cidadania: realidade ou utopia? **Revista Portal Social UFSC**, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br/publicações/envelhecimento>.

- 3 -

**EDUCAÇÃO, ENSINO E
APRENDIZAGEM**

A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: OS DESAFIOS DE APRENDER A APRENDER COM AS NOVAS TECNOLOGIAS

Marijane de Oliveira Soares

Considerações iniciais

As escolas são instituições que estão em constante processo de transformação e evolução, seja em sua estrutura física, seja em seu contexto de inclusão e processo didático-pedagógico, no entanto, este texto levanta aspectos relacionados com os desafios de aprender a aprender diante das novas tecnologias.

É claro que a tecnologia, segundo Silva e Correa (2014) traz dinamismo e qualidade para a educação. Todavia, é necessário que se reflita sobre as práticas executadas e os paradigmas que devem transpor a velha fórmula de aprender a aprender e, especialmente, de aprender a ensinar.

Diante da compreensão de que tecnologia é instrumento de qualificação do ambiente escolar, porém, de que unicamente a tecnologia não pode levar a escola ao sucesso e a contemplação de uma educação significativa e criativa, considera-se relevante construir o seguinte objetivo para este estudo: apresentar quais os principais desafios do aprender a aprender com o uso de novas tecnologias no ambiente das escolas públicas contemporâneas.

As discussões aqui apresentadas são embasadas em dados secundários, ou seja, em outros estudos e obras, que buscam compreender a amplitude e necessidade de discutir a tecnologia nas escolas públicas em todo o Brasil, como instrumento de qualificação do ensino e do aprendizado.

Entende-se que o presente estudo é uma “gota no oceano” do conhecimento sobre os aspectos quanti e qualitativos, que envolvem o uso da tecnologia no ambiente das escolas públicas em todo o Brasil na contemporaneidade, trazendo ressignificação ao

valor de um bom sistema didático-pedagógico em prol da excelência da educação e do processo ensino-aprendizado.

Dito isto, considera-se relevante apontar que este estudo foi construído a partir de dois tópicos teóricos específicos: as novas tecnologias na escola pública e o desafio de aprender a aprender com as novas tecnologias, tendo como base artigos, monografias, dissertações, teses e livros sobre o tema central e adjacente, com a construção do estudo bibliográfico, com método exploratório e análise qualitativa.

Metodologia

Para desenvolver o presente artigo foi necessário escolher como caminho metodológico trilhado a execução de uma pesquisa bibliográfica, com método exploratório e análise qualitativa. Nesse contexto, tem-se que a pesquisa bibliográfica realizada é segundo as concepções de Marconi e Lakatos (2013), a formalização da estrutura do conhecimento do pesquisador a partir de dados secundários, isto significa dizer, de dados já trabalhados por outros pesquisadores, sendo essencial que as fontes utilizadas sejam de dados elaborados no campo científico, de forma a gerar maior credibilidade na elaboração das concepções conclusivas.

A análise em dados secundários fecundou uma pesquisa que buscou fazer uma relação do aprender a aprender nas escolas contemporâneas a partir do uso da tecnologia, considerando os fatores que envolvem a TIC no ambiente escolar e a complexidade em seu aproveitamento real no processo ensino-aprendizagem.

Quanto ao método utilizado para a construção desse artigo, aponta-se que foi o exploratório, que no entendimento de Gil (2010), é um dos métodos de maior amplitude para a elaboração de estudos teóricos, sendo capaz de oferecer ao pesquisador a melhoria do seu conhecimento acerca dos temas analisados, sendo que no caso específico do presente artigo, houve a necessidade de trabalhar os aspectos pertinentes para a qualidade da educação nas

escolas contemporâneas a partir do uso da TIC, ou seja, da tecnologia de informação e comunicação.

O alcance do objetivo traçado a partir do uso de uma pesquisa bibliográfica com método exploratório somente foi possível, porque a análise escolhida foi a qualitativa. Aponta-se que no entendimento de Gil (2010) este tipo de análise possibilita a revisitação de teorias já realizadas e, a percepção dos aspectos complexos e ativos no estudo teórico, permitindo a revisitação ao tema analisado, a construção de conhecimentos e a elaboração de novas considerações finais sobre a matéria.

As novas tecnologias na escola pública

Quando a expressão tecnologia vem à mente a concepção é de contemporaneidade, porém, é certo considerar que as tecnologias são tão antigas quanto a própria humanidade, isto porque concebe-se como tecnologia todas as engenhosidades do ser humano e, nesse contexto temos evoluções/revoluções diferentes como as que ocorreram na Idade da Pedra ou na Era Industrial, mas, certamente, são tecnologias que gradativamente passaram a facilitar a vida de toda a sociedade (SOUSA et al., 2012).

É claro que todas as propostas evolutivas e de transformação das entidades e ambientes, em que o ser humano se encontrou e encontra, são sempre carregados de questionamentos e dúvidas e, essa realidade não é diferente quando se trata dos instrumentos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especialmente, no ambiente escolar. De certo modo, essa nova relação do ser humano com as máquinas e toda a carga informacional que ela possibilita surgiu com a Revolução Industrial, quando o mundo ainda era carente de informações e, ainda mais de revoluções no ambiente escolar. Todavia, a partir da década de 1980 e com o aumento amplo da industrialização e, posteriormente, com a “sociedade informacional”, a tecnologia tornou-se mais agressiva e a vida na sociedade mais dependente dela (SILVA; CORREA, 2014).

Não há que se discutir o entendimento de Silveira e Bazzo (2009, p. 682) de que: “A tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e de desenvolvimento. [...]”, ainda mais quando se trata de fatores econômicos que são envolvidos e ressignificados pela TIC, mas, há de se questionar como esse processo de evolução tecnológica é configurado no ambiente de aprendizagem escolar, ou seja, quais as estratégias que tornam a educação mais qualitativa e crítica com o uso desses instrumentos tecnológicos.

É obvio, e seria um equívoco negar todo o avanço gerado na educação graças aos avanços tecnológicos, inclusive os benefícios advindos com o encurtamento da distância, como é o caso da educação à distância, livros digitais, videoconferências e demais instrumentos que fazem prosperar a educação em todo o mundo e, especificamente no Brasil (SILVA; CORREA, 2014). Porém, é preciso analisar como essa tecnologia é utilizada de forma mais adequada para vencer as dificuldades impostas pelos limites das escolas públicas em todo o país e, inclusive os problemas que se originam na falta de formação tecnológica dos professores, que necessitam ser os mediadores do conhecimento e uso das TIC.

São diversos os aspectos de inovação e renovação das escolas a partir da inserção da tecnologia, ou seja, a revolução técnica e científica trouxe mudanças para o ambiente escolar, na mesma proporção que trouxe mudanças nas relações professor-aluno e aluno-escola, no que concerne à compreensão de que os simples instrumentos midiáticos na educação não fecundam sua melhoria ou dinamismo. Assim, é preciso compreender as novas tecnologias como facilitadoras do aprendizado e, para isso, segundo Dioginis et al. (2015) é pertinente conhecer e aprender a trabalhar com tais instrumentos de sorte a torná-los efetivamente significativos.

As transformações advindas nas escolas públicas em todo o Brasil a partir das novas tecnologias não é a única mudança alicerçadas nesses instrumentos é, um reflexo da transformação da própria sociedade com a tecnologia e a globalização, no entanto, esse cenário gera novos desafios. A tecnologia ganha espaço

enquanto uma ferramenta capaz de trazer mudanças positivas, mas é preciso observar que tais recursos tecnológicos nem sempre são utilizados com a capacidade possível e, desse modo, pode não alcançar os objetivos traçados para qualificar a educação pública no país (KOCH, 2013).

É preciso ainda compreender que a tecnologia não pode ultrapassar a interatividade humana, sendo este um temor de Einstein em relação ao seu uso no ambiente escolar. Assim, o uso da tecnologia na escola deve ser equilibrado com outras atividades e interatividades que tornem os alunos críticos e reflexivos e, não apenas aptos ao uso da TIC como instrumento de aprendizado (KOCH, 2013).

Analisa-se como essencial que a sociedade contemporânea tenha a tecnologia como base para o desenvolvimento de suas atividades em todas as áreas, como a própria educação, todavia, é preciso consciência que existem desafios que envolvem o uso da tecnologia em outros campos como o ético, econômico, cultural, político e social. Desse modo, percebe-se que a sociedade da tecnologia da informação e da comunicação é também uma estrutura complexa e que precisa se adaptar às novas exigências em todas as instituições como a escolar (SILVA; CORREA, 2014).

Outro fato a ser analisado, que se pode considerar como problema das escolas contemporâneas é o fato de que existem instrumentos tecnológicos, porém, nem todos os estudantes possuem acesso à sala de computadores ou informática, especialmente, nas escolas públicas, devido à falta de número de computadores suficientes para todos os alunos, ou ainda, a própria formação oferecida (DIOGINIS et al., 2015), que idolatra a tecnologia, no entanto, não oferece esses recursos para todas as pessoas.

Contempla-se ainda o entendimento de Hargreaves (2004, p. 18) de que a: “educação pública é vista como um sistema de baixo custo, funcionando a partir de professores pouco qualificados, mal pagos e sobrecarregados, cujo trabalho é manter a ordem, ensinar para as provas e seguir roteiros curriculares padronizados”.

Não há como negar que a tecnologia constitui um dos principais componentes de uma boa educação na contemporaneidade, todavia, é preciso que os projetos pedagógicos possam ser definidos e, a qualidade dos gestores escolares e dos professores para a aplicação de uma didática-pedagógica capaz de explorar com maior intensidade os benefícios da TIC para o processo ensino-aprendizagem. Cabe então buscar uma educação inclusiva, acolhedora e com benefícios para a realidade dos alunos das escolas públicas em todo o Brasil (AZEVEDO; PÉRICO, 2016).

Pode-se analisar que as tecnologias são mediadores e instrumentos auxiliares para a qualidade da educação, a boa formação dos alunos a partir de um sistema crítico e significativo, mas, esse aprimoramento da escola contemporânea tem direta relação com a mediação dos professores e a interconexão dos alunos com a TIC (AZEVEDO; PÉRICO, 2016), na construção de uma escola em que a tecnologia não seja apenas instrumentos da TIC disponíveis e, sim, aproveitados da melhor forma possível para a educação.

Nesse sentido, compreende-se que o desafio das escolas contemporâneas não é somente ter a TIC disponíveis para todos os alunos em um processo contínuo de inclusão, mas, e, principalmente, ter professores aptos a trabalhar com esta tecnologia, permitindo a grandiosidade do aprender a aprender e do aprender a ensinar.

O desafio de aprender a aprender com as novas tecnologias

A percepção de que a TIC pode fazer a diferença no ambiente escolar e, especialmente, na qualidade e intensidade do processo ensino-aprendizagem é fato consumado nas escolas contemporâneas, ou seja, a sociedade escolar chega ao século XXI consciente dos benefícios das tecnologias para o aprender a aprender (SILVA; CORREA, 2014). Todavia, desafios são intensos para o alcance das metas e objetivos traçados para uma educação reflexiva e significativa a partir do uso dos instrumentos

tecnológicos como base da metodologia didático-pedagógica das escolas públicas em todo o Brasil.

É certo afirmar que na contemporaneidade são diversos os desafios a serem suplantados pelos educadores, de forma a incorporar positiva e produtivamente as tecnologias no processo ensino-aprendizado, qualificando o ensinar do educador e o aprender do educando. Neste sentido, se resgata a proposta de Delors, que apontar para a necessidade de aprender a conhecer, a fazer, viver em comunidade e, especialmente aprender a aprender com o uso dos instrumentos tecnológicos que se acumulam na contemporaneidade (DIOGINIS et al., 2015).

Embora a maioria das escolas públicas em todo o Brasil possuam a tecnologia ao seu dispor, ainda existem professores que embasam seu processo didático-pedagógica em formas metodologias arcaicas de ensinagem, assim, o fato de existir um laboratório na escola com a disponibilidade de computadores e acesso à internet não significa efetiva qualidade no processo ensino-aprendizagem (SILVA; CORREA, 2014). Dessa forma, não como os alunos aprender a aprender se os professores não aprenderem a ensinar a partir do uso dessas ferramentas tecnológicas.

Muito embora existam instrumentos tecnológicos na maioria das escolas públicas do Brasil, ainda em 2014 um grande contingente de professores preferia o método antigo de ensino, em que o quadro-negro e giz são as “tecnologias” preferidas e trabalhadas em sala de aula (SILVA; CORREA, 2014). Compreende-se que existe um grande desafio dos alunos de aprender a aprender com a tecnologia, tendo em vista que ainda existem desafios de aprender a ensinar por parte dos educadores.

O uso, de modo adequado quanti e qualitativamente, de recursos tecnológicos pode ser instrumento de revolução da educação, no entanto, sabiamente Silva (2010, p. 7) esclarece que para isso ocorra é necessário que os professores e a própria escola (na pessoa dos gestores) possam compreender que: “tecnologia de informação e comunicação compreende recursos tecnológicos que

envolvem computadores e redes telemáticas (informática + telecomunicação), em especial a rede internet”.

Nesse sentido, é preciso que a TIC seja composta por instrumentos disponíveis para professores e alunos em um sistema educacional planejado e desenvolvido com o fim precípua de fomentar o aprender a aprender. Até porque a falta de instrumentos tecnológicos na escola não apenas afetam os alunos, mas os professores e, conseqüentemente, a qualidade do processo ensino-aprendizagem, ainda mais quando as novas tecnologias ainda não estão contempladas no currículo dos professores e fragiliza a sua eficiência em utilizá-los na rede escolar pública (DIOGINIS et al., 2015).

Não é suficiente a existência de recursos tecnológicos nas salas de aulas (das escolas públicas), se a metodologia didático-pedagógica não permite ou possibilita o uso racional de tais instrumentos, pois embora seja essencial a tecnologia precisa enriquecer o ambiente escolar e não servir de meio para dispersão ou desinteresse dos alunos para o aprender a aprender. Assim, ao professor cabe a importante tarefa de criar um ambiente de aprendizagem instigante e motivador, utilizando-se dos recursos tecnológicos em prol de uma educação crítica e significativa com interação mútua e desenvolvimento da afetividade e aprendizagem (KOCH, 2013). Nessa concepção, reitera-se que o aprender a aprender com os recursos tecnológicos, tem relação direta com o aprender a ensinar.

Aponta-se que embora a escola seja uma estrutura organizacional, que perpetuou algumas estruturas durante os séculos, na contemporaneidade não é somente construída com salas de aulas, grade curricular, alunos e professores, mas, também com instrumentos tecnológicos que podem dinamizar ou tornar mais complexo o aprendizado escolar, depende da motivação dos alunos e da preparação dos professores para mediar tais instrumentos, tornando a grade curricular mais intensa e interessante aos alunos (KOCH, 2013).

Há duas décadas para o aprendizado era necessário que a criança se deslocasse até a escola, mas, na atualidade, a tecnologia possibilita que a escola possa ir até a criança, o que pode ser um instrumento motivador ou desmotivador para o aprender a aprender, assim, a organização escolar precisa tornar-se mais dinâmica e atrativa para essas crianças nascidas na TIC (MORAN, 2013). Todavia, existe o desafio de possibilitar para o aluno o aprender a aprender, construindo com novos instrumentos tecnológicos velhos e novos conhecimentos.

É preciso adentrar na discussão que dentre os aspectos que mais afetam a aprendizagem das crianças nas escolas contemporâneas é o fato de que as tecnologias adentraram as escolas, porém, a modernização é mais sentida na infraestrutura escolar do que no processo ensino-aprendizagem. A gestão administrativa que fomenta a qualidade da infraestrutura escolar está mais evoluída do que os aspectos relacionados à aprendizagem. Nesse sentido, existem avanços na tecnificação e virtualização das escolas, porém, não se está voltado para o efetivo aproveitamento escolar dos alunos, ou seja, se instrumentaliza tecnologicamente as escolas, mas, se esquece de aprimorar a ensinagem e aprendizado (MORAN, 2013).

Dentre os desafios de aprender a aprender com as tecnologias nas escolas contemporâneas o epicentro pode ser considerada a dificuldade dos educadores no uso adequado das novas tecnologias e nas práxis educativa, isto ocorre por diferentes aspectos, como o fato de que, a maioria dos professores não tiveram uma formação tecnológica adequada, assim, o uso das tecnologias, por vezes são difíceis e incompletas, gerando nos alunos desmotivação, não possibilitando o aproveitamento real das novas tecnologias nas escolas contemporâneas (AZEVEDO; PÉRICO, 2016).

Nesse sentido, aponta-se que são diversos os desafios enfrentados nas escolas públicas contemporâneas, para que os alunos possam aprender a aprender com as novas tecnologias, isto porque seu uso efetivo e produtivo ainda está distante da realidade

de muitos professores e, conseqüentemente, alunos, o que gera insegurança e insatisfação com a TIC, pois apenas elas não contemplam a possibilidade de verdadeiramente ensinar e aprender.

Considerações finais

Contemplou-se, com o desenvolvimento do estudo, a assertiva de que os usos de recursos da TIC, na escola contemporânea, são capazes de estimular a comunicação e a linguagem oral e escrita em sala de aula e, conseqüentemente, elevar a motivação dos alunos e o aprendizado, mas, para que isso ocorra o bom relacionamento entre professores e alunos é essencial, bem como, a compreensão de que tecnologia é essencial. Porém, não constitui o único instrumento de evolução da educação é preciso que os alunos possam aprender a aprender e os professores aprender a ensinar todos utilizando-se das tecnologias.

Com a elaboração do presente artigo concluiu-se que o maior desafio do uso das tecnologias para o aprimoramento do aprender a aprender, está no fato de que a maioria dos professores não foram educados no processo tecnológico existente na atualidade, o que gera dificuldades em aceitar as novas tecnologias e trabalhar com elas um método didático-pedagógico eficiente e capaz de despertar a motivação, encantamento e aprimoramento do aprender a aprender.

Outro desafio observado no decorrer do estudo é que o aprender a aprender ocorre quando o professor está apto a trabalhar como mediador entre os alunos e as tecnologias disponíveis e, não apenas com a disponibilidade de recursos tecnológicos, pois, o processo ensino-aprendizagem de qualidade, que se espera encontra nas escolas contemporâneas, é construído com tecnologia-professores-alunos.

Analizou-se ainda que a qualidade da educação nas escolas contemporâneas é dependente da TIC, mas, se apresenta mais dependente ainda da qualidade do uso de tais instrumentos

tecnológicos, pois a simples disponibilidade da tecnologia não vem conseguindo gerar excelência no aprender a ensinar e aprender a aprender nas escolas públicas em todo o Brasil.

Referências

AZEVEDO, Adriana Barroso de; PÉRICO, Lucivânia Antônia da Silva. **A tecnologia no novo tempo de ensinar e aprender**. São Bernardo do Campo/SP. Maio/2016. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/162.pdf>>.

Acesso em: 23 abr. 2020.

DIOGINIS, Maria Lucineide; CUNHA, José Jailton da; NEVES, Fernando Henrique; CRISTOVAM, Wilson. As novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem. **Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Presidente Prudente, 19 a 22 de outubro, 2015. *Colloquium Humanarum*. 12(Especial):1155-1162, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade de conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre-Rio Grande do Sul: Artmed, 2004.

KOCK, Marlene Zimmermann. **As tecnologias no cotidiano escolar: uma ferramenta facilitadora no processo ensino-aprendizagem**. 2013. 36f. Monografia (Especialista em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria-UFMS, Sarandi, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAN, José. A integração das tecnologias na educação. In: MORAN, José. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas-São Paulo: Papirus, 2013.

SILVA, Renildo Franco da; CORREA, Emilce Sena. Novas tecnologias e educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea. **Educação & Linguagem**. 1(1):23-35, 2014.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter. Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica. **Ciência & Educação**. 15(3):681-694, 2009.

SOUSA, Deborah Lauriane da Silva; CARVALHO, Débora Costa; MARQUES, Eliana de Sousa Alencar. O uso de recursos tecnológicos em sala de aula: relato envolvendo experiências do PIBID do curso de Pedagogia da UFPI. **IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia**. Parnaíba-PI/Brasil. P. 1-12, 2012.

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE INCERTEZAS: VIRTUALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE COMO ALIADOS

Solange Beatriz Billig Garces
Fabiana Ritter Antunes
Fábio Ritter Antunes
Cristian Leandro Lopes da Rosa

Considerações iniciais

Iniciamos nossa reflexão com um questionamento que consideramos extremamente pertinente para o período que vivenciamos, feito por Miguel Arroyo em seu livro (sempre atual) *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens (sic)* (2000): “Que traços perenes e novos desse ofício de mestre e dessa arte de tão longa história estamos reinventando?”

E aqui, nas nossas reflexões docentes respondemos: estamos reinventando sim, hoje mais do que nunca esse ofício de mestre, incluindo além da virtualidade e da interdisciplinaridade, a humanidade. A humanidade, para saber que esse é o tempo de preservarmos a vida, com o cuidado, a ética e o respeito ao próximo, com o cuidado de atender as muitas diferenças e incertezas que se descortinam frente a nós.

Acreditamos que, em nosso imaginário docente, jamais pensamos que passaríamos pela atual realidade de vivermos em meio a uma Pandemia Mundial. E, para registramos essa realidade cabe descrever um pouco dessa experiência cotidiana, a qual no Brasil estamos a vivenciar, mais precisamente desde final do mês de fevereiro de 2020. Todavia, já ouvíamos falar em um vírus letal desde o mês de dezembro do ano de 2019, que matava muitas pessoas na China.

Vimos então, iniciar em Wuhan, na China, um processo de adoecimento e morte em razão da letalidade de um vírus, que aos

poucos se espalhou pelo mundo. No final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS - declarou o caso como Pandemia Mundial e recomendou o isolamento social para a contenção da disseminação. “Em fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde nomeou a doença como COVID-19. [...] O vírus que causa a COVID-19 é designado coronavírus relacionado à Síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2); previamente, era referenciado como 2019-nCoV.”. (MCINTOSH; HIRSCH; BLOOM, 2020, p. 1). Até então, não tínhamos conhecimento de que o processo de transmissão seria global e se espalharia de forma rápida, aliás, ainda estamos em busca de maiores informações científicas para produção de vacinas e medicamentos.

Em relação a essa recomendação mundial da OMS, referente ao isolamento social, muitas instituições sociais e governamentais atenderam a essas solicitações. Dentre essas as Universidades e escolas de Educação Básica que optaram pela permanência de todos (alunos, professores, funcionários e gestores) em suas casas.

No caso específico das instituições de ensino superior, muitas optaram pela continuidade dos seus calendários acadêmicos com atividades *home office* e portanto, com as aulas ofertadas de forma online. Assim, muitos professores do ensino superior, mesmo com resistência e sem experiência de trabalho remoto tiveram que se adaptar e aprender de um dia para outro. Essas experiências docentes têm sido a saída para as instituições e seus gestores, bem como para os docentes e discentes para a continuidade dos processos educacionais.

Portanto, essa paisagem contemporânea atípica gerada por uma Pandemia Mundial fez a docência no ensino superior apelar para as estratégias da virtualidade e da interdisciplinaridade, na necessária “troca de figurinhas” com seus pares, mesmo que de forma remota. Assim, com essa experiência inédita vimos a concretização do que Baumann (2007, p. 18) chamou de tempos-líquidos modernos e, onde explicitou, de forma profetizada que:

Pelo menos na parte ‘desenvolvida’ do planeta, têm acontecido, ou pelo menos estão ocorrendo atualmente, algumas mudanças de curso

seminais e intimamente interconectadas, as quais criam um ambiente novo e de fato sem precedentes para as atividades da vida individual, levantando uma série de desafios inéditos.

Nessa direção é que queremos trazer algumas reflexões referentes aos “traços perenes e novos” desse ofício da docência no ensino superior que estamos reinventando neste período da Pandemia ocasionada pelo COVID-19. Para isso, resgatamos autores clássicos da interdisciplinaridade, como Japiassú e Fazenda e apresentamos outros renomados e novos que trazem a reflexão referente à virtualidade, tais como Moran e Masetto.

Docência universitária em tempos de virtualidade

A docência no ensino superior ganha ênfase atualmente, sobretudo, com as transformações advindas do processo de globalização da economia, da cultura e da introdução de novas práticas pedagógicas impulsionadas pela integração das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) na educação. Aliada a isso a globalização também se responsabiliza em acrescentar um elemento novo e inesperado a esse cenário, a pandemia da COVID -19, que então acelera essa necessidade do uso da virtualidade nos processos educacionais.

Autores como Pimenta (2009), Masetto (1998; 2015), Ramos (2010), Farias (2009) e Moran (2018) já investigavam as modificações pedagógicas, didáticas e metodológicas e de identidade educacional no ensino superior sob diversos enfoques que auxiliam na compreensão dos obstáculos da formação e exercício da docência no século XXI, os quais então consideramos os mais atualizados e necessários suportes pedagógicos. “O termo ‘estratégia’ ou ‘metodologia’ refere-se ao conjunto de todos os meios e recursos que o professor pode utilizar em aula para facilitar a aprendizagem dos alunos” (MASETTO, 2015, p. 99), portanto, podemos dizer que a aula com o uso ou por meio de TDIC estão a utilizar novas e atualizadas estratégias e metodologias. Mas para

essa necessária “atualização pedagógica de emergência” por parte dos docentes, a pesquisa se torna outra importante ferramenta.

Pimenta (2009, p. 47) já apontava a pesquisa, dentre os principais desafios da docência:

[...] aprender é mais do que obter referências, é processá-las, analisa-las, compará-las, contextualizá-las, problematiza-las e interpretá-las e que para isso é preciso método de estudo e de investigação, então, o que se coloca como desafio para os docentes é aprenderem a realizar um processo de ensinagem, no qual a pesquisa é parte estruturante.

Nessa direção, é “necessário alicerçar o ensino em novos métodos pedagógico-didáticos, que proporcionem o processo de uma atitude compreensiva, interventiva, reflexiva e crítica” suplantando, assim, uma prática pautada na difusão para uma didática que valorize uma postura mais crítica dos alunos que se dispõem também pela aderência de práticas inovadoras por parte dos docentes e no emprego de metodologias que promovam uma aprendizagem relevante, defende Ramos (2010, p. 39).

As inovações não se estendem apenas aos professores, pois os alunos também são estimulados a rever suas atitudes e posturas em relação ao processo de aprendizagem. Nesse sentido, Masetto (1998, p. 270) endossa que “ o docente vista-se de uma atitude de sinergia e co-responsabilidade com os estudantes, que estruturam o curso juntos, utilizando técnicas [...] que facilitem a inserção e validação dos alunos como adultos que podem se co-responsabilizar por seu processo de formação profissional”.

Nesse cenário urgente de transformações, os docentes e os discentes são instigados a confrontar uma realidade complexa em que ambos aprazam juntos apontar soluções para contratempos que afetam esta conexão docente/discente e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem. Para Farias (2009, p. 67):

[...] o professor deve ser envolto de modo ativo, precisando continuamente fortalecer atitudes de questionamento, reflexão,

experimentação e interação que fomente a mudança. Implica, pois, romper de forma radical com práticas formativas, cujos parâmetros fixos e predeterminados, derivados de processos estanques e conclusos, negam os professores como sujeitos produtores do conhecimento.

É nesse contexto que se constata um movimento na tentativa de explorar as potencialidades das TDICs no ensino superior direcionados para práticas que enxerguem professores e alunos como co-autores do conhecimento em que papéis se fundem e se confundem já que não existe mais uma delimitação do papel de ambos na construção do conhecimento (MATTAR, 2008; MOITA, 2006).

A introdução das TDICs nas práticas pedagógicas dos professores da educação superior implica na adoção de novas estratégias didáticas que contemplem a inserção das TDICs no planejamento, mediação pedagógica e avaliação da atividade docente. Atualmente o professor dispõe de diversos recursos tecnológicos que precisam ser potencializados e explorados na educação superior.

Discutia-se a necessidade da formação de professores para o uso das TDIC na sala de aula, mas, muitas vezes passava despercebida a necessidade de investigar como os professores utilizavam estas tecnologias no ensino superior, pois a motivação se encontrava na vivência de “uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural, identificada como Sociedade da Informação” (COLL; MONEREO, 2010, p. 15).

Todavia, nesse momento o uso das TDIC se tornou urgente e necessário em razão do contexto da pandemia. Os mesmos autores colocam, de forma muito realista o que vivenciamos hoje: “esta sociedade comporta novas maneiras de trabalhar, de comunicar-se, de relacionar-se, de aprender, de pensar e, em suma, de viver”. (COLL; MONEREO, 2010, p. 15).

As mudanças em curso na sociedade influenciam fortemente as relações sociais e pedagógicas vivenciadas nas aulas, já que não se concebe uma educação desconectada da realidade à sua volta, cada vez mais influenciada pelo grande volume de informações

produzidas diariamente e veiculadas por diversos meios de comunicação de massa como: internet, televisão, rádio, dentre outros, que permitem o fluxo instantâneo de informações. Nesse cenário de grandes transformações, como formar professores para a Sociedade da Informação? Como formar professores para uma sociedade globalizada e que vive em meio a tantas incertezas?

Assim, o primeiro aspecto a considerar é a mudança do papel do professor como transmissor de conhecimento para o mediador, guia e norteador da aprendizagem o que implica numa “mudança significativa na educação – da ênfase no ensino à ênfase no aprendizado” (BARNABÉ, 2012, p. 77) e que, mesmo que tenhamos sido coercitivamente levados a aprender a trabalhar de forma online nos últimos meses, essa aprendizagem significativa ainda será um processo de construção que precisamos alcançar. O insucesso ou desafio da utilização das TDIC reside no fato do professor desconhecer ou utilizar superficialmente as TDIC.

Portanto, percebemos então que é fundamental o preparo do professor para implementação das mudanças pedagógicas, tendo em vista que o simples fato de dispor de recursos tecnológicos ou até mesmo de utilizá-los em aula não significa sucesso absoluto, pois inúmeras variáveis podem comprometer o uso inovador das TDIC, tais como fatores políticos, econômicos, ideológicos, culturais e psicológicos.

Muitas das estratégias didáticas de inserção das TDIC no processo de ensino-aprendizagem utilizadas na educação básica podem ser transpostas e adaptadas para o cenário da educação superior, para isso, é necessário que o professor aproprie-se criticamente das TDIC, como assinala Mauri e Onrunbia (2010, p. 129):

[...] na nova sociedade da informação, da aprendizagem e do conhecimento, o papel mais importante do professor em ambientes virtuais, dentre os quais identificamos, é o de mediador, entendido como alguém que proporciona auxílios educacionais ajustados à atividade construtivista do aluno, utilizando as TDIC para fazer isso.

Nesse sentido, as TDIC favorecem o desenvolvimento de um novo perfil profissional do professor, mais atento às mudanças ao seu redor e preparado para enfrentar as incertezas e os desafios de lidar com alunos que acessam com mais facilidade a informação, que amadurecem mais precocemente devido à necessidade de ingresso no mundo do trabalho e da necessidade de consumo gerada pela sociedade.

Atuar nesse cenário implica reavaliar todas as posturas e planejamento docentes para contemplar demandas que privilegiam a inovação, a proatividade, o respeito, a descoberta, a construção e o compartilhamento da informação. Nesse contexto, o professor precisa adotar estratégias didáticas que incentivem a interação e a participação ativa do aluno durante todo o processo avaliativo.

A mudança do método de ensino e aprendizagem oral para um sistema que possibilita a mediação com as TDIC, envolvendo o uso dos mundos virtuais, representa um rompimento com a tradição acadêmica (PETERS, 2004) e faz-se urgente o repensar da educação, do planejamento envolvendo as formas de ensino escolhidas às novas maneiras de ensinar e aprender, considerando as novas circunstâncias sociais e o atual cenário em que o mundo vive.

Moran (2018, p. 4) denomina essa mudança nas metodologias e estratégias de ensino com o uso das TDICs de “metodologias ativas” e considera que são essas estratégias que “ dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor”.

O uso dos mundos virtuais proporciona não só o rompimento de como o aluno aprende, mas também como o professor ensina, exigindo das IES um repensar do próprio currículo, investigando de fato o que é necessário ensinar-aprender na academia, possibilitando um redimensionamento do fazer pedagógico.

Os mundos virtuais analisados são aspectos concretos das características de uma sociedade em rede, a tempo que apresenta elementos significativos do conectivismo, tais como a complexidade e a teoria das redes. Cada usuário participa em co-

construção com outros usuários, mesmo que alguns mundos virtuais possam ser usados ou jogados individualmente. Siemens (2004 e 2008) e Downes (2005 e 2007) indicam que o aprendizado ocorre também na relação com o mundo concreto do usuário.

Esta interação entre o virtual e o real é um dos grandes desafios dos educadores. Os autores que defendem o uso de games na educação (MATTAR, 2008; PRENSKY, 2007; MOITA; SILVA, 2006; ALVES, 2008), insistem em aproximar o mundo dos jovens ao espaço acadêmico, tendo em vista que estes dispositivos podem ajudar o usuário a repensar tudo aquilo que já estudou, trazendo para as situações que ocorrem num jogo diversos saberes, articulando-os, tecendo uma rede de aprendizagens com foco na resolução das situações.

O uso dos mundos virtuais tem muitas vantagens que precisam de uma análise empírica que descubra os limites e possa indicar passos de uma metodologia que atenda as peculiaridades da realidade atual da sociedade em rede. Embora a mescla do ensino presencial com a virtualidade já seja uma realidade em muitas Instituições de Ensino Superior, ou o ensino híbrido conforme denomina Moran (2015, p. 27): “é uma prática pedagógica que mescla atividades presenciais e a distância, por meio das tecnologias educacionais”. Mas embora, ainda precisemos de pesquisas para isso, nesse momento entendemos que o uso das TDIC foi a resolução necessária para dar continuidade aos processos de aprendizagem. Acreditamos que o seu uso e continuidade nas IES é uma certeza que os atuais momentos de incerteza deixam como herança.

Docência universitária e a interlocução com a interdisciplinaridade e a humanização

Em tempos de inteligência artificial, algoritmos, programação, apps, educação 5.0 e a real e necessária utilização por praticamente todas as IES dessas tecnologias, até mesmo como recomendação do Ministério da Educação, em razão da pandemia torna-se essencial

dialogar, problematizar, refletir e compreender sobre o processo de interdisciplinaridade e humanização na docência universitária.

A departamentalização nas universidades “[...] matou a vocação natural da academia para o diálogo aberto e franco com atores diversos, conduzindo-a a uma nefasta reprodução do conhecimento voltado prioritariamente para o mercado de trabalho” (OLIVEIRA; MOREIRA, 2017, p. 8). A partir da percepção dessa realidade e a necessária mudança trazem para as IES uma outra possibilidade: a interdisciplinaridade. “As discussões sobre a interdisciplinaridade fazem parte do processo educacional desde a década de 1960 entre teólogos e fenomenólogos que buscavam desenvolver um sentido mais humano para a educação” (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2011, p. 8). Segundo Melo (2003, p. 19 *apud* OLIVEIRA; MOREIRA, 2017, p. 8):

Georges Gusdorf foi o primeiro a pensar uma proposta de trabalho para pesquisa dentro da academia que favorecia a criação de uma mentalidade interdisciplinar para o enfrentamento da expansão do número de especializações. Esta proposta foi apresentada em 1961 à UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura que a aprovou, disseminando-a.

Os autores Guimarães e Magalhães (2011) e Teixeira (2007) afirmam que no âmbito acadêmico, a temática teve espaço a partir da década de 1970, através da criação de alguns institutos e núcleos de pesquisas interdisciplinares, que visavam a superação da hiperespecialização disciplinar, e a busca pela cooperação entre as disciplinas com a finalidade de ajudar a resolver os problemas causados pelo desenvolvimento tecnológico e pela falta de diálogo entre as áreas do saber decorrentes dessa hiperespecialização.

Em pleno século XXI, em um contexto de globalização intensa a interdisciplinaridade torna-se de grande relevância. “Além do desenvolvimento de novos saberes, a Interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade

social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas” (FAZENDA, 2011, p. 22/23).

Conforme Oliveira e Moreira (2017, p. 9) Japiassu entende

a interdisciplinaridade é um método capaz de fazer com que duas disciplinas interajam entre si a partir da simples comunicação das ideias até a integração de conceitos, epistemologia, terminologia, metodologia, procedimentos, dados e organização da pesquisa.

Para Oliveira e Moreira (2017, p. 6) a interdisciplinaridade é vista “como uma possibilidade para viabilizar uma educação que rompa os compartimentos estanques das capacidades isoladas”, ou seja, das disciplinas estanques como comumente estão organizados os currículos dos cursos de graduação das IES.

Diante desse pressuposto, é importante salientarmos o que entendemos aqui por disciplina, para que o conceito de interdisciplinaridade seja abarcado na discussão. Para Santomé (1998, p. 55) “uma disciplina é uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão”. Para Guimarães e Magalhães (2011, p. 8) “a interdisciplinaridade se apresenta como a inserção de métodos de cooperação entre as disciplinas e outras atividades educacionais, visando o combate à fragmentação do conhecimento”, contudo como revela Teixeira (2007, p. 60) “[...] a fragmentação excessiva da ciência é uma das causas da desagregação da universidade”.

Assim, Oliveira e Moreira (2017, p. 6) colocam que “o ensino interdisciplinar requer, entre outros aspectos, uma mudança de atitude dos que ensinam e aprendem na sua forma de compreender o mundo e aceitar que o seu papel junto aos sujeitos aprendizes é o da mediação”, o que coaduna-se com as características necessárias aos docentes que atuam atualmente com a virtualidade no ensino superior. Nessa perspectiva de esclarecimento, a interdisciplinaridade é entendida como,

concepções que apresente aspectos em comum, uma vez que ambas comportam os conceitos mais fundamentais de cada especialidade enquanto necessários para outras áreas, quando de fato o estudo, a significação de conceitos de uma área, potencializa as ações de outra(s) (AUTH, 2014, p. 394).

Podemos continuar a conceitualização de interdisciplinaridade com Japiassú (1976, p. 72), que ressalta que deve - se reconhecer que o termo “interdisciplinar” não possui um sentido epistemológico único e estável, tratando-se de um neologismo cuja significação nem sempre é a mesma e cujo papel nem sempre é compreendido da mesma forma. Diante desse pressuposto outra autora, revela que “o pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas” (FAZENDA, 2013, p. 20).

Ainda para Fazenda (2011, p. 154) “Na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos estudantes e sua integração”. Pensando de forma mais popular, a relação entre o conhecimento acadêmico-científico e o senso comum. Nesse sentido, conforme nos aponta Guimarães e Magalhães (2011, p. 13-14), a interdisciplinaridade nesse contexto pode ser vista como um mecanismo capaz de modificar toda a estrutura das universidades, tirando-as das possíveis amarras de meras transmissoras de conhecimento e promovendo-as ao posto de produtora de novos saberes. Contudo, Fazenda (2011, p. 23) ressalta que:

A formação à Interdisciplinaridade (enquanto enunciadora de princípios) pela Interdisciplinaridade (enquanto indicadora de estratégias e procedimentos) e para a Interdisciplinaridade (enquanto indicadora de práticas na intervenção educativa) precisa ser realizada de forma concomitante e complementar. Exige um processo de clarificação conceitual que requer alto grau de amadurecimento intelectual e prático, uma aquisição no processo

reflexivo que vai além do simples nível de abstração, mas requer a devida utilização de metáforas e sensibilizações.

Pombo (2008) explicita o necessário uso da interdisciplinaridade nos processos pedagógicos das IES pois são os espaços que formarão os futuros profissionais, que atuarão em um mundo do trabalho, de um lado cada vez mais tecnológico, mas por outro com uma busca por habilidades e competências mais humanas de cooperação e integração, as chamadas *soft skills*.

Fazenda (2011, p. 23) alerta sobre a necessária formação na educação pela e para a Interdisciplinaridade, pois:

[...] se impõe e precisa ser concebida sob bases específicas, apoiadas por trabalhos desenvolvidos na área, referendados em diferentes ciências que pretendem contribuir desde as finalidades particulares da formação profissional até a atuação do professor

Ainda Oliveira e Moreira (2017, p. 6) colocam que:

Vive-se um momento novo na sociedade, onde as informações estão ao alcance de todos através das tecnologias de comunicação, portanto, é na formação docente que a perspectiva interdisciplinar de ensino precisa ser aprimorada, para atender as demandas atuais colocadas para a educação.

E, para finalizar resta-nos ainda falar da necessária humanização da educação, especialmente nesses tempos de pandemia, onde o isolamento se faz necessário, e os processos de aprendizagem do ensino superior de fazem por meio da virtualidade, com o uso das tecnologias. Para Freire (1986, p. 30) “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão [...]”.

Todavia, nem todos os alunos têm acesso de forma igualitária a essas tecnologias e, é esse olhar diferenciado que precisa ser compreendido nos processos educacionais. São olhares sensíveis

que precisamos ter e que foram aprendidos com nosso mais importante representante na área da educação: Paulo Freire. Sobre esse olhar sensível que os professores devem ter, Arroyo (2000, p. 238) explicita que:

Uma das sintonias é ter aprendido juntos a olhar a realidade nossa e dos educandos com outro olhar. Destacando as condições de vida, trabalho, de família, de emprego e sobrevivência. Paulo partia desse foco. A categoria também aprendeu a olhar-se nesse foco existencial, como gente, sobrevivendo, produzindo sua existência. Aprendeu a ver os educandos também como gente na cotidianidade dura em que reproduzem sua existência oprimida e excluída.

Assim, entendemos que quando pensamos e agimos como educadores em tempos de pandemia, independentemente de nossa prática ser online, por meio de tecnologias, precisamos agir de forma humana, pois “não pode existir uma educação que não seja essencialmente ‘humana’” (ANTUNES, 2001, p. 129).

Considerações finais

Considerando o que foi expressado nas discussões acima, em uma sociedade líquida, plural e com modos de interações tão distintos e inovadores, o processo de diálogo, troca de conhecimento entre as diversas áreas, eixos e componentes curriculares, juntamente é claro, com os tipos de estratégias e metodologias utilizadas, a interdisciplinaridade em tempos virtuais ainda fica mais fácil de promover o desenvolvimento desses “novos” saberes e conhecimentos que o mundo do trabalho “solicita” aos sujeitos, tornando o processo ensino e aprendizagem mais dinâmico e interativo a essas necessidades.

Não temos certezas, pois tudo o que vivemos são incertezas, mas a certeza que temos é que os tempos são líquidos e as instituições precisam se reinventar, dentre essas as educacionais e, sobretudo a docência que vê suas práticas pedagógicas presenciais

e sólidas se transformarem em momentos virtuais e líquidos, agora concretizados com a pandemia e suas incertezas.

Referências

- ALVES, L. Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso. **Educação, Formação & Tecnologia**. Disponível em: <<https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/58/38>>. Acesso em: 31/05/2020, v. 1, n.2, p. 3-10, nov. 2008.
- ANTUNES, Celso. **Glossário para Educadores(as)**. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. 8.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- AUTH, M.A. Interdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ, F.J; FENSTERSEIFER, P. E. **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2014. p. 393-395.
- BARNABÉ, I. Os professores como aprendizes com as TIC. In: BARBA, C.; CAPELLA, S. (Orgs). **Computadores em sala de aula: métodos e usos**. Porto Alegre- RS: Penso, 2012, p. 77-83.
- BAUMANN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- COLL, C.; MONEREO, C. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In: COLL, C.; MONEREO, C. e col. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da Informação e da Comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 15-46
- DOWNES, S. An introduction to connective knowledge. In: **Media, Knowledge e Education**. 2005. p. 77-102.
- DOWNES, S. **What connectivism is, Haslf Na Hour**. February 3, Retrieved from 2007.
- FARIAS, Isabel M. et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber, 2009.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo, 2011.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: FAZENDA, Ivani C.A. (Coord.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GIMARÃES, P. B. MAGALHÃES, A. P. **A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento**. Revista Científica Vozes, dos Vales – UFVJM, Minas Gerais, n 9, ano 5, 1-17, 2016.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MASETTO, M. T. **Docência na universidade**. Campinas: Papyrus, 1998.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 3.ed. São Paulo: Summus, 2015.

MATTAR, J. **O uso do Second Life como ambiente virtual de aprendizagem**. Revista 8. Ind. 2008.

MAURI, T.; ONRUBIA, J. O professor em ambientes virtuais: perfil, condições e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. e col. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da Informação e da Comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 118-135.

MCINTOSH, Kenneth; HIRSCH, Martin S.; BLOOM, Allyson. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19)**. Publicado no site: UpToDate, 31 march 31, 2020.

MOITA, F.; SILVA, A. Os games no contexto de currículo e aprendizagens colaborativas on-line. 2006.

MORAN, Jose. Educação Híbrida: Um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). E [VitalSource Bookshelf version]. Retrieved from vbk://9788584291168. Porto Alegre: Penso, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de; MOREIRA, Marcia Bento. **Da Disciplinaridade para a Interdisciplinaridade: um Caminho a ser Percorrido pela Academia.** REVASF, Petrolina-PE, v. 7, n.12, p. 06-20, abril, 2017.

PETERS, O. **A educação a distância em transição.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PIMENTA, S. A profissão professor universitário: processo de construção da identidade docente. In: CUNHA, M. I. et al. (org.). **Docência universitária: profissionalização e práticas educativas.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2009. p. 33-55.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Ideação Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE,** Foz do Iguaçu, v.10, n.1, p. 9-40, 1º sem 2008.

PRENSKY, M. **Digital game-based learning: practical ideas for the application of digital game-based learning.** St. Paul: Paragon House, 2007.

RAMOS, K. **Reconfigurar a profissionalidade docente universitária: um olhar sobre ações de atualização pedagógico-didático.** Porto: Universidade do Porto, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SIEMENS, G. **Connectivism: a learning theory for the digital age. International Journal of Instructional Technology and Distance Learning.** 2004.

SIEMENS, G. **What is the unique idea in connectivism?** elearnspace. 2008. Disponível e: <http://connectivism.ca/blogue/2008/08/what_is_the_unique_idea_in_con.html>. Acesso em: 31/05/2020.

TEIXEIRA, Evilázio Fra Borges. Emergência da Inter e da Transdisciplinaridade na Universidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

EDUCAÇÃO COMO AÇÃO PROPULSORA DA EMANCIPAÇÃO

Andrieli Taís Hahn Rodrigues
Sidinei Pithan da Silva
Vanessa Marin
Angélica Taís Schneiders

Considerações iniciais

O presente artigo compreende o desenvolvimento de uma reflexão a partir de leituras e discussões realizadas no componente Sociedade Brasileira e Educação, disciplina do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação nas Ciências – Unijuí. O estudo acerca de como se constituiu a sociedade brasileira desencadeia inquietações referentes à temática da educação brasileira, seus percalços e, sua perspectiva histórica em diversos períodos. Neste sentido, o presente enfoque enfatiza o movimento dos Pioneiros da Educação, assim como os acontecimentos, que permitiram problematizar as metodologias tradicionais, abrindo para um sentido ampliado sobre o lugar das políticas públicas da educação no Brasil. Esta retomada dos marcos documentais e teórico-críticos, permite elucidar certos condicionantes que subsidiam a educação na atualidade.

Entende-se que a educação na atualidade, em um sentido histórico e crítico, possibilita ao indivíduo pensar e refletir de forma radical, rigorosa e de conjunto, de forma a compreender a constituição dos valores e crenças da sociedade e que vive, tornando-se assim, um indivíduo menos manipulável. Como se sabe, a educação escolar/formal no Brasil, não foi pensada/disponibilizada para um “todo” social e, sim para algumas pessoas que tinham um padrão de vida elevada, pessoas que compunham a classe média/alta, ou seja, a “elite”. Desta forma,

para que se possa pensar a educação como um ato emancipador, libertador, torna-se necessário, relembrar alguns movimentos pelos quais a educação brasileira passou, sendo aqui enfatizado apenas o Movimento dos Pioneiros de 1932, o qual pode-se considerar como propulsor de um movimento de renovação da educação, que possibilitou mudanças que permitem entender o formato em que se encontra.

A base teórica para este estudo amparou-se nas leituras de Saviani (2008) que evidencia a descontinuidade das políticas públicas, Azevedo (2006) que explicita o Manifesto dos Pioneiros e, Freire (1987 e 2014) que discute aspectos referentes à educação bancária e emancipadora. A partir dessas reflexões com embasamento teórico, torna-se possível ter um panorama histórico que permite entender a educação na atualidade. Com isso, enfatiza-se a importância da luta dos educadores para de certa forma interromper os retrocessos e ciclos de descontinuidades em torno da luta pela educação pública. Veremos que o Manifesto dos Pioneiros, com um cunho mais liberal e democratizante, se dirige à Nação, e convoca ao Estado assumir sua função pública, de renovar a sociedade por via da educação. De certo modo, há neste movimento iniciado na década de 20 do século passado, um sentido originário de constituição de um marco simbólico instituinte de novos sentidos para as políticas educacionais no Brasil, as quais se vinculam com o mundo do trabalho e da democracia.

As pedagogias críticas e progressistas, como as fundadas na aposta e perspectiva de Paulo Freire e da Educação Popular, bem como na aposta da Pedagogia Histórico-Crítica, cunhadas por Dermeval Saviani, não deixarão de dialogar com este marco fundante, seja para mostrar seus pontos limites, seja para dar continuidade a aspectos potenciais. Não iremos abordar tanto as diferenças aqui, mas sim, um sentido potencial emancipatório posto pela tarefa educativa, a qual deixa de ser privilégio e passa a fazer parte da vida coletiva da nação e da sociedade brasileira. No sentido das políticas educacionais, a pedagogia de Paulo Freire e

da Educação Popular, sinaliza que não basta fazer políticas para o povo e aos educadores, mas que precisam ser produzidas pelo povo e com os educadores.

Condição que faz jus à renovação tanto do ato pedagógico quanto da forma como se institui a política educacional no território nacional. A questão da democracia exige forma e conteúdo. Nisso, o pressuposto liberal, e escolanovista, implicado na ideia progressista de Freire, amplia a ideia de como criar uma nação democrática, levando a sério o enfrentamento de toda forma de autoritarismo. A proposta de Saviani, por sua vez, enfoca o valor do saber e do conteúdo escolar, ressaltando que não basta inovarmos no método para produzir uma nação democrática, temos que garantir o acesso ao saber às classes trabalhadoras. Embora, Saviani, nunca deixou de salientar que este acesso devesse menosprezar a forma, mas que ele é no mínimo secundário para pensar o sentido democrático da educação.

Manifesto dos pioneiros: uma esperança de renovação

O Manifesto dos Pioneiros foi um documento escrito em 1932, sendo resultado da IV Conferência Nacional de Educação (1931) organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), que tinha como tema gerador “As grandes diretrizes da educação popular”. O Manifesto contou com a assinatura de diversos intelectuais da época, dentre eles: Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

Este documento significou o marco de renovação educacional no Brasil tendo por finalidade levar o Brasil à modernidade através

da educação. Este documento traz consigo, um momento histórico que é marcado pela história política, social, cultural e educacional do Brasil. Para que se possa compreender a real intenção do Manifesto, é necessário lembrar que o período histórico anterior do documento era a República Velha, em que as autoridades econômicas da época eram os produtores cafeeiros. Nesta perspectiva, se houvesse um ensino universal, (em que os trabalhadores tivessem acesso) haveria uma significativa perda da população trabalhadora, que era mantida de forma subordinada.

O Manifesto evidencia o caráter ousado e radical do movimento renovador, o qual deu-se início na década de 20 do século XX, quando as mudanças/transformações que abalavam o país eram fruto de discriminações vivenciadas pela sociedade, sendo grande parte da sociedade analfabeta no cenário de um incipiente período de industrialização o qual necessitava/exigia uma qualificação por parte dos trabalhadores. Segundo o Manifesto,

(...) se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (AZEVEDO, 2006 p. 188).

Outro aspecto que desencadeava questionamentos referentes ao sistema de educação brasileira daquela época, era a presença de imigrantes com boas instruções, lembrando que as poucas escolas públicas existentes no momento eram frequentadas apenas por filhos das famílias de classe média/alta da sociedade. Para as elites, era reservado o ensino/pensamento, para os trabalhadores a atividade fabril.

O que se pode perceber neste aspecto, é que o Manifesto sinaliza, pela primeira vez, e com força no ideário educacional, é de que a única forma de transformar uma sociedade, é através da

educação, a qual conseqüentemente pode gerar uma reforma social. E não se pode realizá-la se não for através de uma “ação externa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo nem produzir-se, do ponto de vista das influências exteriores, senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e educação” (AZEVEDO, 2006, p. 190).

Neste contexto, pode-se perceber no decorrer do documento, que há alguns tópicos referentes à educação e alguns de seus princípios que se tornaram essenciais para que chegasse na sua formação atual: *A educação, uma função essencialmente pública*. Este tópico enfatiza que cada indivíduo possui o direito a seu desenvolvimento integral, assim como considera a educação uma função puramente social e pública, sendo dever do Estado garantir a oferta de educação pública.

Outro aspecto de suma importância é a *escola única*: a educação integral de cada indivíduo é um direito biológico, sendo dever do Estado disponibilizar meios de tornar efetivo através de um plano geral de educação para que isso ocorra. A partir desses pressupostos, chega-se a razão de uma escola para todos, em que ninguém/nenhuma indivíduo/classe priorize uma minoria por privilégios econômicos.

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação: são alguns dentre tantos outros princípios que convêm a uma escola unificada. A laicidade é a “que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação” (AZEVEDO, 2006, p. 193). A gratuidade por sua vez “extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la” (ibidem, p. 193-194). A obrigatoriedade era um dos aspectos mais complexos de ser cumprido, pois, havia a

falta de escolas e por isso, levou mais tempo para que pudesse sair do papel.

Levando em consideração esses pressupostos, percebe-se que o Manifesto trouxe à tona uma responsabilização do Estado perante a educação, tornando-a parte de um sistema laico, público, obrigatório e gratuito. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, é considerado um dos documentos de suma importância para o processo de modernização da educação brasileira. Pois, nele se definem diretrizes de uma política educacional de ensino, que estava muito além da época, contudo, percebe-se que as preocupações expressas no documento permanecem até o momento em que se vive, dando destaque às reformas as quais engessam o avanço da educação e do ensino.

A educação escolar no Brasil sempre foi um fenômeno que interessou às classes dominantes, em medida que ela pode servir tanto de palco para a emancipação humana quanto para a dominação. Ao longo de quatro séculos de colonização, e do Brasil imperial e republicano, havia um esquecimento ou menosprezo pela educação das maiorias como forma de arte de governo. Com a ideia do Manifesto, e das pedagogias críticas que surgem a partir dele, mesmo que, em parte, criticando-o, como às vinculadas à Saviani e à Paulo Freire (guardadas as diferenças), entende-se o caráter progressista do Manifesto, no que tange à defesa incondicional do papel do Estado e das políticas públicas na construção da Nação e da democratização da educação. Assim, com este movimento teórico, desencadeado por este novo momento no Brasil, ao longo do século XX, passa-se a entender que o ato de aprender permite que o indivíduo pense e torne-se crítico de alguma forma, e sendo crítico e pensante torne-se menos “manipulável”. Este o pano de fundo, que em parte se expressa na pedagogia de Paulo Freire, a qual assim, como evidenciou o manifesto, se contrapõe à educação tradicional e bancária. Embora caiba dizer, Paulo Freire não se manteve apenas na linha liberal e republicana, sugerindo uma crítica social, e pensando a educação

não apenas pela malha da escola, como também pela da sociedade civil organizada.

A educação como já citamos anteriormente, em seu início era apenas para algumas pessoas da “elite”, posteriormente quando pública, permitindo o acesso de todas as pessoas que desejassem ali estar, foi vista como tecnicista, bancária, um “depósito” de conhecimentos, “nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração” (FREIRE, 1987, p. 57). Nesta perspectiva, Paulo Freire, tenta clarear a ideia de que a educação/aprendizagem no sentido tradicional se tornou um ato de memorização mecânica, palavras a serem decoradas, repetidas, reproduzidas, mas que, não possuíam significação alguma.

Os educandos nesta época eram comparados a recipientes, em que o educador tinha a missão de “enchê-los”, quanto mais enchesse, melhor seria o educador, quanto mais docilmente deixassem ser enchidos, melhor os educandos seriam. Com isso, a educação tornou-se um ato de depositar os conhecimentos e a “única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (ibidem, p. 58). Nesta concepção bancária, os educadores sempre eram/são os que sabiam, que dominavam os conhecimentos, diferentemente dos educandos que eram os indivíduos que nada sabiam, papéis estes que impossibilitaram durante muito tempo os processos de busca, aprendizagem significativa e conseqüentemente de conhecimento.

Na educação bancária, perpetuava-se a cultura do silêncio dos educandos, pois, o educador é quem educa, os educandos são os que são educados; o educador é o ser pensante, os educandos são os pensados; o educador é o que possui a palavra, os educandos são os que escutam, memorizam, repetem e reproduzem a palavra; o educador é o que disciplina, os educandos são os indivíduos a serem disciplinados; “o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele” (FREIRE, 1987, p. 59); o educador considera-se o sujeito

do processo e os educandos, os simples objetos. A educação bancária pode ser considerada como uma forma de opressão, pois, em nenhum momento os educandos tinham/têm voz ou vez, cabendo a eles o silêncio e a submissão aos “detentores” do saber (os educadores).

Nesta perspectiva, o educador era quem acabava por alienar a ignorância, permanecia em posição fixa, invariável, sempre reforçando a ideia de que ele é o que sempre sabia de tudo e seus educandos os que nada sabiam. Essa rigidez de posições/papéis nega a educação, bem como, a visão do conhecimento como um processo de busca. Pode-se dizer então, que na educação bancária o professor era o sujeito que tudo sabia, então cabia a ele “dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos” (Ibidem, p. 60). Assim, o saber que na educação deveria ser o da experiência feita, passa a ser pela experiência narrada ou transmitida, de forma que não havia significação nenhuma. Via-se a educação bancária como uma prática de dominação, que visava a perpetuação da ingenuidade dos educandos, para que assim pudesse doutriná-los na questão de acomodá-los no mundo da opressão.

Neste contexto, esperava-se que os educandos seguissem as concepções da educação bancária, pois, assim, estariam envolvidos com os processos de “arquivamento dos depósitos feitos” e com isso não desenvolveriam a consciência crítica, o pensamento, a criatividade, o que possibilita ao sujeito a sua inserção no mundo como ser transformador do mesmo.

Para que se possa pensar a educação como um ato emancipador, se torna necessário pensar/conhecer um pouco referente a Paulo Freire, que foi um educador, pedagogo e filósofo, considerado um dos ícones de referência para a pedagogia e a educação do Brasil, sendo um dos idealizadores da educação popular a qual visava a formação de uma consciência política em seus educandos.

A educação libertadora ao contrário da bancária, reconhece que é necessário desmistificar a vulnerabilidade do oprimido através da reflexão e da ação e transformá-la em independência.

Entretanto, “não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns, feita por outros” (FREIRE, 1987, p. 53).

A partir desses pressupostos, vale lembrar que essa libertação/emancipação, não se dá com homens pela “metade”, é necessário que haja o desejo da mudança, da emancipação, pois, “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, sua “convivência” com o regime opressor” (FREIRE, 1987, p. 52). Nesta perspectiva, torna-se necessário lembrar que não é possível libertar um indivíduo se utilizar da mesma ação que foi utilizada para oprimir.

A existência humana “não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE, 1987, p. 78). Desta forma, uma ação utilizada para a emancipação é o diálogo crítico, o qual não supõe uma ação do oprimido contra o opressor, nem que gere fúria contra o opressor, o que necessita esse diálogo e conteúdos, recortes da realidade que possibilite/leve a uma reflexão, que os sujeitos reconheçam-se como indivíduos “mais”. A partir da reflexão, se realmente for reflexão, há possibilidade de haver novas práticas e conseqüentemente possibilidades de libertação.

Nesta perspectiva, da educação libertadora/emancipadora, o espaço da sala de aula felizmente também sofre algumas alterações, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1987, p. 68). Com isso, o educador passa a dialogar com o educando, possibilitando assim, uma mediação de conhecimentos.

A partir desses pressupostos o educador torna-se um problematizador, (re)faz seu fazer pedagógico, assim como, os educandos deixam de ser recipientes, passíveis e dóceis de depósito, para tornarem-se indivíduos críticos, investigadores, que

podem dialogar com o educador e ensiná-lo também. Nesta prática problematizadora, os educandos vão “desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (FREIRE, 1987, p. 71). Pode-se dizer que a educação problematizadora tem caráter reflexivo, busca a emergência das consciências e constantemente expor a realidade, objetivando a inserção da crítica na realidade do indivíduo. Neste contexto vale lembrar que “é preciso ler o mundo, ler a realidade de modo crítico” (FREIRE, 2014, p. 144). Somente após conseguir fazer essa leitura crítica da realidade que dar-se-á a leitura e aprendizagem de conteúdos.

A educação realmente necessita impor-se e comprometer-se com a libertação não pode embasar-se em compreensões de sujeitos como seres “vazios” a quem o mundo deve “encher” de conteúdos. Pois, não pode basear-se em uma consciência mecanicista compartimentada, mas necessita a visão dos sujeitos como corpos conscientes e a partir dessa consciência como intencionada ao mundo. Não somente a do depósito de conteúdos, mas a problematização dos sujeitos em suas relações com o mundo. A educação pode ser considerada um ato emancipador, neste sentido, quando há diálogo que possibilite/instigue a reflexão sobre a própria realidade, para que assim haja a possibilidade de uma transformação na prática, que também o possibilite perceber-se enquanto indivíduo que possa transformar sua realidade.

Levando em consideração essas grandes temáticas abordadas até o presente momento (Manifesto dos Pioneiros e Educação Popular e Libertadora), percebe-se que ambos os movimentos visavam a igualdade de direitos, bem como, a emancipação dos sujeitos/educandos. De forma que, pudessem ser seres pensantes, críticos e com os mesmos “direitos” da elite (educação para todos). Essas lutas dos dois movimentos, embora diferentes e em campos opostos (liberais e progressistas), tiveram grande impacto para se chegar a educação da atualidade, em que os educadores passam a ser compreendidos como mediadores e não mais os detentores do

saber e os educandos passam a ser sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Políticas públicas brasileiras: paradigmas históricos e políticos de uma nação em (trans)formação

Para que se possa ampliar um pouco a discussão do presente artigo referindo-se à educação brasileira, dar-se-á uma breve contextualização das políticas públicas e suas controvérsias e como essas afetam a progressão ou retrocesso da educação da atualidade. Para essa discussão, se utilizará os preceitos de Saviani (2008) relacionando elementos que perpassaram a historicidade das políticas públicas da educação brasileira.

Pode-se dizer que a educação brasileira tem sido reflexo de ideologias que ao longo dos anos estiveram a compor a política e a conduzir os pensamentos de gerações, por meio de princípios, argumentos e legislações. Porém, em um cenário, já amplamente discutido, pretende-se enfatizar a questão que Saviani (2008), chama de “descontinuidade da política pública brasileira”, conduzindo especialmente alguns argumentos acerca dos marcos que essa prática acabou por deixar na vida democrática do país.

Desta forma, o Brasil inicia sua independência marcando nomes, entende-se “nomes” como uma expressão utilizada para referir-se às várias leis e declarações que foram condecoradas com o nome de seu criador, fazendo com que este ficasse na história, como alguém que supostamente trabalhou pela educação do país. Dessa forma, a cada governo, iniciava-se um novo projeto, mudava-se os critérios e com isso uma descontinuidade no que já havia sido criado. Neste contexto, Saviani (2008, p. 11), comenta:

Desde a primeira fase do Brasil independente, as reformas sucedem-se, passando da Lei das escolas de primeiras letras, em 1827, para o Ato Adicional de 1834, a reforma Couto Ferraz, de 1854, Leôncio de Carvalho em 1879, sem contar os vários projetos de reforma apresentados no Parlamento no final do império, que não chegaram a vingar, como os de Paulino de

Souza em 1869, de João Alfredo em 1871, de Rui Barbosa em 1882 e de Almeida Oliveira, também em 1882 e o do Barão de Mamoré em 1886.

A partir destes, o autor, faz uma importante observação em relação a extensa lista de Reformas e Legislações criadas em vários governos, afirmando que “cada um que chega ao poder procura imprimir sua marca, desfazendo o que estava em curso e projetando a idéia de que é com ele que, finalmente, o problema será resolvido.”. Dessa forma, ideologias vão formatando pensamentos, criando gerações subordinadas ao controle “descontínuo” de classes de poder, que buscam na execução da política “doutrinadora”, estratégias para a dominação e a manutenção de suas aspirações.

Ainda em relação às reformas de ensino, Saviani (2008, p. 12), pondera sobre as consequências que práticas deixam na educação brasileira, analisando que “[...] O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo”. Atrasos que se perpetuam, feridas, lacunas em uma sociedade frágil, explorada por essência, como referido na educação bancária.

Porém, como educadores crítico-reflexivos, precisamos ressaltar os impactos dos movimentos vividos no Brasil ao longo de quatro séculos (educação tradicional, escolanovista, progressista), pois, foi através destes que se chegou ao modelo educacional atual. Como o ideal do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tivemos a primeira ênfase forte na ideia de educação laica e gratuita, de acesso a todos e garantida pelo Estado. A tentativa de reformar o Brasil, ganha sentido forte na narrativa de uma pedagogia que tenta criar indivíduos para um mundo do trabalho nascente, e para uma sociedade que pode ser moderna no sentido político. Mesmo que contraditório, o movimento escolanovista desencadeado no século XX, como ficou conhecido o marco simbólico aberto pelos autores do manifesto (1932), ele

prefigura e ideia de que a Educação é Direito dos indivíduos e Dever do Estado.

Se a pedagogia freireana, radicalizou a ideia de emancipação, por meio do ato pedagógico, e procurou dar um cunho social e político ao movimento democrático, visando questionar mazelas sociais por meio da educação, a pedagogia histórico-crítica, tematizada por Saviani, vasculha a par e passo, o sentido das políticas educacionais no país, e a forma como concretizam ou não os ideais democráticos. No ponto que trouxemos aqui, Saviani (2008) questiona a dificuldade de universalizar o ensino fundamental por via das políticas educacionais. Está em questão, portanto, em ambas as pedagogias, um sentido emancipatório posto pelo movimento dos pioneiros – o compromisso das políticas públicas em educação, em vencer o cunho elitista e opressor embutido na ideia de educação. Se a figura de Fernando de Azevedo ainda ecoa forte, assim como a dos escolanovista, ela se amplia pela voz de Paulo Freire e Dermeval Saviani. Trata-se de não descontinuar as políticas públicas, tampouco retornar ao sentido tácito de uma educação bancária. Esses movimentos de retrocesso, podem ser percebidos com o congelamento de investimentos na educação e pesquisas brasileiras, bem como, na desvalorização dos profissionais da educação (educadores) e o sentido dialógico posto no ato de educar. Retrocesso, que é uma volta ao período anterior ao do manifesto e das pedagogias que agora retomamos, portanto, ao século XIX.

Considerações finais

A educação como citado ao longo deste artigo, em seus primórdios não foi pensada para todos os sujeitos de uma sociedade, era desfrutada apenas de/por pessoas da “elite”. A partir do Manifesto dos Pioneiros de 1932, que teve o intuito de uma educação renovadora, que propunha uma educação gratuita, pública, laica e de qualidade para todos, princípios estes que estavam além da época. A educação passou a ser dever do Estado,

assim como, disponibilizar meios para a efetivação destes princípios.

Essas concepções da educação propostas pelo Manifesto, saíram do papel, entretanto continuam a ser preocupações constantes até o presente momento, pois, há nos anos de 2018/2019/2020, muitas propostas de governo que impossibilitam a educação de dar continuidade na formação integral de sujeitos pensantes, críticos e criativos, propondo o congelamento de investimentos na educação e pesquisas, o que consequentemente precarizará a educação, o que possivelmente significa um retrocesso para uma educação com pressupostos de uma educação bancária, um depósito de conteúdos e voltada a formação de pessoas para o trabalho. Nesta perspectiva, há de ser ressaltado, o risco de perpetuação das descontinuidades das políticas públicas brasileiras da educação, pois a cada mudança de governo vigoram as aspirações dos mesmos e com isso um novo ciclo de descontinuidades e atrasos ou mesmo retrocessos da educação.

Considerando os aspectos que trouxemos para o debate, observa-se, por meio dessas leituras e estudos, o quão necessário se faz, no cenário atual, por parte dos educadores e da sociedade como um todo, a compreensão acerca dos processos sociais e históricos no Brasil. Precisamos investir em um verdadeiro letramento a respeito da civilidade, tanto em relação à conceitos básicos, como a consciência no voto e a exigência pelos direitos que constam na Constituinte, como também a atos de maior engajamento social, trabalhando pela libertação de dogmas que insistem em se fazer presentes.

Nesta perspectiva, torna-se necessário que nós enquanto professores da atualidade, continuemos acreditando, lutando e fazendo uma educação libertadora/emancipadora, em que os educandos se desenvolvam e percebam-se enquanto sujeitos que podem transformar o meio onde vivem, a sua realidade. Que são capazes de pensar criticamente sobre assuntos geradores como política, cultura, saúde e educação. Está em nossas mãos, enquanto educadores perpetuar uma educação como ato emancipador.

Referências

AZEVEDO, F. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Campinas: **Revista HISTEDBR On-line**, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. São Paulo: **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 7-16, 2008.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: IDENTIDADE E PERSPECTIVAS

Antonio Paulo Valim Vega
Noemi Boer

Considerações iniciais

Traz-se para o debate neste estudo⁹ a educação para a sustentabilidade e as identidades, entendendo que o tema está presente em campos distintos da sociologia, como idade, classe, gênero, etnia, sexualidade, raça e nacionalidade. Estes, tornam-se um elo que agudiza a crise social e ambiental na qual se está imerso nesta contemporaneidade.

Em essência compreender as identidades do sujeito contemporâneo é também um esforço para entender o futuro e as alterações estruturais que ocorrem na sociedade, assim como, de que forma a educação para a sustentabilidade pode ajudar as mudanças, sociais, ambientais e culturais no sentido de minimizar os reveses e consequências de um ser humano e contexto em transformação contínua.

Stuart Hall, em seu escrito “A identidade cultural na pós-modernidade” (2000), chama a atenção acerca das mudanças culturais que estão ocorrendo no presente. Referindo-se às transformações das sociedades modernas do final do século XX. Afirma que o passado, era um lugar e tempo que ofereciam sólidas localizações, como/para os indivíduos sociais, e hoje, a dissolução dessas localizações (paisagens culturais de classe, gênero, etnia, sexualidade, raça e nacionalidade), estão também, mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que se tem de si próprio

⁹ Artigo relacionado à dissertação elaborada pelo autor Antonio Paulo Valim Vega.

como sujeito integrante de um espaço social compartilhado, a relação com o ambiente e natureza, o convívio saudável com os outros seres humanos e dificultando a satisfação e qualidade de vida, nessas circunstâncias.

A compreensão do desenvolvimento sustentável (DS) não pode estar atrelada unicamente a uma percepção ambiental, mas, há que se buscar o entendimento de outros grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da atualidade. Por isso, preocupa-se com a identidade, porque o ser humano precisa se reconhecer, se entender, saber como agir, descobrir quais as capacidades e habilidades individuais e globais necessitam de atenção. Há décadas vem sendo anunciado a necessidade de preservação do meio ambiente na linha do desenvolvimento sustentável. As informações e conhecimento que se possui hoje permitem avaliar os efeitos das ações antrópicas sobre a natureza e conduzem ao pensamento de que as condições de vida devem ser pensadas à longo prazo.

Segundo Veiga (2019) o lema do DS em muito se assemelha aos seus predecessores “direitos humanos e justiça social” questões de difícil definição, mas que podem ser pensadas em termos da urgência por solução. Esta é também, uma via em que se faz o encontro dos estudos da identidade humana com a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e educação para a cidadania global (ECG). Considera-se, portanto, impraticável pensar a sustentabilidade se não houver respeito ao próximo, incluindo as gerações presente e futuras, e se o convívio com a pobreza e exclusão entre a própria espécie humana continuarem.

É necessário aprender novas formas de se relacionar com a vida e com o mundo, o que significa, buscar entendimentos e visões renovadas para as práticas cotidianas, a partir de novos saberes e sentidos à vida. Isso requer pensar o uso de informações com a potência de gerar o conhecimento pertinente, ou seja, considerar a construção de saberes capazes de amparar o ser humano em suas dimensões pessoal, social e profissional. Motivado pela visão interdisciplinar e transdisciplinar, ampliar essa compreensão para

as dimensões conceituais previstas pela EDS e ECG, as quais, carregam a meta de desenvolver habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais.

Entende-se o desenvolvimento sustentável como um processo que inclui as questões ambientais e a expansão das liberdades e cuidados com o ser humano numa linha de pensamento como a proposta por Amartia Sen, (prêmio Nobel da economia 1998). Nessa perspectiva a sustentabilidade inclui a busca de bem-estar, democracia e paz e a conservação dos ecossistemas.

Para Veiga (2019), o melhor exemplo reside no processo de aquecimento global, se não forem encontrados meios de descarbonizar as matrizes energéticas será difícil reduzir o aquecimento global, uma das questões mais preocupantes na agenda do DS. Isso depende substancialmente de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, mas será exigido grande esforço em adaptação, conseqüentemente reformas para estimular as inovações. A educação é um processo imprescindível nesse contexto.

A falta de crença de grande parte da população e sociedade de que a modernidade está se esgotando em suas possibilidades e que se está caminhando para algo totalmente novo, em que as referências e modelos existentes, herdados e aprendidos não servem mais, conferem à educação uma preocupação fundamental. Isto é, descobrir como desenvolver competências, capacidades e habilidades humanas para construir nos indivíduos uma cidadania responsável, sustentável e solidária.

Estas abordagens educacionais trazem o entendimento de que é necessário desenvolver o sentimento de pertencimento a uma comunidade mais ampla, que extrapola as fronteiras nacionais, enfatiza a humanidade comum de todos os humanos, reconhece e faz uso das condições técnicas e tecnologias que possibilitam a interconectividade existente entre o local e o global, o nacional e o internacional.

Considerando que as pessoas em suas formas de ser e estar no mundo estão em constante evolução. De que o ambiente “mundo”

no qual se vive, passa também, por transformações contínuas e avassaladoras, processos antrópicos intercambiando impactos negativos e positivos, é que se questiona, como as identidades humanas podem se constituir e renovar, entendendo a si e ao próximo, e, como é possível fortalecer os vínculos que os indivíduos mantêm com o entorno social e com o ambiente natural.

Dessa forma, o objetivo que se estabelece para este estudo é analisar as perspectivas educacionais da EDS e ECG na construção e renovação das identidades neste momento histórico.

Identidade humana e habilidades globais

As questões problemáticas em relação ao meio ambiente produziram alterações e transformações globais em sistemas sociais e ambientais e afetam de forma preponderante o planeta, o que enseja pela compreensão de éticas multiculturais que possam conduzir uma sociabilidade e construção das identidades com base em valores sustentáveis, capazes de encaminhar uma convivência humana possível, fortalecida por um saber ambiental.

Sen (2011), refere-se a um aspecto complexo, a identidade do homem no mundo de hoje e a sua relação com essa identidade diz respeito a liberdade de escolha. As pessoas têm direito de como se percebem, e como se mostram ao mundo, no sentido de suas filiações, associações e identidades, sendo este um campo de ação, em que há privações e mesmo sufocamento das vozes, independências e capacidades de agir. Pois, a forma como se vê uns aos outros pode se expressar num conceito excludente de consequências muito profundas e algumas vezes desastrosas.

O autor traça a perspectiva identitária com relação ao choque de civilizações, mas, é possível usar essa retórica da identidade para trazer à discussão a complexidade com relação a singularidades, minorias e diferenças a que o mundo atual evoca em suas reflexões e questionamentos considerando o discurso dos direitos humanos, justiça e igualdade de oportunidades para todos.

Dessa maneira compreende-se a identidade numa perspectiva de construção de si, uma reflexão que busca referência nos estudos de Mosquera e Stobäus (2012), para falar da identidade como um processo no qual é possível compreender a unicidade e a diversidade de experiências que as pessoas desenvolvem ao longo da vida. Traz um entendimento de que seres humanos são singulares e ao mesmo tempo plurais, uma consideração dada pela característica de que a pessoa e grupo se constituem e ampliam a consciência de si, amparando-se uns nos outros.

A identidade é percebida como um processo e sua construção segue por toda a vida, uma responsabilidade e reconhecimento da pessoa por si mesmo, assim como, da construção que se estabelece de si com a influência dos demais o que compreende a vida em sociedade. E por que a identidade do homem contemporâneo aparece em meio a essa reflexão, quando a proposta que se traz para o debate tange às questões da crise ambiental? É porque na problemática ambiental se insere uma multiplicidade de discursos e entendimentos na compreensão da sustentabilidade. Cada um desses discursos representam uma voz identitária.

Neste estudo apresenta-se a perspectiva da identidade do homem contemporâneo, que situado na articulação do crescimento econômico com a preservação ambiental, tenta conciliar os interesses da economia, das tecnologias e “entende que a economia do mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável” (LIMA, 2003, p. 108).

Vive-se em uma sociedade e economia que privilegia mais a informação e o conhecimento, isso tem exigido das instituições e organizações públicas estatais e privadas criatividade e velocidade para construir e sistematizar processos e técnicas inovadoras, constantemente. As mudanças e transformações do mundo globalizado, desenham cenários novos em tempos cada vez menores. É também, nesse ambiente que o desenvolvimento das pessoas em termos de competências e capacidades nas dimensões pessoais e profissionais é emergente.

Mas, é em relação a esse ambiente multifacetado e em transição contínua, que ainda carrega elementos de um paradigma newtoniano-cartesiano, do pragmatismo do crescimento econômico e tecnológico, da separação dos campos de saberes e que vagarosamente avança para a complexidade, para entender o caos e as incertezas, a inter e transdisciplinaridade, em busca de solução e apoio para o enfrentamento dos desafios da sustentabilidade do desenvolvimento. Em que outro apoio poderá ocorrer pela via da EDS e ECG.

Uma série de perspectivas ideológicas e hegemônicas explicam a crise ambiental. Esta, acentuada principalmente nestas duas primeiras décadas do século XXI, por isso, de acordo com Leff (2012), a crise pode ser encarada como uma crise de civilização, uma problemática onde se juntam processos naturais e sociais com diferentes ordens de necessidade e materialidade, e por ser assim, não podem ser compreendidas e nem respondidas em sua amplitude sem um entendimento com base na complexidade dos saberes.

Pois, pensar a complexidade ambiental possibilita que se vislumbre uma alternativa de diálogo entre necessidade e liberdade. No centro do diálogo está a educação para o desenvolvimento sustentável como uma causa necessária, mas, tem-se também, a liberdade de escolha de como fazê-la. “O saber ambiental revive a questão das lutas sociais pela apropriação da natureza e a gestão de seus modos de vida do ser no tempo e o conhecer na história; do poder no saber e a vontade de poder que é um querer saber” (LEFF, 2012, p. 60).

Assim, no conhecimento do mundo sobre o ser e as coisas é que surge o campo de entendimento da sustentabilidade do desenvolvimento. Um conhecimento que só é possível a partir da compreensão de outros campos de saberes, compreendidos em sua complexidade, pois, “o campo discursivo que compreende o real e as identidades culturais fora de toda a essência não se estabelece por um jogo de linguagem sem ancoragem no real” (LEFF, 2012, p. 63).

O autor escreve sobre a transcendência para um futuro sustentável, percebe-se isso, como um processo de aprender a ser sustentável. Num mundo, onde se tem a possibilidade de um diálogo entre as ciências, a interdisciplinaridade perpassando as políticas do desenvolvimento sustentável, propostas éticas e pedagógicas fundamentando o direito de ser diferente, a autonomia frente a possibilidades relacionais intensificadas, amplo acesso a informação e conhecimento que as tecnologias e o ambiente midiaticado ofertam.

Essas questões sinalizam para uma compreensão do “ser” no saber, e, onde quer se encontre, seja em espaços de educação formal ou não formal é preciso contextualizar, revelar o ser humano em sua complexidade.

Para Morin (2003), a condição humana foi autoproduzida pelo desenvolvimento do utensílio, pela domesticação do fogo, pela emergência da linguagem de dupla articulação e, finalmente pelo surgimento do mito e do imaginário. Assim, ensinar e aprender a condição humana assumem significativa importância nesse contexto, as mudanças e a velocidade em que as coisas acontecem e se transformam, desestabilizam o homem que é fragmentário em sua forma de pensamento, fruto de uma educação descontextualizada e forjada num paradigma que não oferta a visão sustentável necessária para amparar a maior parte das ações do homem do século XXI.

Conforme Morin (2016), o ser humano faz parte de um sistema social no seio de um eco sistema natural, que se encontra em um sistema solar, que por sua vez se encontra em um sistema galáctico, esse sistema tem uma constituição celular que envolve outros sistemas moleculares e atômicos dados em "encadeamentos, sobreposições, confusões, superposição" de sistemas que necessitam e dependem uns dos outros para se manterem vivos, assim a vida é dependente e interativa entre os sistemas galácticos e planetários, isto é, a vida interior e exterior, à vida microcós mica e macrocós mica são sistemas interdependentes e de retroalimentação necessários à existência, à vida.

Esse fenômeno chama-se natureza, um sistema de magnífica solidariedade, onde uma série de entrelaçamentos se juntam para a construção e retroalimentação de uns com os outros por meio de outros. A vida se encontra em sistemas individuais e coletivos que participam de construção e reprodução de novos sistemas, considerando sua interação e participação num ecossistema, que por sua vez, participa da biosfera.

Este estudo compreende o homem como uma unidade complexa da natureza, “de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo da sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos” (MORIN, 2011, p. 16).

O mesmo autor escreve sobre a necessidade de aprender a “estar aqui” no planeta e estar aqui, significa que, precisamos também aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos do planeta Terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos. “Devemo-nos dedicar não só a dominar, mas a condicionar, melhorar, compreender. Devemos inscrever em nós: a consciência antropológica, a consciência ecológica, a consciência cívica terrena, a consciência espiritual da condição humana” (MORIN, 2011, p. 66).

Para este autor a humanidade está marcada por duas grandes incertezas: a cognitiva e a histórica, algo que faz refletir e questionar sobre as formas como as pessoas podem potencializar a aquisição e organização do conhecimento pertinente e entender um dos princípios para que isso ocorra, ou seja, “Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (MORIN, 2003, p. 59).

Com isso se é instado a pensar que a educação do futuro requer uma educação conscientizadora e ensino centrado na condição humana. A educação de algum modo deverá acontecer em todos os espaços, ambientes formais e não formais. Onde houver processos interdependentes e de interação entre pessoas e das pessoas com o meio. Pois, “Todo o ser humano, toda a coletividade deve irrigar sua vida pela circulação incessante entre

o passado, no qual reafirma a identidade ao restabelecer o elo com ascendentes, o presente quando afirma suas necessidades, e o futuro, no qual projeta aspirações e esforços” (MORIN, 2011, p. 67).

A visão de mundo deve permitir a compreensão de um fenômeno em seus aspectos mais amplos possíveis não apenas na experiência científica, mas também a sensibilidade, a estética e a ética vão influenciar, o que encontra justificativa no fato de que em determinada cultura, as artes, as letras, os costumes, bem como os códigos de conduta estão inter-relacionados, sem deixar de lado a *práxis* política. Assim, a visão de mundo é um sistema de “conceitos típicos de uma sociedade particular, relacionada com a natureza das coisas que os seres humanos necessitam para se comportar de forma bem-sucedida. Percepção e visão de mundo são, então, produtos da realidade, da mente, da ação e da história” (BOER, 2007, p. 63).

Ao aproximar-se de uma visão ambiental que busca o diálogo e entendimento da sustentabilidade com uma economia humanizada, traz-se os estudos de Amartia Sen e Kliksberg (2010), estes situam o mundo numa concepção de herança global, pedem um entendimento da globalização porquanto ela não é nem nova e nem tampouco uma maldição, afirmam ser a nossa civilização global uma herança do mundo, e não apenas uma coleção de culturas locais discrepantes, também, reconhecem que há muitos elementos da globalização que pedem por um encaminhamento, tais como, as questões de distribuição de perdas e ganhos econômicos entre países ricos e pobres e entre diferentes grupos dentro de cada estado-país.

No entanto, observa-se por evidências significativas de que a economia global tem levado prosperidade a muitas áreas diferentes do globo. “Uma pobreza generalizada dominava o mundo alguns séculos atrás; havia apenas alguns bolsões de riqueza. Para superar essa penúria, inter-relações econômicas extensivas e tecnologia moderna foram e continuam sendo uma influência crucial” (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 23). De modo que, ao tratar do tema desigualdade social, esses autores dizem que a globalização tem

muito a oferecer, no entanto não se pode desconsiderar a legitimidade de muitas questões daqueles que se opõe a ela.

A identificação dos problemas que não estão na globalização em si, mas, dizem respeito a preocupações éticas e humanas que originam os questionamentos, exigem uma reflexão substancial em torno dos arranjos institucionais e globais, pois, estes privilegiam mais uma atuação com foco na expansão e domínio das relações de mercado do que em estabelecer e fortalecer o processo democrático, educacional e promoção de oportunidades universais aos pobres do mundo.

Metodologia

O delineamento metodológico deste estudo apresenta abordagem qualitativa descritiva e caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado para outros fins, constituindo-se em fontes secundárias, como livros e artigos científicos, teses, etc. (GIL, 2017). Utiliza-se, portanto, de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (SEVERINO, 2007). O autor considera que os textos se tornam fontes dos temas a serem pesquisados e o pesquisador trabalha a partir das contribuições de outros autores.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica apresenta como vantagens alternativas de pesquisas, dados que estão prontos e não precisa disponibilizar tempo para coleta de dados empíricos (SEVERINO, 2007). No caso deste estudo, isto facilita, pois, as informações necessárias se encontram publicadas em diferentes fontes relacionadas à temática ambiental, identidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Discussão do estudo

Um dos grandes descentramentos dos sujeitos de acordo com Hall (2000), está em uma afirmação de que os homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são permitidas.

Segundo este autor, foi assim que os intérpretes de Marx entenderam que os indivíduos não poderiam ser os autores de suas histórias, se agiam de acordo com as condições históricas criadas, por outros, sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores.

O compromisso com as gerações futuras é um dos pressupostos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Isso, inclui a reflexão de que as ações dos seres humanos de hoje não podem deixar para o futuro um ambiente degradado. Sendo, que aqueles para quem se prepara o ambiente e mundo futuro, não estão aqui para autorizar e aprovar o tipo de uso que se faz dos recursos, e nem, a forma como se usa o ambiente natural, e, certamente os habitantes do futuro não irão entender as desigualdades, injustiças, a fome e miséria humana e o consumo exacerbado, desperdício e indiferença de uns seres humanos pelos outros.

Esse é um dos pontos em que Hall (2000), faz seu passeio teórico para analisar e questionar, se existe uma crise da identidade cultural na modernidade tardia, em que consiste essa crise? E em que direção ela está indo? Um dos questionamentos incisivos na obra é: Que acontecimentos recentes nas sociedades modernas precipitaram essa crise?

Ao utilizar-se o questionamento do autor e tentar responder com base no contexto atual, pensa-se na crise ambiental, pensa-se em relação ao descentramento e a interpretação a cerca da constituição dos sujeitos, em um contexto onde emerge a necessidade da tomada de consciência, do respeito com todos os seres vivos e da responsabilidade e compromisso de todos em aprender a viver na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento.

Logo, parte do desafio está na construção de sujeitos e identidades que compreendam o momento de transição e evolução pela qual passam as sociedades e culturas. Os quais, junto ao processo de construção das identidades, necessitam aprender a

buscar e usar a informação disponível, transformar a informação em conhecimento, com base em pressupostos de solidariedade, parceria e cooperação. E isso, somente é possível em face da educação.

É nesse ponto que o objetivo estabelecido para este estudo se reafirma com a contribuição da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), entendendo que os indivíduos podem se tornar agentes de mudança na perspectiva da sustentabilidade, ao construir competências e habilidades, valores e atitudes capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável, enquanto, a Educação para a Cidadania Global (ECG), pode colaborar com a construção das identidades humanas, no sentido de promover o respeito aos direitos humanos, justiça social, diversidade e igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental, as quais evocam o sentimento de pertencer a uma comunidade humana mais ampla, na qual se quer criar competências e oportunidades para promover um mundo e futuro melhor para todos. Pois, para a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), educar para a cidadania global é buscar uma educação para indivíduos que pensam e atuam para construir um mundo mais justo, pacífico e sustentável.

São esses componentes das abordagens educacionais da UNESCO, de reconhecimento internacional, que podem contribuir com a construção de identidades humanas centradas no compromisso, por um lado, em que todos devem assumir uma pauta individual em relação ao seu próprio desenvolvimento, autoformação, autoaprendizagem e construção de identidade e por outro lado, em relação ao coletivo, se ancora na responsabilidade que também, recai em cada um e em todos indistintamente, de contribuir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Isso, requer a inter e transdisciplinaridade, a penetrabilidade nos espaços formais e não formais de educação, no sentido de desenvolver as competências e construir as capacidades e instrumentos necessários para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sen (2011), alerta que o conceito de capacidades está ligado ao aspecto da oportunidade da liberdade. Capacidade esta, que diz respeito a uma pluralidade de características diferentes nas vidas e preocupações dos sujeitos, variando desde “estar bem nutrido ou evitar a morte precoce até tomar parte na vida da comunidade e desenvolver a aptidão para seguir os planos e as ambições ligados aos trabalhos” (p. 267). Nesse sentido a abordagem das capacidades está centrada na vida humana e não apenas naquilo que uma pessoa pode “ter”, mas uma das questões centrais desse argumento está na liberdade de escolher como viver, refletindo mais na liberdade de escolha do que em um estilo de vida, isto é, não se refere a busca permanente de padrões de comportamento.

Mas, há que considerar também, a questão relacionada a sociabilidade que faz a distinção em capacidades e realizações ser importante por diferentes razões. As questões que envolvem as capacidades, as identidades, a sustentabilidade e a educação são um conjunto de sistemas complexos. De acordo com Morin (2011), há complexidade quando elementos diferentes se juntam para constituir um todo que se torna inseparável.

Logo, complexidade é a união entre a unidade e multiplicidade. O apoio teórico de Morin (2011), Sen (2011) e Hall (2000), ajudam a ter consciência da necessidade que todos tem de construir e reconstruir uma identidade com base no conhecimento pertinente, capaz de ajudar os sujeitos identitários a enfrentar os desafios de valores, conhecimento, autoconhecimento e diversidade sociocultural em movimento contínuo.

Dessa forma, encontrar solução para os problemas cruciais da humanidade nesta contemporaneidade, compreende situar-se em uma sociedade com diversas carências sociais e sérias questões envolvendo a degradação do ambiente natural. O conhecimento pertinente é aquele capaz de situar as identidades, os problemas, as informações e o conhecimento no seu contexto.

Isso permite identificar o que é necessário fazer para diminuir as diferenças que separam o mundo e as pessoas em suas capacidades de geração, utilização e acesso aos recursos científicos

e tecnológicos. Pois, é necessário diluir as barreiras e repensar a condição humana, compreendê-la na sua multidimensionalidade. A identidade humana é ao mesmo tempo individual e coletiva, social e cultural.

É necessário repensar entre tantas questões que o desenvolvimento humano e a consciência de cidadania, situam-se num mesmo processo que diz respeito a um sistema complexo que envolve a educação, cultura e sociedade e requer que se pense muitas das atitudes e formas de agir dos seres humanos que resultam em inúmeros comportamentos inadequados e em atitudes contraditórias refletindo as necessidades do homem, mundo e sociedade em relação aos ODS.

Essas são questões que a sociedade em seu formato e modelo contemporâneos colocam como desafios para a sustentabilidade do desenvolvimento. É necessário que cada um se entenda e compreenda que a mudanças e transformações no mundo, refletem e pedem pela reforma do pensamento, compreende formação, autoformação e capacitação humana contínua e ao longo da vida.

O processo educacional precisa se constituir de tal forma a ofertar possibilidades pedagógicas de compreensão das identidades híbridas, da empatia, aquilo que Leff (2012) denomina de “intercâmbio subjetivo e comunicativo”. Para isso, não existe uma fórmula mágica, mas existem perspectivas pedagógicas educacionais que facilitam a relação complexa do conhecimento com a realidade também complexa.

De acordo com Vega, Boer e Ghisleni (2020), é onde entende-se que a educação desempenha um papel preponderante na formação de um ethos social em favor da sustentabilidade, independente do espaço que se disponibilize o conhecimento, a perspectiva educacional, formal ou não formal. Certamente, esta potência que é a educação, irá oportunizar a reflexão e entendimento contextualizado da realidade social, com condições de prospectar um futuro sustentável para a história das próximas gerações.

Não se tem meios imediatos para atenuar ou reverter as desigualdades e dificuldades sociais e econômicas da pobreza no

mundo. Essa situação só tende a se agravar se eles tiverem distantes do acesso à educação, às tecnologias, ao espaço produtivo (trabalho x comércio x consumo x intercâmbio de ideias e de espaços geográficos nacionais e internacionais) e se não puderem participar e usufruir das condições sociais e econômicas de viver em uma sociedade aberta e democrática.

Por isso, torna-se necessário refletir como fazer bom uso dos benefícios do desenvolvimento tecnológico, econômico e todas as outras dimensões envolvidas no processo de desenvolvimento, no sentido, de atender adequadamente, de forma justa e digna os interesses e necessidades dos desfavorecidos e excluídos, onde o desafio principal refere-se a desigualdade.

Estas questões criam a necessidade de se pensar em ambientes de educação onde as pessoas possam adquirir conhecimento amplo, que extrapole o saber utilitarista, funcionalista. A dimensão do conhecimento do qual trata este estudo, diz respeito à educação que pode ser ofertada numa perspectiva de educação formal ou não formal com enfoque no ensino daquilo que se pode aprender para ajudar a todos a viver melhor e contribuir com uma atitude de responsabilidade com a sustentabilidade em sua multidimensionalidade.

Considerações finais

Neste estudo a sustentabilidade e as identidades se encontram como temas complementares. Constituem um esforço mútuo para compreender o futuro da modernidade e as mudanças que ocorrem na sociedade, em que a educação em seu sentido de essência e fundamentos, pode ajudar nas mudanças e transformações, sociais, ambientais e culturais, sob a perspectiva de minimizar os efeitos das ações antrópicas sobre a natureza.

Mesmo reconhecendo que se vivencia um momento de transição entre modernidade e pós-modernidade, há uma temeridade que assombra os sonhos um tanto utópicos, mas extremamente válidos, daqueles que desejam uma sociedade

equânime, sustentável com uma visão de educação em prol da cidadania global.

Nesse espaço dual, ente o sonho de uma educação para o desenvolvimento sustentável, a construção de uma identidade humana no contexto da pós-modernidade, existe a temeridade da negligência com valores éticos, participação, democracia, em suas dimensões de vida individual e social. É onde cristalizam as expectativas e desejos mais caros de interações saudáveis entre indivíduos e coletividades, e também, reside a preocupação com as formas consolidadas e em vias de construção das identidades sociais e culturais no momento de vida atual.

Portanto, como forma de minimizar as fronteiras de uma utopia viável e a permanência dos hábitos arraigados num contexto dialetizado, faz-se necessário ajudar as pessoas a construir competências e criar pontes da realidade em relação ao presente e futuro, local e global, pessoal e profissional, economia e natureza, pois, os espaços e tempos de vida encontram-se absolutamente imbricados e atravessados pelas contingências da era pós-moderna.

Assim, o papel da educação é ajudar na compreensão de que todas as relações estão envolvidas num sentimento de pertencimento de uma comunidade mais ampla em que o aprendizado mais pertinente é desfazer os padrões mentais, pois, as sólidas localizações sociais e ambientais, nas quais, os indivíduos se encaixavam encontram-se sem definição de fronteiras que provocam nos indivíduos a crise de identidade.

Referências

BOER, N. **Educação ambiental e visão de mundo**: Uma análise pedagógica e epistemológica. Tese de doutoramento em Educação Científica e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2007.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 4^o. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LEFF, E. As aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**. vol. IV, n. 2 jul/dez 2003. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/gustlima_ambsoc.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; São Paulo: Cortez; 2011.
- MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. Psicologia positiva e calendário emocional: a construção saudável de si. In: CUNHA, J. L., VICENTINI, P. P. (org.). **Corpos, saúde, cuidados de si e aprendizagens ao longo da vida: desafios autobiográficos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- SEN, A. **A ideia de justiça**. Trad. Denise Batman, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEN, A.; KILKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STOCHERO, A. D.; DIAS, C. N.; BOER, N. Paradigma da complexidade e a metodologia de projetos: um estudo de revisão teórica. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v.20, n. 1, p. 23 -33, 2019.
- SEVERINO, A, J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO, BRASIL. **Educação para a cidadania global**: a abordagem da UNESCO. Publicado originalmente em 2013. Com título “Global citizenship education: preparing learners for the challenges of the twenty-first century”. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371292?posInSet=1&queryId=da0e68bb-792d-42eb-8ef7-b5759a06c6fa>. Acesso em: 01 abr. 2020.

UNESCO, BRASIL. **Educação para a cidadania global**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2016. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244826?posInSet=2&queryId=23753b77-7bc6-4607-b70d-f8e2f42e94a1>. Acesso em: 01 abr. 2020.

UNESCO, BRASIL. ODS. **Educação para os objetivos do desenvolvimento sustentável**: objetivo de aprendizagem. Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e Representação da UNESCO no Brasil. © UNESCO 2017. ISBN: 978-85-7652-218-8. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197?posInSet=3&queryId=95c46838-375f-4c4a-90f6-e394fd51d2fd>. Acesso em: 01abr. 2020.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2019.

VEGA, A. P. V.; BOER, N.; GHISLENI, T. S. Educomunicação e sustentabilidade: a formação de um ethos social em favor da responsabilidade socioambiental. *In*: DORN, T. O. (org.). **Debates contemporâneos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

USO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Elisiane Güntzel Quinzani
Patrícia Dall’Agnol Bianchi
Solange Beatriz Billig Garces

Considerações Iniciais

Realizamos uma pesquisa com oito Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), que pertencem ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG. Os dados coletados por meio de questionário aprofundaram e sistematizaram a discussão teórica a respeito das práticas pedagógicas tradicionais e ampliação do uso das metodologias ativas de aprendizagem e tecnologias no ensino superior. Os resultados evidenciaram que o estudante é o centro do processo se tornando protagonista da sua aprendizagem e os cursos que mais utilizam as metodologias ativas são os de graduação (bacharelado e licenciatura) e tecnólogos, com menos utilização na Pós-Graduação *Stricto sensu*.

Trazemos um recorte da pesquisa realizada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, intitulada *Tecnologias no Ensino Superior e Uso de Metodologias Ativas: possibilidades de novas práticas socioculturais*. Sua relevância está na reflexão contextualizada com evidências concretas do uso das metodologias ativas aplicadas nos cursos de graduação e a sua contribuição ou não, bem como a exposição de práticas socioculturais vivenciadas pelas IES, que contextualizem conhecimentos, habilidades e competências para os discentes do ensino superior.

Até algum tempo atrás, o professor estava associado ao domínio do conhecimento e a sua atividade profissional era o centro de todo o processo de ensino. Observando as práticas pedagógicas do passado, percebemos a constituição de um corpo docente preocupado em “depositar” conhecimento e informação nas “cabeças” dos jovens estudantes, ao ponto que estes deveriam se preocupar restrita e atenciosamente em receber as informações fornecidas e, passivamente, mediante métodos de assimilação decorada e instrumentos de avaliação excludentes, memorizar o conhecimento adquirido.

Enquanto o professor tradicional se preocupava com a padronização de sua educação, favorecendo os estudantes que possuíam mais facilidade de aprendizagem e excluindo os menos “aptos”, o docente da sociedade contemporânea precisa se voltar para a construção do conhecimento pelo próprio educando e, então, amplia suas estratégias de trabalho de forma diversificada, de acordo com as necessidades individuais de cada estudante, a fim de evitar qualquer tipo de exclusão discente.

O docente contemporâneo preocupa-se, ainda, em assumir uma educação que, muitas vezes, deveria ser delegada à própria família. Em busca de uma formação acadêmica cada vez mais versátil, associada a valores éticos e sociais, a sociedade exige discussões sobre as práticas pedagógicas do professor universitário, o qual é responsável pela formação da nova geração, propondo um aprender significativo e enfrentando uma diversidade de valores sociais.

De acordo com Campos e Blikstein (2019, p. 40) “Os desafios da diversidade e da universalização impostos pela democratização da sociedade brasileira levam educadores e profissionais da educação a ter de dar conta das demandas e das necessidades de uma sociedade inclusiva”, e acrescentam que isso ocorre em razão de estar “pautada na complexidade do conhecimento inter, multi e transdisciplinar que prevalece nesse início do século XXI.”

Ainda, os mesmos autores, acrescentam sobre o processo de transformar, ou reinventar a educação:

Esse processo de reinvenção, no entanto, precisa estar atento à tradição e à conservação, pois tais características são partes essenciais da missão social da educação: a de conservar, transmitir e enriquecer o patrimônio cultural e científico da humanidade. Assim, entende-se que essa busca por novas configurações educativas não pode ser concebida de maneira dicotômica, contrapondo tradição e inovação. O novo não se assenta sobre o vazio e, sim, sobre as experiências milenares da humanidade (CAMPOS; BLIKSTEIN, 2019, p. 40).

Pensando nessa constante evolução da educação aliada à evolução da sociedade, observamos esta transformação constantemente, especialmente pela influência massiva das tecnologias e da Inteligência Artificial – AI, percebemos então, a necessidade de as Instituições de Ensino Superior acompanhar as mudanças impostas pelos novos cenários da educação no país e no mundo. Por isso, o objetivo principal dessa pesquisa foi de analisar as práticas vivenciadas e/ou projetadas/estabelecidas no ensino superior, a partir do uso de tecnologias e metodologias ativas como práticas pedagógicas contemporâneas.

O homem, ao longo da sua história, vem adaptando-se a todo momento às transformações da sociedade contemporânea. Assim, a velocidade com que as informações atingem a sociedade e a facilidade com que a tecnologia nos apresenta as novidades do mundo globalizado, acaba nos tornando mais exigentes, sendo capaz de transformar situações para uma vida mais prática.

A educação, como faz parte de uma prática social e transformadora do conhecimento, da qual a universidade está inserida e tem um compromisso social com responsabilidade ética em relação aos estudantes e docentes que ali perpassam, necessita estar adaptada ao uso destas tecnologias também em suas atividades primárias e diárias.

Em virtude dos fatos mencionados, visa-se uma reflexão quanto à necessidade de superar os métodos tradicionais de ensino ao buscar uma proposta mais imediatista, razoável e concreta, a fim de transformar o fazer docente, enriquecendo sua prática de uma

maneira mais ativa junto à sala de aula. Freire (1996, p. 12) já trazia em sua obra que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Já, o desafio do século XXI é acompanhar o avanço das tecnologias e o surgimento de novas metodologias que possibilitem a formação de um sujeito crítico e reflexivo, capaz de exercer sua autonomia, tornando-se protagonista no seu processo de ensino e aprendizagem. Segundo Fava (2012), a tecnologia está mudando a educação, não apenas na organização, escolha e disponibilidade dos conteúdos, mas também na distribuição. Todavia, isso obriga instituições de ensino a se adaptarem ou fracassarão nos novos conceitos da sociedade digital.

Com essa evolução da tecnologia e as mudanças sociais, surgem novas formas de metodologias de aprendizagem, rompendo com a forma tradicional de ensinar e inserindo uma forma mais ativa e com práticas inovadoras nesse processo de ensino e aprendizagem. Frente a isso a própria oferta das modalidades dos cursos de graduação sofrem mudanças.

Nesse sentido é importante apresentar a raiz epistemológica do surgimento dessas metodologias e inovações, que estão baseadas nas teorias de aprendizagem. De acordo com Moreira (2006, p. 12):

[...] uma teoria é uma tentativa humana de sistematizar uma área de conhecimento, uma maneira particular de ver as coisas, de explicar e prever observações, de resolver problemas. Uma teoria de aprendizagem é, então, uma construção humana para interpretar sistematicamente a área de conhecimento que chamamos aprendizagem.

No que se refere à raiz epistemológica do surgimento das metodologias ativas se destacam duas teorias: a teoria da mediação de Vygotsky e a Teoria de aprendizagem significativa de Ausubel.

Vygotsky (1896–1934) pressupõe que os processos mentais superiores do indivíduo, ou seja, o desenvolvimento cognitivo,

ocorre em referência ou mediação ao contexto social histórico e cultural do indivíduo.

Já, Moreira (2006, p. 109) argumenta que é pela mediação que se dá a internalização (reconstrução interna de uma operação externa) de atividades e comportamentos sócio históricos (sic) e culturais, e isso é típico do domínio humano (GARTON, 1992, p. 89 apud MOREIRA, 2006, p. 110).

Ainda de acordo com a teoria de Vygotsky:

[...] é com a interiorização de instrumento de sistemas e signos, produzidos culturalmente que se dá o desenvolvimento cognitivo (Vygotsky, 1988). A combinação de instrumentos e signos é característica apenas do ser humano e permite o desenvolvimento de funções mentais ou processos superiores. [...] quanto mais o indivíduo vai utilizando signos tanto mais vão se modificando, fundamentalmente, as operações psicológicas das quais ele é capaz. Da mesma forma quando mais instrumentos ele vai aprendendo a usar, tanto mais se amplia, de modo quase ilimitado, a gama de atividades nas quais pode aplicar suas novas funções psicológicas. O desenvolvimento das funções mentais superiores passa, então, necessariamente, por uma fase externa, uma vez cada uma dela é, uma função social (MOREIRA, 2006, p. 111).

Assim sendo, percebemos na teoria de aprendizagem de Vygotsky que o foco está na interação social e na aquisição de significados por meio dos signos. Outro conceito importante de Vygotsky é a zona de desenvolvimento proximal, a qual define-se:

[...] exige a internacionalização de instrumentos e signos em contextos de interação, a aprendizagem se converte na condição para o desenvolvimento dessas funções, desde que se situe precisamente na zona de desenvolvimento potencial do sujeito (MOREIRA, 2006, p. 116).

A aprendizagem significativa apresenta “organizadores prévios”. Esses “são materiais introdutórios apresentados antes da

material aprendizagem em si. São [...] introduzidos um nível mais alto de abstração, generalidade e inclusividade”. [...] se destinam a facilitar a aprendizagem significativa de tópicos específicos, ou série de ideias estreitamente relacionadas. (MOREIRA, 2006, p. 11).

Para Marques (2000, p. 17), David Ausubel introduziu o conceito de “organizador prévio” como aprendizagem anterior que enquadra, em termos de significado, as aprendizagens novas.

Aprendizagem significativa, conforme Ausubel descrito por Moreira (2006, p. 153), é:

Um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor [...], existente na estrutura cognitiva do indivíduo. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Ausubel vê o armazenamento de informações de informações no cérebro humano como sendo organizado, formando uma hierarquia conceitual, na qual elementos mais específicos de conhecimento são ligados (e assimilados) a conceitos mais gerais, mais inclusivos. Estrutura cognitiva significa, portanto, uma estrutura hierárquica de conceitos que são representações de experiências sensoriais do indivíduo.

Assim, verificamos que as metodologias ativas buscam, por meio de suas ações, o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, conforme o conceito de Ausubel, levando em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes associando a resolução de problemas e tarefas de uma forma prática e, geralmente, com o apoio de tecnologias, o que o torna uma metodologia inovadora, já que a epistemologia que a sustenta é uma teoria da aprendizagem que existe há mais de cinquenta anos.

Metodologia

A abordagem dessa pesquisa foi qualitativa e caracterizada como estudo de caso (múltiplos). Entende-se que o estudo de caso possui relevância significativa no meio acadêmico, o qual é “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 56).

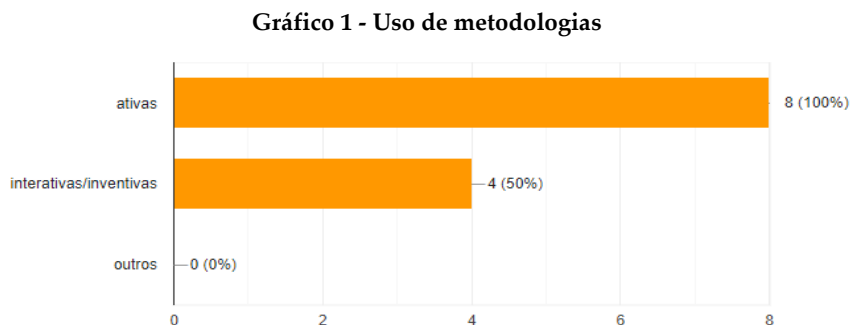
O contexto investigado foram as Universidades Comunitárias Gaúchas, as quais se caracterizam por ter um forte vínculo com suas comunidades, sem fins lucrativos, pois são instituições públicas não estatais. Constituído em 27 de abril de 1996 e definido pela Lei nº 12.881, de novembro de 2013, o COMUNG representa uma verdadeira rede de educação, ciência e tecnologia, que abrange quase todos os municípios do estado, integrando quinze (15) instituições de ensino. Para a participação na pesquisa foram enviadas Cartas de Autorização ao Representante Legal, sendo que 12 aceitaram participar, todavia, as que devolveram os instrumentos respondidos foram um total de oito (08) ICES. Foram sujeitos de pesquisa três Pró-Reitores de Graduação e três professores que atuam nos espaços virtuais/digitais, um coordenador de Núcleo de Apoio Pedagógico e um coordenador de graduação, que aceitaram participar da pesquisa mediante a assinatura de TCLE. Os dados foram analisados por meio de categorias, onde utilizamos a análise de categorias (BARDIN, 2011). A pesquisa passou por aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer número 3.165.337 em 22 de fevereiro 2019.

Uso de tecnologias ativas no ensino superior

A aplicabilidade, a viabilidade e os tipos de metodologias e tecnologias utilizadas

O uso de metodologias diferenciadas nos processos de ensino/aprendizagem nos cursos de graduação das IES pesquisadas foi de cem por cento. Em relação à utilização das

metodologias diferenciadas, o resultado obtido na pesquisa está demonstrado no Gráfico 1:



Fonte: Autores, 2020

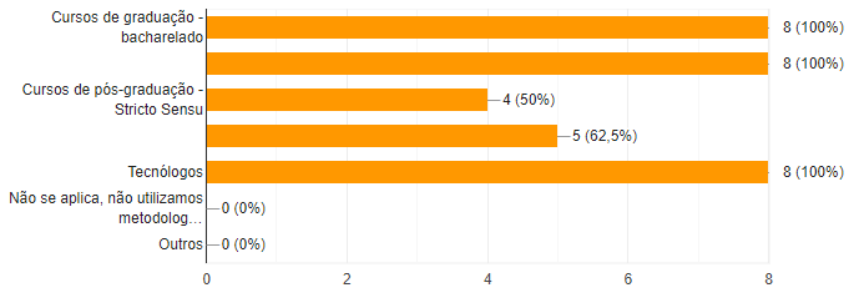
Há uma priorização pelas metodologias ativas, embora tenham separado as interativas e inventivas em suas respostas, todas se resumem em metodologias ativas. As metodologias ativas, de acordo com Moran (2018), “são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida.” Já, as metodologias inventivas são os processos de aprendizagem, da qual as metodologias se utilizam por meio de Metodologias mediante Projetos gamificados, por exemplo.

Filatro e Cavalcanti (2018) abordam as inovações em educação em quatro grupos de metodologias: ativas, ágeis, imersivas e analíticas, trazendo-as como sendo metodologias inov-ativas, pois englobam a inovação e os processos de ensino-aprendizagem.

As metodologias ativas focam os papéis desempenhados no processo e as atividades realizadas por eles. As metodologias ágeis focam o elemento ‘tempo’, que envolve tanto a duração pontual das atividades de aprendizagem propostas quanto seu desdobramento em uma linha do tempo. As metodologias imersivas se apoiam intensamente em mídias e tecnologias. E as metodologias analíticas se ocupam mais da avaliação (FILATRO; CAVALCANTI, 2018, p. 4/5).

Nessa pesquisa foi usado o termo “metodologias ativas” apesar de alguns autores trazerem outros termos/conceitos que atualmente estão sendo utilizados para definir o que entendemos por metodologias ativas. Entendemos assim, que embora com nomenclaturas diferentes todas se resumem em metodologias ativas. Quanto aos cursos e/ou disciplinas do ensino superior com maior viabilidade das metodologias ativas, oitenta por cento (80%) das IES pesquisadas responderam que todos os cursos têm viabilidade para o uso dessas metodologias, enquanto que vinte por cento (20%) responderam que há cursos ou disciplinas que não tem viabilidade. Para os pesquisados, os cursos em que as metodologias ativas e inventivas são aplicadas estão representadas no gráfico 2.

Gráfico 2 - Cursos que utilizam metodologias ativas



Fonte: Autores, 2020

Onde as metodologias são mais utilizadas são nos cursos de graduação (bacharelado e licenciaturas) e tecnólogos e menos utilizados nos programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*. Mentges e Casartelli (2018, p. 44) citam que:

O mundo contemporâneo, que exige de todos nós uma capacidade maior de mobilidade, vai ao encontro das práticas de educação a **distância e/ou on-line**, independentemente de o curso ser o presencial, a distância ou híbrido. Até mesmo instituições menores, considerando o corpo discente, devem pensar em práticas de

educação on-line. O presente e o futuro sinalizam uma necessidade de maior mobilidade de tempo e espaço de aprendizagem. Metodologias de educação a distância e/ou on-line devem ser consideradas inclusive no nível *Stricto Sensu*, o que hoje é pouco explorado.

A citação acima confirma a pesquisa realizada de que os cursos *Stricto Sensu* ainda pouco se utilizam das metodologias, conforme exposto no gráfico 2, embora a legislação permita a oferta de cursos de Pós-Graduação na modalidade EaD.

Aceitação do uso de tecnologias para o desenvolvimento das metodologias ativas por curso de graduação e/ou área de conhecimento

No que se refere à aceitação dos alunos e docentes em relação ao uso das metodologias ativas nas instituições pesquisadas, percebemos que houve muitas dúvidas e resistência em aceitar essas mudanças, de forma maior por parte dos docentes. Quanto aos professores, se justificou pela dificuldade em aprender e inovar; já, quanto aos estudantes, apresentaram maiores habilidades no uso das tecnologias e isso os motivou, pois entenderam como oportunidade de *“mostrar que eles já sabem algo sobre o assunto trabalhado e que podem ter suas habilidades aproveitadas”* (U4). Assim, as IES investiram em formação para os educadores por meio de capacitação, treinamento e diálogo.

Os representantes institucionais das ICES pesquisadas investiram em formação para os docentes por meio de capacitação, treinamento e diálogo, especificaram ainda que essa formação foi e é ofertada da seguinte forma: Trazendo profissionais de outras IES com experiência consolidada; relatando suas práticas pedagógicas dos próprios professores; cursando especialização do COMUNG; formando por consultoria externa; programa de formação docente como jornadas e cursos oferecidos anualmente pela IES; a formação docente é realizada no âmbito do Programa Saberes (institucional);

na produção de cursos na modalidade EAD, com a orientação pedagógica para o uso das metodologias; através de oficinas pedagógicas, capacitações; por meio do oferecimento, através de uma IES parceira, de um MBA em Gestão da Aprendizagem, Educação Híbrida e Metodologias Ativas.

O acompanhamento dos reflexos na aprendizagem do discente com o uso das metodologias ativas nas IES pesquisadas está sendo feito pela maioria das instituições. Entretanto, duas delas responderam que não existe ainda um acompanhamento institucional e sistemático. As instituições que relataram fazer esse acompanhamento informaram que ocorre da seguinte forma: por meio do Núcleo de Apoio ao Docente – NAP, que acompanha os resultados dos novos processos metodológicos; o Núcleo de Aperfeiçoamento Pedagógico - NAP acompanha os coordenadores de cursos que demandam as dificuldades encontradas por parte dos docentes e estudantes; e o Núcleo de Apoio ao Docente e Discente - NADD presta atendimento aos casos mais complexos; de forma individual os docentes fazem suas avaliações; eventos internos e atividades de extensão demonstram as vantagens no uso das metodologias.

Na continuidade da pesquisa questionou-se os representantes das IES se há diferenciação em termos de aceitação e de uso de tecnologias e metodologias ativas por curso de graduação e/ou área do conhecimento e as suas razões. Dois representantes responderam que não percebem diferenças. Um deles respondeu que percebe diferenciação *“pois há cursos que ainda mantêm a tradição de disciplinas altamente teóricas, cujos professores acreditam que a aula expositiva ainda é a melhor estratégia para o desenvolvimento dos conteúdos [...]”* (U4); outro respondeu que *“a maior resistência está na área das Exatas”* (U5). Um dos representantes ainda apresentou que *“Algumas resistências estão se quebrando e, com certeza, em todos os nossos cursos há professores se qualificando para uma nova atuação. Nosso primeiro curso a inovar completamente a forma das metodologias de aula foi Medicina. Desde a implantação foge dos padrões tradicionais e hoje serve de modelo para muitos outros do país. Todos os professores que*

atuariam neste curso passaram por uma capacitação de 360 horas” (U1); e finalmente outro colocou que “maior aceitação é nas Licenciaturas, Sociais Aplicadas e Saúde” (U5).

Práticas socioculturais modificadas e/ou inseridas nas universidades a partir do uso de metodologias ativas

Ao inserir as tecnologias para o desenvolvimento das metodologias ativas, verificamos a partir desta pesquisa, que estas são mudanças que ocorrem nas práticas socioculturais (pedagógicas, econômicas, sociais) inseridas nas Universidades. Estas mudanças favorecem o estudante nas atividades a serem realizadas nos componentes curriculares, contextualizando o seu processo de aprendizagem com aulas ativas nas quais eles têm que participar em formações de grupos, debates, intervenções, projetos, entre outros, interagindo ativamente e assumindo papel ativo no processo de aprendizagem.

De acordo com Valente (2014, p. 162) “[...] a implantação das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) na educação vai muito além do prover acesso à informação. Elas têm que estar inseridas e integradas aos processos educacionais, agregando valor à atividade que o aluno ou o professor realiza como acontece com a integração das TDICs em outras áreas”.

Percebemos que as tecnologias vêm corroborando para o desenvolvimento das metodologias ativas nas práticas socioculturais relacionadas ao ensino superior. Assim, destacamos a seguir, as principais práticas que foram apontadas na pesquisa: abandono do trabalho solitário; desaparece a sobreposição de conteúdos; aproximação do outro, do colega, formação de grupos, debates e conexões com o que se ensina; o ensino e aprendizagem reencontram sentido; inclusão e apropriação digital; mudança nos papéis de educadores e educandos; criação de uma consciência de que todos aprendem sempre; mudança da atividade no espaço físico da sala de aula; a interação na sala de aula é muito mais dinâmica e produtiva; com o uso das tecnologias, o espaço físico de

ensino-aprendizagem se modifica e o comportamento de estudantes e professores também.

Com a inserção das tecnologias para o desenvolvimento das metodologias, constatamos que houve uma melhora nas atividades em sala de aula, como: os processos de ensino/aprendizagem se tornaram mais dinâmicos e produtivos, com aulas em grupos, o espaço físico se modificou, o que também colaborou para essa melhora na aprendizagem.

Conforme Horn e Staker (2015, p. 10):

[..] A tecnologia fornece aos estudantes uma forma simples de tomar diferentes caminhos para chegar a um destino comum. Ela pode liberar os professores para que se tornem planejadores, mentores, facilitadores, tutores, avaliadores e orientadores de ensino para chegar a cada estudante de maneiras antes impossíveis.

Nessa perspectiva, acreditamos que o uso das tecnologias na educação veio para contribuir e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Com a utilização de ferramentas educacionais as aulas ficam mais interessantes e interativas, chamando a atenção do estudante e fazendo com que ele se torne mais participativo no processo de aprendizagem.

Considerações finais

As práticas socioculturais vivenciadas e/ou projetadas/ estabelecidas no ensino superior estão sendo utilizadas na maior parte das ICES participantes da pesquisa, a partir do uso de tecnologias e metodologias ativas, dentre as quais o processo de ensino-aprendizagem não está estático e, sim, se utilizam de metodologias e tecnologias para o desenvolvimento do estudante, favorecendo a construção contextualizada do conhecimento do educando.

Quanto ao uso de metodologias e tecnologias utilizadas, todas as ICES pesquisadas utilizam em seus processos de aprendizagem,

sendo alguns cursos e disciplinas com uma maior viabilidade. Entretanto, as metodologias são mais utilizadas nos cursos de graduação (bacharelado e licenciaturas) e tecnólogos e menos nos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Referente aos conhecimentos, competências e habilidades que estão sendo mobilizados aos acadêmicos e professores, em relação a essas mudanças de metodologias, as mais utilizadas são: sala de aula invertida e Aprendizagem Baseada em Problemas, destacando também que algumas não se encaixam como metodologias ativas, mas sim como ferramenta de apoio tecnológico como o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e a lousa digital.

Também constatamos que com a inserção das tecnologias para o desenvolvimento das metodologias, houve uma melhora nas atividades em sala de aula, os processos de ensino/aprendizagem se tornaram mais dinâmicos e produtivos, o que também colaborou para a melhora na aprendizagem. Acreditamos que o uso das tecnologias na educação veio para contribuir e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem com a utilização de ferramentas educacionais, tornando as aulas mais interessantes e interativas.

É importante salientar que o protagonismo dos estudantes se dá por meio da utilização das metodologias e tecnologias ativas de aprendizagem, das quais se utilizam de estratégias de ensino e aprendizagem, nos quais viabilizam a construção contextualizada do conhecimento.

Nesse sentido, as Práticas Socioculturais modificadas e/ou inseridas nas Universidades, quando se faz a inserção de tecnologias para o desenvolvimento de metodologias ativas em seu cotidiano, se dá com a ressignificação do processo de construção do conhecimento, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, na mudança dos papéis sociais, no qual os discentes e docentes tem papéis fundamentais nas interações em que resultam em aprendizagem.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- CAMPOS, Rodrigues, F.; BLIKSTEIN, Paulo. **Inovações Radicais na Educação Brasileira - Série: Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira** [VitalSource Bookshelf version]. Retrieved from vbk://9788584291700. Porto Alegre: Penso, 2019.
- FAVA, Rui. **O ensino na sociedade digital**. São Paulo. 2012. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/o-ensino-na-sociedade-digital/>. Acesso em 11/05/2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias ativas Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- MARQUES, Ramiro. **Dicionário Breve de Pedagogia**. 1º ed., Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- MENTGES, Manuir José; CASARTELLI, Alam de Oliveira. In ZABALZA, Miguel B.; MENTGES, Manuir; VITÓRIA, Maria Inês Côrte. **Engagement na educação superior: conceitos, significados e contribuições para a universidade contemporânea. Gestão da Graduação: Cenários, desafios e perspectivas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.
- MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In. **Metodologias ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática**. BACICH, Lilian, MORAN, José. [VitalSource Bookshelf version]. Retrieved from vbk://9788584291168. Porto Alegre: Penso, 2018.
- MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 3.ed. 2006.

VALENTE, José Armando. **A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.** Revista UNIFESO – Humanas e Sociais. Vol. 1, n. 1, 2014, pp. 141-166. Disponível em: <http://www.revista.unifeso.edu.br/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17/24>. Acesso em: 11/06/2019.

SOBRE OS AUTORES



Tarcísio Dorn de Oliveira – Organizador
Pós Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Meridional. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. Organizador

da Coleção Educação, Espaço Construído e Tecnologias, da Coleção Desenvolvimento, Tecnologias e Educação da Coleção Cidade: conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida e da Coleção Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Educação. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Exatas e Engenharias da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias - Gtec da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Andrieli Taís Hahn Rodrigues

Graduada em Pedagogia pela Sociedade Educacional Três de Maio. Mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Angélica Kohls Schwanz

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em História pela Universidade Estadual de Maringá.

Angélica Taís Schneiders

Graduada em Pedagogia pela Sociedade Educacional Três de Maio.

Antonio Paulo Valim Vega

Graduado em Pedagogia Multimeios e Informática Educativa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Formação para Educação a Distância pela Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens pela Universidade Franciscana.

Bianca Cordeiro Manfrin

Graduanda em Jornalismo pela Universidade de Cruz Alta.

Bruna Fuzzer de Andrade

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana. Graduada em Formação de Professores para a Educação Profissional pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria.

Camila Kuhn Vieira

Graduada em Enfermagem pela Universidade de Cruz Alta. Mestranda em andamento em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta.

Cristian Leandro Lopes da Rosa

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Educação Física Infantil e Anos Iniciais pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas.

Daniel Knebel Baggio

Graduado em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão Financeira pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Formação Pedagógica para Docentes da Educação pela Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas CELER/FACISA. Especialista em Marketing pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Contabilidad y Finanzas pela Universidad de

Zaragoza - Espanha. Doutor em Contabilidad y Finanzas pela Universidad de Zaragoza - Espanha.

Daniel Tolotti Rodrigues

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Diego Pascoal Golle

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de Cruz Alta. MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria. Pós-Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria.

Elisiane Güntzel Quinzani

Graduada em Ciência da Computação pela Universidade de Cruz Alta. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta.

Fabiana Ritter Antunes

Licenciada em Educação Física pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Fábio Ritter Antunes

Graduado em Visagismo e Terapia Capilar pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Estética e Cosmética pela Universidade Anhembi Morumbi. Especialista em Visagismo e estética: gestão integrada na imagem pessoa pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fernanda Isabel Royer

Graduada em Letras pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Educação Especial Inclusiva pela

Universidade Norte do Paraná. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta.

Gabriela Cappellari

Graduada em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Marketing pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestra em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Gilvana Menegol

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais pela Faculdade Qualittas. Mestra em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Cruz Alta.

Giovanna Pantz Santos

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta.

Guilherme Inchausp Moreira

Graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa.

Ieda Márcia Donati Linck

Graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Docência no Ensino Superior /Especialista em Leitura e Produção Textual pela Universidade de Cruz Alta. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Del Norte – Paraguai. Mestra em Linguística pela Universidade de Passo Fundo. Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorado Sanduiche pela Universidade de Aveiro/Portugal.

Jana Koefender

Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria.

Jeferson Luís Lopes Goularte

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha. Mestre em Integração e Cooperação Internacional pela Universidade Nacional de Rosario – Argentina. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosario – Argentina.

Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen

Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Marketing pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Maria Aparecida Santana Camargo

Graduada em Desenho e Plástica pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Fundamentos Teóricos-Metodológicos do Ensino pela Universidade de Cruz Alta. Mestra em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Maria Margarete Baccin Brizolla

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduação em Administração pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau.

Mariela Camargo Masutti

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Projetos e Licenciamento Ambiental pela Universidade Candido Mendes. Mestra em Engenharia Civil e Preservação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria.

Marijane de Oliveira Soares

Graduada em Letras – Português/Espanhol e respectivas literaturas pela Universidade de Cuiabá - UNIC. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Albert Einstein. Bacharel em Direito pela Faculdade UNIASSELVI de Rondonópolis. Especialista em Linguagens e o Ensino da Língua: redação e leitura pela Universidade de Cuiabá - UNIC. Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Mateus Veronese Corrêa da Silva

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria.

Noemi Boer

Graduada em Ciências – Biologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco. Graduada em Pedagogia – Habilitação em Supervisão Escolar pela Universidade de Passo Fundo. Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Patrícia Dall'Agnol Bianchi

Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Fisioterapia Músculo Esquelética pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior – COMUNG pela Universidade de Caxias do Sul. Mestra em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Paula Scherer

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela Universidade Federal de Santa Maria.

Sidinei Pithan da Silva

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em Farmácia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

Solange Beatriz Billig Garces

Graduada em Educação Física pela Fundação Universidade de Cruz Alta. Especialista em Teoria e Sistematização do Ensino pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Táisa Schefer Roveda

Graduada em Administração pela Universidade Franciscana. Graduada pelo Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing pela Universidade Franciscana. Mestra em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Tarcisio Dorn de Oliveira

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pós Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Meridional.

Vanessa Marin

Graduada em Desenho e Plástica pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Design para Estamparia pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Criatividade em Produtos e Negócios de Moda pela Universidade de Caxias do Sul. Mestra em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Viviane Teresinha Biacchi Brust

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria.
Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Franciscana. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria.
Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria.

A formação docente é o processo pelo qual nos tornamos educadores. Como ressaltado por Freire em suas obras, “ninguém nasce educador”. É preciso aceitar o desafio complexo e minucioso de estudar o próprio ser humano. Não se trata de tornar-se especialista em determinada área e apenas transmitir aquele conhecimento, mas saber como se aprende, para saber como ensinar. O processo de formação requer tornar-se especialista em humanidade e precisa estar intimamente ligado a construção de uma consciência crítica quanto a própria prática educativa.

Percebe-se a importância da docência quando um governo mantenedor do status quo a ataca na intenção de coibi-la e impor-lhe condições que ferem o seu direito de cátedra. A educação é a melhor forma de transformar uma sociedade apática e por vezes injusta, em uma sociedade progressista e ontológica, daí o cerceamento que ocorre por parte daqueles a quem esse movimento não é interessante. Isso torna o papel do professor uma profissão desafiadora em um país que não valoriza a docência em sua natureza intrínseca. A docência é muito mais ampla do que relatam as suas funções legais, por que o cotidiano escolar envolve todo o tipo de pluralidade e complexidade humana; é uma ação social.

A docência é uma atividade profissional que requer conhecimento específico, bem como um entendimento de todos os fatores que cercam a sociedade. Quando rompe com as formas conservadoras de ensino aprendizagem, ela rompe com a dicotomia entre senso comum e ensino científico, porém a sua práxis precisa ser exercida de forma ética e responsável. A formação da docência é vista como um processo em constante construção e adaptação ao seu tempo presente, não permite um anacronismo e nem mesmo um fim (tem um início, mas não um fim). É vista como inacabada, inconclusa e autoformativa. Sendo inacabada, pressupõe uma constante crítica a sua prática, revisão metodológica e de conteúdo, bem como uma continuidade de aprendizagens no objetivo de ensinar com qualidade, ou seja, sendo docente, torna-se um constante discente.

Patrícia Cristiane Franco
Professora de História
Especialista em História e Cultura do Brasil



ISBN 978-65-86101-89-8

